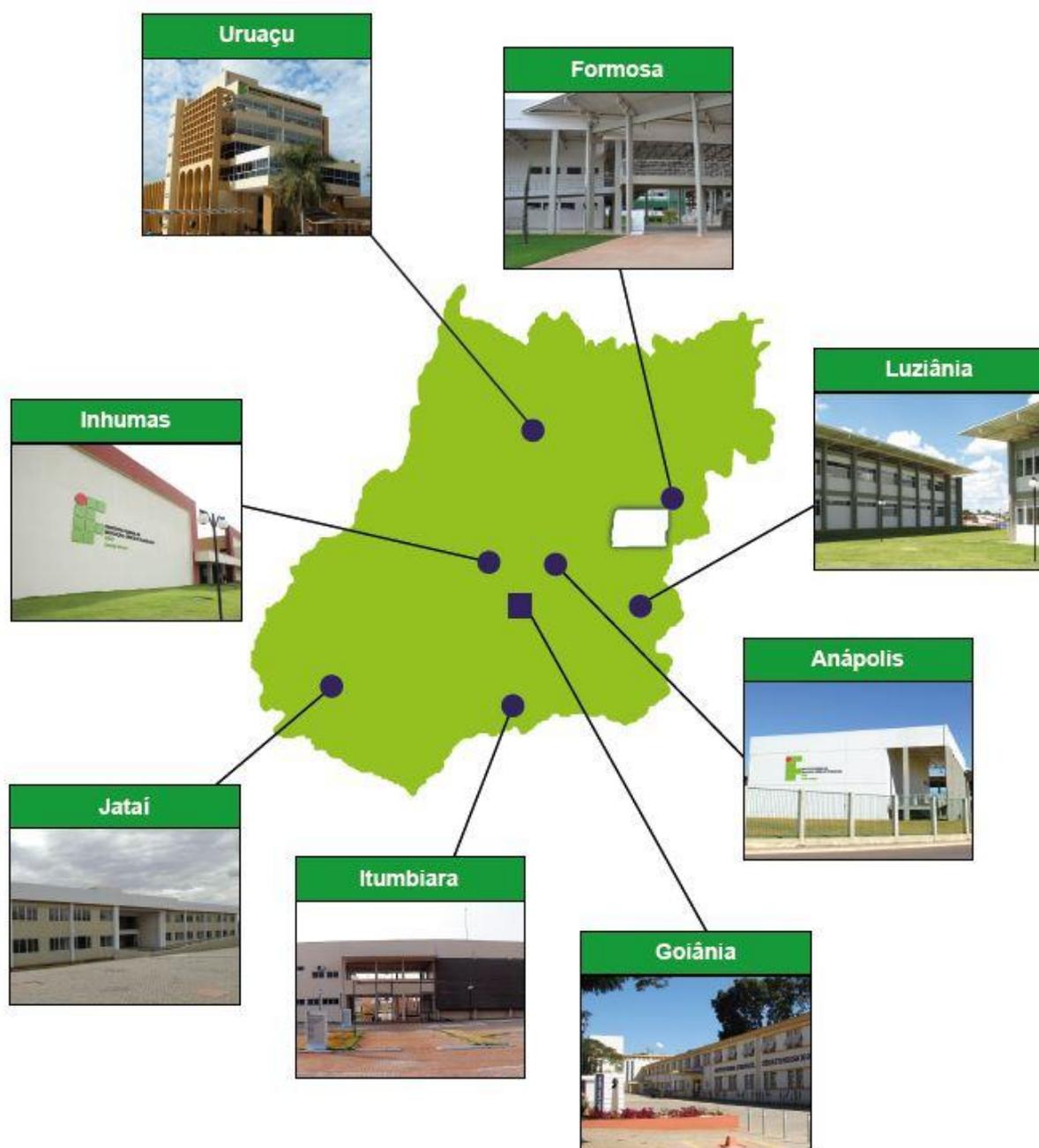


AUTOAVALIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

2011/2012

CÂMPUS AVALIADOS





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Secretário Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marco Antônio de Oliveira

Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educ. Profissional e Tecnológica

Aléssio Trindade de Barros

Diretor de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Machado Feres

Coordenadora Geral de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica

Vânia do Carmo Nóbile Silva

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Paulo César Pereira



**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
PORTARIA IFG Nº 1.431/2012**

NOME	SEGMENTO
Dagmar Borges da Silva	Presidente e Representante Titular dos Docentes - matrícula SIAPE nº 2333036
Kátia Cilene Costa Fernandes	Representante Titular dos Docentes - matrícula SIAPE 1497734
Rejane Maria Gonçalves	Representante Suplente dos Docentes - matrícula SIAPE nº 1770381
Domício Moreira Ribeiro	Secretário e Representante Titular dos Servidores Técnico-Administrativos - matrícula SIAPE nº 49684
Ivanillian Ferreira Paislandim	Representante Titular dos Servidores Técnico-Administrativos - matrícula SIAPE nº 1848145
Iolanda Maria Aguiar	Representante Titular dos Discentes - matrícula nº 20111010770203
Solange Moreira Leão	Representante Titular dos Discentes - matrícula nº 20112010930318
Maria Elizete de Azevedo Fayad	Representante Titular da Sociedade Civil Organizada

APOIO TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Rômulo Fernandes Souto	Representante dos Servidores Técnico-Administrativos da SPA Câmpus Inhumas - matrícula SIAPE nº 1685190
------------------------	---



**SUBCOMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO DOS CÂMPUS
PORT. IFG Nº 561/2013**

CÂMPUS	SEGMENTO
CÂMPUS ANÁPOLIS	
Alan de Freitas Oliveira	Docente - matrícula SIAPE nº 2756342
Rafaela Carolina Lopes	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1939676
Jacqueline Nascimento Gomes	Discente - matrícula nº 20111060020283
CÂMPUS FORMOSA	
Tiago Godoi Ribeiro	Docente - matrícula SIAPE nº 1803191
Aurora Luiza Paladini Lessa	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1900378
Nadjania Saraiva de Lira Silva	Discente - matrícula nº 20111070010213
CÂMPUS GOIÂNIA	
Maurício Vaz Cardoso	Docente - matrícula SIAPE nº 1041472
Eliana Ribeiro Pardim	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 271317
Manoel Alves de Queiroz Neto	Discente - matrícula nº 20112010940267
CÂMPUS INHUMAS	
Marçal Antônio Ruggiero	Docente - matrícula SIAPE nº 2372087
Rômulo Fernandes Souto	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1685190
Polyana Caldeira de Castro	Discente - matrícula nº 20121030060018



**SUBCOMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO DOS CÂMPUS
PORT. IFG Nº 561/2013**

CÂMPUS	SEGMENTO
CÂMPUS ITUMBIARA	
Rui Vagner Rodrigues da Silva	Docente - matrícula SIAPE nº 1653262
Adilson Correia Goulart	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1938714
Danielle Ferreira Tizzo	Discente - matrícula nº 20101040030196
CÂMPUS JATAÍ	
Maria Valeska Lopes Vianna	Docente - matrícula SIAPE nº 1363226
Kattiusce Cândido e Silva	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1037940
Ícaro Lorrان Lopes Costa	Discente - matrícula nº 20112020240080
CÂMPUS LUZIÂNIA	
Jason Hugo de Paula	Docente - matrícula SIAPE nº 1569160
Frederico Ferreira Martins	Técnico-administrativo - matrícula SIAPE nº 1794166
Miriam Barros Bueno	Discente - matrícula nº 20101080020230
CÂMPUS URUAÇU	
Viviane Bessa Ferreira	Docente - matrícula SIAPE nº 3333845
Alcides Pereira dos Santos Neto	Técnico-administrativo - mat. SIAPE nº 19400332
Leonardo Ferreira Ribeiro	Discente - matrícula nº 20121050030047



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	09
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	14
1.1 IDENTIFICAÇÃO	14
1.2 HISTÓRICO	14
2 METODOLOGIA.....	18
2.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS	19
2.1.1 Questionários de Autoavaliação	20
3 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	30
3.1 DIMENSÃO UM - A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	31
3.1.1 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 1.....	35
3.2 DIMENSÃO DOIS - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS- GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	36
3.2.1 Indicadores de Gestão do Instituto Federal de Goiás	47
3.2.2 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 2.....	49
3.3 DIMENSÃO TRÊS - A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	60
3.3.1 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 3.....	62
3.4 DIMENSÃO QUATRO - A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	69
3.4.1 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 4.....	70
3.5 DIMENSÃO CINCO - AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	77
3.5.1 Informações de Gestão do Instituto Federal de Goiás	77
3.5.1.1 Programas de capacitação e qualificação	78
3.5.2 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 5.....	80
3.6 DIMENSÃO SEIS - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO.....	83
3.6.1 Informações de Gestão do Instituto Federal de Goiás	83
3.6.2 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 6.....	86
3.7 DIMENSÃO SETE - INFRAESTRUTURA FÍSICA	115
3.7.1 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 7.....	115
3.8 DIMENSÃO OITO - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	128



3.8.1 Avaliação dos Servidores	130
3.8.2 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 8.....	130
3.9 DIMENSÃO NOVE - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES ...	136
3.9.1 Prog. de Apoio Pedagógico e Financeiro e Estímulos à Permanência no IFG.....	138
3.9.2 Assistência ao Estudante	140
3.9.2.1 Apoio médico e odontológico	140
3.9.2.2 Apoio psicossocial.....	140
3.9.2.3 Apoio financeiro	141
3.9.3 Auxílios Estudantis.....	141
3.9.4 Políticas Afirmativas	142
3.9.5 Resultados da Autoavaliação Referentes à Dimensão 9.....	142
3.10 DIMENSÃO DEZ - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	162
TERMO DE ENCERRAMENTO.....	165

APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta a Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) referente ao biênio 2011/2012. A autoavaliação é um dever imposto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Para realizar este trabalho, a Reitoria do IFG reconstituiu, em caráter provisório, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, que substituiu a Comissão anterior nomeada pela Portaria nº 382, de 2 de maio de 2011. A reconstituição da CPA teve como finalidade a conclusão do trabalho de atualização dos Relatórios referentes aos anos de 2007-2010, iniciados pela CPA anterior, e a realização da autoavaliação do período de 2011/2012.

A Portaria 1.431/2012 autoriza a atual CPA, em seu artigo 3º, a constituir subcomissões de avaliação nos Câmpus do IFG, com exceção dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, recém-implantados e que, por essa razão, não serão avaliados até 2012. Essas subcomissões foram constituídas com três membros cada, de modo a contemplar os segmentos docente, técnico-administrativo e discente.

A atual Comissão tomou posse em 24/09/2012, em solenidade ocorrida na Reitoria do IFG. Após sua instalação, a CPA imediatamente deliberou por elaborar as autoavaliações na modalidade bianual, tendo sistematizado os Relatórios de 2007/2008 e 2009/2010, os quais foram entregues em 13 de março deste ano à Reitoria, que providenciou seu imediato cadastramento no e-MEC/INEP. Paralelamente, implementou, a partir de setembro/2012, um trabalho de conscientização da comunidade do IFG a respeito da importância da autoavaliação.

Nesse sentido, a CPA procurou construir condições objetivas de realização da autoavaliação, tendo visitado e realizado palestras nos Câmpus avaliados a respeito de um trabalho que certamente concorrerá para o crescimento institucional. Essas condições foram construídas procurando-se envolver os diferentes segmentos que constituem a Instituição, ação que envolveu estudantes, técnicos, docentes e os diversos setores administrativos e pedagógicos, de forma que cada integrante da comunidade acadêmica do IFG se sentisse responsável e coparticipante do processo de autoavaliação institucional.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Em seu art. 11, a citada Lei estabelece que

cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A Comissão Própria de Avaliação do IFG instituída pela Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, tem a finalidade de avaliar a Instituição tendo em vista as dez dimensões do SINAES (págs. 9/10) e promover a cultura da avaliação institucional.

Em observância aos dispositivos da Lei nº 10.861/2004, a Reitoria do IFG instituiu a CPA/IFG com representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo oriundos de vários Câmpus. Os membros da sociedade civil organizada pertencem ao Conselho Estadual de Educação – CEE/GO.

A partir da instalação da CPA/IFG, as atividades foram planejadas para o desenvolvimento do trabalho de autoavaliação referente ao período de 2007/2012. Para isso, foi criado um Calendário com a seguinte programação:

- Capacitação dos membros e entrega de documentos legais e de materiais da Assessoria de Relações Institucionais para a CPA.
- Instalação da CPA no Câmpus Goiânia.
- Contato com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para informatização do questionário de autoavaliação institucional.
- Informes, discussão e apreciação dos Relatórios 2007/2010 elaborados pela CPA anterior.
- Início dos trabalhos: conferência e assinatura dos Relatórios 2007/2010.
- Contato com a Direção-Geral dos Câmpus para realização de reunião com a comunidade acadêmica e indicação de nomes para a composição das Subcomissões da CPA.
- Início da sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica em cada Câmpus.
- Elaboração e aplicação dos questionários eletrônicos de autoavaliação na página da CPA.
- Elaboração, por parte das Subcomissões de Avaliação, dos relatórios de cada Câmpus.
- Tabulação dos dados dos questionários por Câmpus (e também da Reitoria).
- Tabulação dos dados dos questionários de todos os Câmpus juntos.

- Elaboração dos Relatórios de Autoavaliação de 2007/2012.
- Apreciação e revisão dos relatórios de autoavaliação.
- Entrega dos Relatórios de Autoavaliação 2007/2012 para cadastro no sistema e-MEC pelo pesquisador institucional.

A CPA/IFG visitou todos os Câmpus da Instituição, com exceção de Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, que não serão avaliados até 2012. Nessas visitas, a CPA realizou palestras com a comunidade acadêmica sobre o tema “Autoavaliação Institucional” e repassou informações a respeito dos trabalhos que, inicialmente, estavam previstos para ser finalizados até março/2013. Além disso, nesses encontros os nomes dos integrantes das Subcomissões de Avaliação foram escolhidos em assembleias ou indicados pela Direção-Geral, de modo a contemplar os segmentos docente, discente e técnico-administrativo, com fundamento no art. 3º da Portaria IFG nº 1.431, de 27 de agosto de 2012.

Conforme previsto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, a CPA é de constituição obrigatória em cada Instituição de Ensino Superior (IES) do País, tendo a prerrogativa de avaliar a IES de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Finalizada a avaliação, a CPA apresentará o relatório ao dirigente máximo da IES, que o cadastrará no e-MEC/INEP. Um dos objetivos da autoavaliação é mostrar para a IES como a comunidade percebe sua atuação em relação às dimensões do SINAES, indicando caminhos para que a IES possa rever e aperfeiçoar seus procedimentos internos relacionados às dez dimensões, as quais estão relacionadas a seguir.

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV – a comunicação com a sociedade.

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

IX – políticas de atendimento aos estudantes.

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em consonância com a Lei Federal nº 10.861/2004, esta autoavaliação procura identificar o perfil e o significado de atuação do IFG, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Seu objetivo fundamental é contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades ministrados pelo IFG, impulsionando as adequações e transformações porventura necessárias, suscitando reflexões e ações que deem sustentabilidade ao exercício de adequação e transformação necessárias à consolidação dessa importante Instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Esta autoavaliação não se resume estritamente ao ensino ministrado em sala de aula, isto é, não se reduz a apenas isso, tendo em vista que as dez dimensões englobam também outros temas que concorrem enormemente para uma educação de qualidade, como as políticas para a carreira docente e técnico-administrativa, a infraestrutura física, as políticas de atendimento aos estudantes, o planejamento, a gestão, a sustentabilidade financeira, a comunicação com a sociedade, dentre outros.

Diferentemente dos Relatórios de 2007/2008 e 2009/2010, sistematizados *extra tempora* por esta Comissão com base apenas em documentos institucionais disponíveis, este Relatório apresenta um componente a mais. Trata-se de uma pesquisa conduzida *online* pela CPA no *site* do IFG (ifg.edu.br/cpa), composta de sete questionários destinados a segmentos específicos, dentre eles o docente, o discente e o técnico-administrativo. Esses questionários permaneceram disponíveis na Internet por 102 dias. Esse amplo prazo levou em consideração o esvaziamento do IFG com o final do ano civil/letivo de 2012 e as férias dos servidores e dos discentes.

Além disso, por motivo da greve ocorrida em 2012, os Calendários Acadêmicos de 2013 foram elaborados de modo específico para cada Câmpus, tendo em vista que as Unidades do IFG entraram e saíram do movimento grevista em datas diferentes. Por isso, esta Comissão deliberou por um prazo maior, de modo que, ao retornar ao trabalho ou às aulas, todos tivessem conhecimento do processo avaliativo e pudessem dele participar. Acredita-se que esse prazo foi mais do que suficiente para que todos os segmentos acadêmicos tivessem conhecimento da existência da pesquisa e tempo para participar dela.

A pesquisa feita por meio dos questionários teve o objetivo de obter a perspectiva que diversos segmentos vinculados ao IFG têm a respeito das dimensões do SINAES elencadas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004 e que devem ser observadas pela Instituição. Não houve a

participação de pessoas externas à CPA na criação dos questionários em razão principalmente da exiguidade do tempo para finalização das avaliações, mas também porque a CPA possui autonomia prevista em Lei para realizar seu trabalho.

Portanto, embora tenha sido feito com esmero, não se espera que o trabalho da Comissão Própria de Avaliação satisfaça a todos. Esta CPA entende que, sendo contra ou a favor, a unanimidade é perigosa na medida em que pode levar o homem a um estado de letargia. A “unanimidade é o esforço para inibir a criatividade, reprimir a reflexão, enterrar a capacidade crítica. Unanimidade é o fim da discussão. Quem pensa com a unanimidade nem precisa pensar”¹. Por isso, opiniões divergentes à metodologia adotada neste trabalho, bem como em relação aos resultados aqui apresentados, serão proveitosas na elaboração das próximas autoavaliações.

¹ REEBERG, Wilson. **A unanimidade é burra**. Disponível em:
<http://www.remolivre.com/a_unanimidade_e_burra.html>. Acesso em: 12 jul. 2013.

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Sigla: IFG

Código da IES/e-MEC: 1811

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Natureza jurídica: autarquia federal

Caracterização da IES: instituição pública federal de ensino

Estado: Goiás

Endereço da Reitoria: Av. Assis Chateaubriand nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia-GO

Câmpus em funcionamento: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

Câmpus em implantação: Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás.

1.2 HISTÓRICO

A história de implantação e de desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem início com a construção, no Brasil, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O embrião da Rede Federal foi a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

As mudanças que ocorreram nos projetos que visavam a construir tal rede – que vinha se desenvolvendo processualmente ao longo da História – tiveram como marcas o ano de 1941, com a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, e no mesmo ano, em Escolas Industriais, em alguns Estados, e em Escolas Técnicas noutros, como foi o caso de Goiás.

Em 1968, noutro movimento desse processo, essas instituições assumiram a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETFs). Entre 1978 e 2001, as Escolas Técnicas Federais passaram, individualmente, em sua maioria, pela transformação que deu origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse mesmo período, também foram transformadas em CEFETs algumas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em vários Estados. As EAFs, assim como os CEFETs, faziam parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

As atividades da atual Instituição tiveram início na antiga capital de Goiás, Vila Boa, hoje cidade de Goiás. Com sua transferência para Goiânia, passou a funcionar, a partir de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Goiânia, oferecendo cursos na área industrial, os quais ainda não tinham equivalência com o ensino secundário regular.

Em fevereiro de 1959, a Escola foi transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em agosto de 1965, passou a se denominar Escola Técnica Federal de Goiás, atuando basicamente na oferta de cursos técnicos na área industrial, integrado ao ensino de 2º grau. Por Decreto sem número, de 22 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 23 de março de 1999, a então Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

Em 2008, os CEFETs (com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ) e as EAFs foram transformados em Institutos Federais, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). De acordo com a lei mencionada, também compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. A Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, incluiu o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, na mencionada Rede Federal de Ensino, tendo em vista que esse colégio já fazia parte da mesma rede que abrigava os CEFETs e EAFs.

Ao longo de mais de cem anos de existência, essas instituições passaram por diversas terminologias de identificação e vários perfis de atuação, sempre voltadas para o desenvolvimento da Educação Profissional nos Estados e no País. E neste momento, quando o número de unidades de ensino dessa Rede Federal salta de 140, até o ano de 2005, para 354 unidades num prazo de cinco anos, é natural que essa Rede de Ensino passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

A nova identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás apontou para a consolidação de seu trabalho como instituição de ensino básico, superior e de pós-graduação, com instrumentos legais e acadêmicos pensados nas três áreas de abrangência (ensino, pesquisa e extensão) que viabilizem a sua atuação, ao tempo em que se estabeleceu como sua a responsabilidade social pela oferta de cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, preferencialmente com a formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, o Instituto Federal de Goiás tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, teve início em 2009 a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais e educativas. Para isso, criou-se o Estatuto do IFG.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituíram-se e consolidaram-se os Programas de Iniciação Científica, com o objetivo de incentivar e viabilizar a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu-se e se buscou a consolidação de uma política de formação continuada, por meio de programas de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, Goiás passou a contar com dois Institutos, sendo o primeiro constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, inicialmente com os Câmpus de Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Anápolis e Luziânia e a Reitoria instalada em Goiânia, e o segundo, o Instituto Federal Goiano, formado pela fusão dos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, com Reitoria também localizada em Goiânia.

Atualmente, o Instituto Federal de Goiás possui dez Câmpus em funcionamento (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu) e cinco em implantação (Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás).

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais, na forma da Lei 11.892/2008. O IFG é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, atuando também na formação de professores.

A Instituição tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, visando à integração e a verticalização

da educação básica à educação profissional e superior, por meio da melhoria da infraestrutura física, do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e dos recursos de gestão.

O IFG orienta a sua atuação visando à consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais, educativos e culturais locais e regionais, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, por meio do oferecimento da capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes municipais e estaduais de ensino.

A Instituição oferece desde a educação básica à pós-graduação *lato e stricto sensu*, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio. Na educação superior, prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua de forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Na Educação a Distância, oferece cursos técnicos de nível médio e técnicos subsequentes. Atualmente, oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e participa de programas governamentais como Mulheres Mil e Profucionário.

2 METODOLOGIA

Para a produção deste Relatório, a Comissão Própria de Avaliação planejou e desenvolveu as seguintes ações sucessivas:

- Visitas aos oito Câmpus a serem avaliados.
- Composição das Subcomissões de Autoavaliação das Unidades do IFG.
- Leitura e apreciação das Prestações de Contas Ordinárias Anuais (2011/2012) do IFG.
- Leitura e apreciação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI².
- Início da elaboração do Relatório de Autoavaliação 2011/2012, a partir dos documentos institucionais, observadas as dez dimensões da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
 - Elaborações de sete questionários de autoavaliação.
 - Lançamento da pesquisa *online* no *site* do IFG.
 - Publicação de notícias no *site* do IFG, por meio das Coordenações de Comunicação Social da Reitoria e dos Câmpus, com orientações sobre como participar do processo avaliatório.
 - Publicação de um *banner* no *site* do IFG (produzido pela Coordenação-Geral de Comunicação Social), com informação sobre a autoavaliação, durante o período em que a participação esteve disponível.
 - Envio de mensagens por correio eletrônico (*e-mails*) aos servidores sobre a autoavaliação.
 - Encerramento do período de participação na pesquisa de autoavaliação.
 - Exportação dos dados da pesquisa de autoavaliação, a partir do *software LimeSurvey*.
 - Organização dos dados da pesquisa por dimensão, atendendo à legislação.
 - Sistematização dos dados da pesquisa.
 - Análise dos resultados.
 - Finalização do relatório.

Diferentemente do que se planejou (págs. 8-9), as Subcomissões de Avaliação dos Câmpus não participaram diretamente da elaboração e escrita dos três Relatórios de Autoavaliação produzidos na gestão da atual CPA. Em alguns Câmpus, as Subcomissões foram bastante ativas no encaminhamento dos segmentos acadêmicos para a participação na pesquisa *online*, com destaque para o segmento discente. Mas em razão da distância entre os Câmpus, bem como pela impossibilidade de uma articulação efetiva, a produção dos Relatórios foi feita pela CPA em sua sede no Câmpus Goiânia.

² O PDI é o documento que orienta o planejamento da Instituição, identificando princípios, objetivos, metas, atividades e ações a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

2.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Os instrumentos utilizados para a elaboração deste Relatório foram:

- Prestações de Contas Ordinárias Anuais 2011 e 2012 (para extração de informações e dados).
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
- Questionários de avaliação *online* 2012.

Considerando ter iniciado suas atividades somente no segundo semestre de 2012, não foi feito o questionário de avaliação para o ano de 2011. Restou à CPA consultar os documentos institucionais com vistas a extrair dados e informações relativas a esse ano. Somente na primeira semana de abril/2013 a CPA teve acesso à Prestação de Contas Ordinária Anual (Relatório de Gestão do Exercício de 2012), complementando as informações necessárias.

Para avaliar o ano de 2012, foram disponibilizados na Internet (ifg.edu.br/cpa), entre os dias 04/12/2012 e 15/03/2013, sete questionários destinados a obter a opinião dos seguintes segmentos que se vinculam ao IFG: discentes dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnologia, discentes dos cursos de pós-graduação, discentes dos cursos técnicos oferecidos a distância (EaD), docentes, servidores técnico-administrativos e gestores. Além desses grupos, houve um questionário destinado à comunidade externa.

Na compilação de dados, a CPA deliberou que as respostas do questionário disponibilizado aos discentes dos cursos técnicos de EaD fossem adicionadas às respostas da comunidade externa, tendo em vista que os cursos de nível médio e técnico não são objetos desta avaliação, uma vez que estão sendo avaliados somente os cursos superiores, conforme legislação do SINAES. Os questionários destinados aos segmentos acima identificados se encontram no item 2.1.1, a seguir. No *site* do IFG, constam os questionários mencionados, assim como os percentuais de participação que identificam o perfil dos participantes e os percentuais que identificam as opções de conceitos das respostas – **plenamente adequado, muito adequado, adequado, pouco adequado, inadequado e desconheço**. Esses conceitos foram utilizados para avaliar cada um dos itens das diversas dimensões presentes nos questionários. Porém, há uma dimensão que não está contida nos questionários *online*.

Neste Relatório de Autoavaliação, a dimensão 10 (sustentabilidade financeira) não foi incluída nos questionários tendo em vista que os integrantes da CPA entenderam que os números relativos a ela são de conhecimento de um segmento restrito de servidores, isto é,

apenas aqueles que lidam com as questões financeiras do IFG (lotados em setores financeiros) e o ordenador de despesas. Por isso, os dados relativos à sustentabilidade financeira apresentados nesta autoavaliação foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2011 e 2012.

2.1.1 Questionários de Autoavaliação

A Tabela 1 apresenta os tópicos dos questionários de autoavaliação que, para uma melhor compreensão, foram distribuídos por dimensão.

Tabela 1 - Dimensões do SINAES

Dimensão 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional (tópicos avaliados pelos segmentos abaixo relacionados dos Câmpus ³)	
<i>Avaliação dos Documentos Institucionais</i>	
Segmento Técnico-Administrativo	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Ensino Superior	Projeto Pedagógico da Instituição – PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Pós-Graduação	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
Segmento Docente	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Regulamento do TCC
	Regulamento de Atividades Complementares
	Matrizes curriculares dos Cursos
Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização (tópicos avaliados pelos segmentos abaixo relacionados dos Câmpus)	
Segmento Técnico-Administrativo	Extensão
	– Divulgação dos cursos
	– Participação nos cursos
	– Qualidade dos cursos
	– Adequação dos cursos conforme a demanda
	– Incentivo à capacitação
Segmento Discente Ensino Superior	Curso
	– Projeto Pedagógico da Instituição – PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Divulgação do Regulamento do TCC
	– Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	– Facilidade de realização do estágio
	– Realização de visitas técnicas
	– Atuação da Monitoria
	– Expectativas do aluno referentes ao Curso
	Atuação docente nas disciplinas técnicas
– Apresentação do Plano de Ensino	
	– Planejamento das aulas

³ Os Câmpus avaliados são: Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

	- Domínio do conteúdo
	- Clareza (técnicas de ensino/didática)
	- Disponibilidade para atendimento
	- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	- Processo de avaliação da aprendizagem
	- Relação professor/aluno
	- Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	Atuação docente nas disciplinas do núcleo comum
	- Apresentação do Plano de Ensino
	- Planejamento das aulas
	- Domínio do conteúdo
	- Disponibilidade para atendimento
	- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	- Processo de avaliação da aprendizagem
	- Relação professor/aluno
	- Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	Extensão
	- Viabilização dos projetos
	- Programação de recepção aos calouros
	- Eventos institucionais
	Pesquisa
	- Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC e outros)
	- Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	- Bolsa de iniciação científica
	- Auxílio para a participação em eventos científicos
	Cursos
	- Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
- Projeto Pedagógico do Curso - PPC	
- Divulgação do Regulamento da Dissertação	
- Relação Coordenador/aluno	
- Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)	
- Expectativas do aluno referentes ao Curso	
Pesquisa	
- Incentivo às bolsas de pesquisa	
- Divulgação/publicação de trabalhos científicos	
- Auxílio para a participação em eventos científicos	
Atuação Docente nas Disciplinas	
- Apresentação do Plano de Ensino	
- Planejamento das aulas	
- Domínio do conteúdo	
- Disponibilidade para atendimento	
- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.	
- Processo de avaliação da aprendizagem	
- Relação professor-aluno	
- Desempenho e interesse na orientação da Dissertação	
Documentos Institucionais	
Segmento Discente Pós-Graduação	

Segmento Docente	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Regulamento do TCC
	– Regulamento de Atividades Complementares
	– Matrizes curriculares dos Cursos
	Extensão
	– Viabilização dos projetos
	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
– Condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas (infraestrutura, recursos didáticos etc.)	
– Auxílio para a participação em eventos científicos	
Segmento Gestores	Extensão
	– Divulgação dos cursos
	– Qualidade dos cursos
	Pesquisa
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos

Dimensão 3 - A responsabilidade social da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Serviços/ Atendimentos
	– Recepção
	– Protocolo
	– Centro de Seleção
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Cantina
	– Teatro/Auditório(s)
	– Quadra Poliesportiva
	– Eventos do Câmpus abertos à comunidade (festividades, semanas acadêmicas, palestras etc.)
	Extensão
	– Divulgação dos Cursos
	– Participação nos Cursos
– Qualidade dos Cursos	
– Adequação dos Cursos conforme as demandas da região	
– Auxílio financeiro	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo

	– Periódicos e revistas especializadas
	Extensão
	– Programação de recepção aos calouros
	– Participação em projetos
	– Eventos institucionais
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	– Compromisso do Câmpus com a comunidade
	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Extensão
– Adequação dos cursos conforme as demandas da região	

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Coordenação de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	– Relação com o Servidor
	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	Direção
	– Relação Direção-Geral/Comunidade
	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Coordenação de Comunicação Social
	– Atuação
– Transparência	
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Coordenação de Comunicação Social
	– Atuação
– Transparência	
– Presteza na solução das demandas	

	– Relação com o Servidor
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Coordenação de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	– Relação com o Servidor
	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Coordenação de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
– Presteza na solução das demandas	
– Relação com o Servidor	

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	– Incentivo à qualificação
	Serviços/Atendimento
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)

Dimensão 6 - Organização e gestão da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Serviços/Atendimento
	– Recepção
	– Protocolo
	– Direção Administrativa
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)
	– Teatro/Auditório(s)
	Direção
	– Atuação da Direção-Geral no Câmpus
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/servidor
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria
	– Atuação
	– Transparência
– Presteza na solução das demandas	

	– Relação com o Servidor
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	Direção
	– Atuação da Direção-Geral no Câmpus
	– Transparência da gestão
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	Serviços/Atendimento
	– Recepção
	– Segurança
	– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)
	– Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)
	– Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E)
	– Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Protocolo
	– Departamento de Áreas Acadêmicas
	– Cantina
	Curso
	– Atuação da Coordenação
	– Relação Coordenador/aluno
	Direção
	– Atuação da Direção-Geral no Câmpus:
	– Transparência da gestão
	– Relação Direção-Geral/aluno
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
	Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)
– Recepção	
– Segurança	
– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)	
– Protocolo	
– Departamento de Áreas Acadêmicas	
– Cantina	
Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.	
– Atuação	
– Transparência	
– Presteza na solução das demandas	
– Relação com o Servidor	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	
	– Coord. de Curso
	– Coord. Acadêmica
	– Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)

	<ul style="list-style-type: none"> – Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente – Protocolo – Recursos Didáticos – Cantina
	Curso
	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Coordenação – Relação Coordenador/aluno
	Direção
	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Direção-Geral no Câmpus – Transparência na gestão – Relação Direção-Geral/docente
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.
	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação – Transparência – Presteza na solução das demandas – Relação com o Servidor
	Serviços/Atendimento
	<ul style="list-style-type: none"> – Recepção – Protocolo – Centro de Seleção – Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente – Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE) – Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE) – Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E) – Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX) – Cantina – Teatro/Auditório(s) – Departamento de Áreas Acadêmicas
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Direção
	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação da Direção-Geral no Câmpus – Transparência na gestão – Relação Direção-Geral/comunidade
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.
	<ul style="list-style-type: none"> – Atuação – Transparência – Presteza na solução das demandas – Relação com o Servidor
Dimensão 7 - Infraestrutura física	
	Instalações Físicas
Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<ul style="list-style-type: none"> – Iluminação – Limpeza – Mobiliário

	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	Instalações Físicas
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	Instalações Físicas
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
	Biblioteca
	– Espaço físico
	Laboratório de Informática
	– Quantidade de computadores
	– Manutenção dos computadores
	– Internet
	– Horário de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	Laboratórios de Curso
	– Condições técnicas/equipamentos
	– Disponibilidade de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	– Atualização dos equipamentos
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	Instalações Físicas
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
	Biblioteca
	– Espaço físico
	Laboratório de Informática
	– Quantidade de computadores
	– Manutenção dos computadores
	– Internet
	– Horário de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	Laboratórios de Curso
	– Condições técnicas/equipamentos
	– Disponibilidade de funcionamento
	– Atendimento aos usuários
	– Atualização dos equipamentos
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	Instalações Físicas
	– Iluminação
	– Limpeza

	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	Instalações Físicas
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade

Dimensão 8 - Planejamento e avaliação

Segmento Técnico Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	AutoAvaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação servidor técnico-administrativo/professor
	– Relação servidor técnico-administrativo/aluno
	– Relação com a comunidade externa
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados pelos alunos do PRONATEC, FIC, Mulheres Mil e Ensino a Distância)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação aluno/professor
	– Relação aluno/servidor técnico-administrativo
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação aluno/servidor técnico-administrativo
	– Relação aluno/trabalhador terceirizado
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação aluno/servidor técnico-administrativo
	– Relação aluno/trabalhador terceirizado
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	Atuação discente nas disciplinas
	– Comprometimento com as atividades acadêmicas
	– Participação em eventos científicos
	– Respeito
	Autoavaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s)
	– Utilização de metodologias de ensino
	– Relação professor/servidor técnico-administrativo
	– Relação professor/aluno
	– Relação com demais docentes
	– Relação com trabalhadores terceirizados
	Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)
– Assiduidade e pontualidade	
– Relação com o servidor técnico-administrativo	
– Relação com o aluno	

	<ul style="list-style-type: none"> – Relação com o docente – Relação com os trabalhadores terceirizados
Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes	
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	<i>Biblioteca</i>
	– Espaço físico
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<i>Biblioteca</i>
	– Espaço físico
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<i>Extensão</i>
	– Viabilização dos projetos

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira (não incluída nos questionários *online*)

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

3 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Nesta seção, são apresentadas as dez dimensões do SINAES, de acordo com a Lei 10.861/2004, e dados obtidos nos questionários de autoavaliação *online* que estiveram disponibilizados à comunidade, no período de 4 de dezembro de 2012 a 15 de março de 2013. Para complementar esses dados, foram inseridos, sempre que necessários, elementos demonstrativos das Prestações de Contas Ordinárias Anuais 2011 e 2012 e informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Quadro 1- Demonstrativo de participação por Câmpus e Reitoria na pesquisa *online*

Câmpus	Segmentos	Total por segmento	Quantidade de participantes	Percentual de participação por Câmpus no total geral
Anápolis	Administrativo	46	46	15,73%
	Comunidade Externa	- ²	14	
	Discente	247	111	
	Docente	67	41	
	Gestores	- ¹	4	
	Total de participantes/Câmpus Anápolis			
Formosa	Administrativo	37	24	6,26%
	Comunidade Externa	- ²	11	
	Discente	135	13	
	Docente	56	35	
	Gestores	- ¹	3	
	Total de participantes/Câmpus Formosa			
Goiânia	Administrativo	169	67	27,17%
	Comunidade Externa	- ²	74	
	Discente Pós-Graduação	15 ³	5	
	Discente	3.845	147	
	Docente	320	72	
	Gestores	- ¹	8	
Total de participantes/Câmpus Goiânia			373	
Inhumas	Administrativo	42	21	6,26%
	Comunidade Externa	- ²	7	
	Discente	408	18	
	Docente	73	36	
	Gestores	- ¹	4	
	Total de participantes/Câmpus Inhumas			
Itumbiara	Administrativo	40	22	6,55%
	Comunidade Externa	- ²	13	
	Discente	266	34	
	Docente	62	19	
	Gestores	- ¹	2	
	Total de participantes/Câmpus Itumbiara			
Jataí	Administrativo	71	14	7,72%
	Comunidade Externa	- ²	7	
	Discente Pós-Graduação	35 ³	-	
	Discente	370	28	

	Docente	88	52	
	Gestores	– ¹	5	
	Total de participantes/Câmpus Jataí		106	
Luziânia	Administrativo	40	25	13,77%
	Comunidade Externa	– ²	33	
	Discente	300	79	
	Docente	61	50	
	Gestores	– ¹	2	
	Total de participantes/Câmpus Luziânia		189	
Reitoria	Administrativo	127	44	3,72%
	Gestores	– ¹	7	
	Total de participantes/Reitoria		51	
Uruaçu	Administrativo	40	27	12,82%
	Comunidade Externa	– ²	24	
	Discente	189	79	
	Docente	54	44	
	Gestores	– ¹	2	
	Total de participantes/Câmpus Uruaçu		176	
TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES/IFG		1.373	100,00%	

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

¹ A CPA não tem ciência do total geral de gestores por Câmpus e Reitoria. Por isso, os números foram omitidos.

² Não há como determinar o total geral da comunidade externa, apenas o nº de respondentes.

³ Os cursos de pós-graduação estão implantados somente nos Câmpus Goiânia e Jataí.

Quadro 2- Demonstrativo de participação geral por segmento na pesquisa *online*

Segmentos	Total por segmento	Quantidade de participantes
Administrativo	612	290
Comunidade Externa	– ¹	183
Discente Pós-Graduação	50	5
Discente	5.760	509
Docente	781	349
Gestores	– ²	37
TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES/IFG		1.373

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

¹ Não há como determinar o total geral da comunidade externa, apenas o nº de participantes.

² A CPA não tem ciência do total geral de gestores por Câmpus e Reitoria. Por isso, os números foram omitidos.

3.1 DIMENSÃO UM – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a primeira dimensão examinará, no processo de autoavaliação, a missão e o plano de desenvolvimento institucional. A respeito da missão, o PDI estabelece que

o Instituto Federal de Goiás tem como papel social a produção, a sistematização e a difusão de conhecimento científico, tecnológico e artístico, ampliando e aprofundando a formação de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da construção de uma sociedade mais democrática e mais justa social e economicamente.

De acordo com a Prestação de Contas Ordinária Anual 2012,

na condição de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, o IFG apresenta como responsabilidade o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, atuando na formação de profissionais dos mais diversos níveis e modalidades, tendo como suporte uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade; articulada ao desenvolvimento da pesquisa e ações de extensão, estabelecendo uma relação com a comunidade goiana que seja calcada na correspondência aos anseios da sociedade civil organizada.

A visão da Instituição, segundo a Prestação de Contas supracitada, é “constituir-se como referência na área profissional e tecnológica, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social”.

O PDI do Instituto Federal de Goiás é o documento que identifica a Instituição no que se refere a aspectos como a sua função social, os seus objetivos e metas institucionais e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. Ele orienta o planejamento da Instituição no período de sua abrangência, identificando as ações e atividades a serem desenvolvidas. O atual documento foi discutido no I Congresso do PDI do IFG, realizado no mês de fevereiro de 2012, e as propostas apresentadas e aprovadas no referido congresso compõem o documento que será apresentado ao Conselho Superior para aprovação final.

De acordo com o PDI (2012-2016),

o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) tem como papel social a produção, a sistematização e a difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, buscando uma construção dialógica e socializada desses conhecimentos. O IFG objetiva, sobretudo, mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (*omnilateral*) de profissionais cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente.

O Instituto Federal de Goiás vem ampliando, ao longo da história, sua inserção social, inclusive com a implantação de novos Câmpus em cidades de diferentes regiões do Estado de Goiás, dando continuidade à sua história centenária e se firmando como um ambiente de formação escolar e acadêmica e de realização de ações políticas, pedagógicas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos e lideranças e, principalmente, formando profissionais qualificados e conscientes de seus direitos e responsabilidades com a vida em sociedade.

Exemplo desse dinamismo é a atualização constante das finalidades, das características, dos princípios e das metas da Instituição e sua articulação com o PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)⁴, bem como a articulação destes com o contexto

⁴ O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) visa estabelecer princípios, diretrizes e metas destinadas a orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional, no seu sentido mais estrito.

socioeconômico regional e nacional, assim como com a realidade vivenciada cotidianamente pela Instituição.

Com a criação do Instituto Federal de Goiás, a partir de 30 de dezembro de 2008, houve todo um processo de reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas da Instituição, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Para isso, foi elaborado o Estatuto do IFG. Com a aprovação do Estatuto, abriram-se importantes processos de construção de dois documentos fundamentais: o PDI e o Regimento Geral⁵, que foram elaborados de forma democrática, inclusive com a realização de consultas públicas.

Assim, toda a comunidade acadêmica – estudantes e servidores – e a comunidade externa puderam se manifestar, no período de 15 de dezembro de 2010 a 28 de abril de 2011, da criação desses documentos, registrando suas considerações e apresentando sugestões de alteração por meio de página eletrônica específica. Após esse período, houve a sistematização de um texto que serve hoje de referência para as discussões que antecedem a homologação do PDI pelo Conselho Superior.

Em relação à Dimensão 1, as atividades da Comissão Própria de Avaliação buscam a identificação da convergência do PDI com o Plano Educacional propostos pelo conjunto da comunidade acadêmica e também pelo Governo Federal, visando à inclusão social, que pode ser traduzida no projeto de implantar e melhorar os processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, cultural, técnico e tecnológico.

De acordo com o PDI, o Instituto Federal de Goiás atua orientado pelos seguintes princípios:

- compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, e a preservação do meio ambiente.
- transparência e gestão democrática.
- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
- compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão.
- natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

⁵ O Regimento Geral é o documento institucional que reúne o conjunto de normas que regem o funcionamento interno do IFG.

Desse modo, a configuração das áreas de atuação do IFG ocorre por meio do delineamento modelado pelos princípios elencados anteriormente que configuram, em última instância, as suas características, objetivos e finalidades, que são:

- assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição.
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, melhorando significativamente a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão.
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico.
- qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, engenharias, pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica.
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano.
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em busca de alcançar com êxito suas finalidades e metas, o IFG desenvolve diversos programas, atividades e ações. Seus principais objetivos são:

- ministrar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica.
- ministrar ensino médio, observadas a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio.
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia.
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica.
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.
- realizar pesquisas aplicadas que estimulem o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa, estendendo seus benefícios à comunidade.

- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
- estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional.
- promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

3.1.1 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 1

A respeito da missão e do plano de desenvolvimento institucional, a pesquisa *online* buscou saber acerca dos **Documentos Institucionais**:

- a visão dos Servidores Técnico-Administrativos acerca do Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, do Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- a concepção dos Discentes do Ensino Superior sobre o PPI, o PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- o ponto de vista dos Discentes da Pós-Graduação em relação ao PPI e ao PPC .
- a opinião dos Docentes no que se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao PPI, ao PPC, ao Regulamento de TCC, ao Regulamento de Atividades Complementares e às Matrizes Curriculares dos Cursos.

O Gráfico 1 mostra a percepção dos docentes do IFG – que participaram da pesquisa – a respeito dos documentos mencionados.

Documentos Institucionais - perspectiva dos docentes

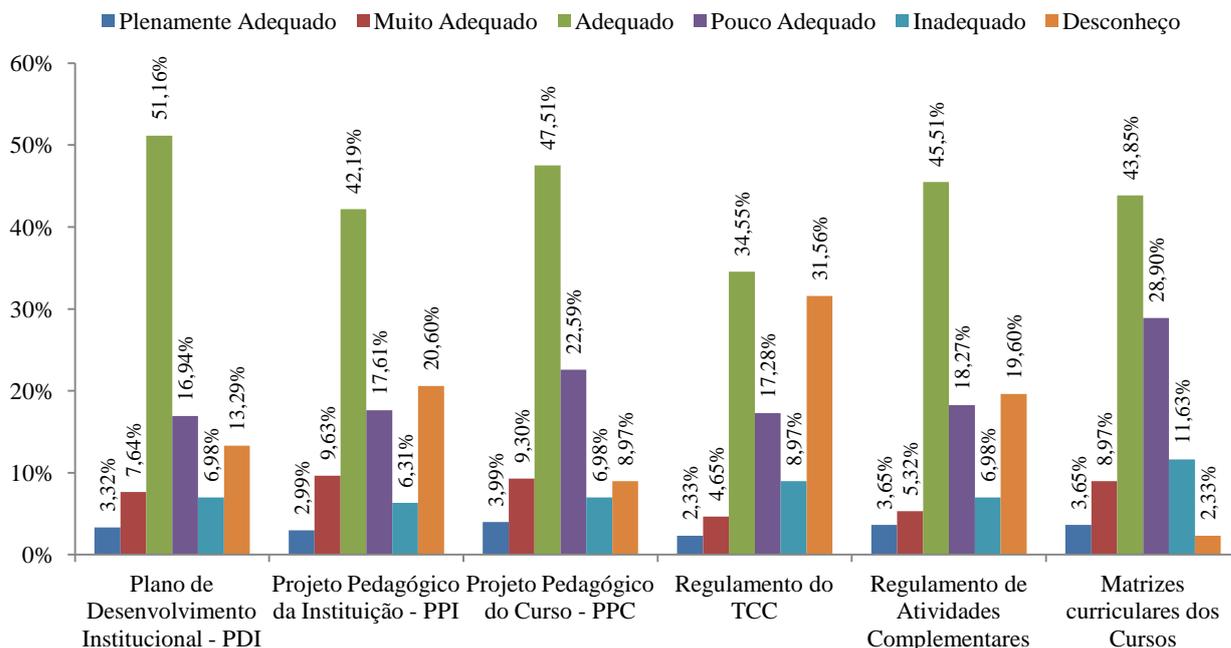


Gráfico 1

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 1 evidencia que os documentos institucionais foram considerados adequados por mais de 40% dos docentes participantes da pesquisa, com exceção do Regulamento de TCC (34,55%). Há um alto índice de professores que declaram desconhecer esses documentos, de acordo com o resultado da pesquisa.

3.2 DIMENSÃO DOIS – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a segunda dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, “a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”. Assim, este relatório apresentará os resultados da autoavaliação e analisará a coerência entre as políticas aplicadas e os documentos oficiais.

No que se refere ao ensino, serão demonstrados dados acerca da atuação docente nos diversos cursos superiores oferecidos pelo IFG. No que concerne à pesquisa, serão analisados a política de incentivo à iniciação e produção científica (nas mais diversas modalidades), a divulgação e a publicação dos trabalhos científicos, as bolsas de iniciação científica, além do auxílio para a participação em eventos. Em relação à pós-graduação, além de alguns aspectos já mencionados nas atividades anteriores, serão apresentadas a atuação, a transparência, a presteza na solução das demandas, bem como a relação com o servidor.

No que tange à extensão, serão avaliadas a viabilização dos projetos e a programação dos eventos institucionais, tais como a recepção aos calouros, os encontros de egressos, a realização de seminários, os grupos de estudos étnicos, as oficinas de literatura e cinema e a realização do sarau de literatura.

Dentre as dez dimensões do SINAES, a segunda é a que recebe maior peso (35 pontos) atribuído pelo Ministério da Educação (MEC), conforme Portaria Nº 1.264, de 17 de outubro de 2008 (DOU, Seção 1, p. 22, 20/10/2008). Isso se deve ao fato de que o MEC entende a articulação entre o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão como uma das mais importantes e necessárias dentro de qualquer instituição de ensino no país.

Num contexto de grande expansão, o IFG vive, paralelamente, um processo de consolidação de sua responsabilidade social na condição de instituição de ensino que desenvolve um trabalho abrangente do ensino básico de nível médio ao superior e de pós-graduação, trabalhando com instrumentos legais, técnicos, tecnológicos e acadêmicos pensados e desenvolvidos nas três áreas de abrangência (ensino, pesquisa e extensão) que viabilizam a sua atuação, ao mesmo tempo em que coloca em prática a sua ação educacional de ofertar cursos técnicos e tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, preferencialmente com a formação integrada à educação geral. Atualmente, o IFG oferece à sociedade os seguintes cursos:

- **Cursos Superiores de Tecnologia** - Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Logística, Processos Químicos, Geoprocessamento, Agrimensura, Construção de Edifícios, Estradas, Transportes Terrestres, Saneamento Ambiental, Hotelaria, Gestão de Turismo e Redes de Telecomunicações.

- **Cursos Superiores na Modalidade Licenciatura Plena** - Física, Química, Matemática, Biologia, História e Música.

- **Cursos Superiores na Modalidade Bacharelado** - Informática, Controle e Automação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

- **Cursos Técnicos de Nível Médio** nas modalidades:

- **Integrado** - Secretaria Escolar, Informática para Internet, Edificações, Química, Agroindústria, Biotecnologia, Controle Ambiental, Alimentos, Informática, Automação Industrial, Eletrotécnica, Agrimensura, Mecânica, Manutenção e Suporte em Informática, Instrumento Musical, Eletrônica, Mineração e Trânsito.

- **Subsequente** - Edificações, Automação Industrial, Eletromecânica, Agrimensura, Mecânica e Mineração.

- **PROEJA Integrado** - Transporte de Cargas, Manutenção e Suporte em Informática, Edificações e Cozinha.

- **Educação a Distância:**

- **Cursos Técnicos de Nível Médio** - Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, sendo esses dois cursos integrantes do Programa Profucionário.

- **Subsequente** - Açúcar e Álcool.

O **Indicador Relação Candidato/Vaga** no contexto de oferta dos cursos acima relacionados possibilita que se calcule a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas durante os anos de 2007 a 2012. A sua geração foi realizada por meio da seleção de todos os ciclos de matrículas com data de início entre 2007 e 2012. Assim, foram totalizadas a quantidade de candidatos em cada ciclo e também a quantidade de vagas em cada ciclo, formando o **numerador** e **denominador do indicador**, respectivamente. O cálculo leva em consideração todos os candidatos que buscaram a vaga ofertada, por quaisquer formas monitoradas pela Instituição. O resultado do indicador será o quociente da divisão entre ambos os somatórios. Para identificar a relação candidato/vaga, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{Relação candidato/vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}}$$

Quadro 3 - Indicador Relação Candidato/Vaga

Cálculo do Indicador				
Unidade/Exercício		Candidatos	Vagas ofertadas	Indicador
Câmpus Goiânia	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21.179	1.335	15,86
Câmpus Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,233
	2012	1.668	530	3,15
Câmpus Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98

	2011	2.150	270	7,96
	2012	2.095	430	4,87
Câmpus Jataí	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2.616	561	4,66
	Câmpus Uruaçu	2008	1.292	252
2009		1.623	270	6,01
2010		1.336	270	4,95
2011		932	210	4,438
2012		3.615	300	12,05
Câmpus Anápolis	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
	2012	5.100	420	12,14
Câmpus Formosa	2010	1.572	240	6,55
	2011	3.380	300	11,266
	2012	3.373	381	8,85
Câmpus Luziânia	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5.037	440	11,45
IFG	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,679
	2012	47.335	4.727	10,01

Fonte: Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2011/2012

Considerando a totalidade, o **Indicador Relação Candidato/Vaga** apresentado no quadro acima foi de 11,679, em 2011, e de 10,01 em 2012. Isso significa que, no processo seletivo para cada curso do IFG, houve, em média, onze candidatos por vaga em 2011 e dez candidatos por vaga em 2012.

Pode-se observar que esse é um índice que se apresenta crescente a cada ano, com pequenas quedas entre 2008/2009 e 2011/2012. A partir de 2010, o seu crescimento pode ser justificado por dois motivos, fundamentalmente: pela expansão do IFG e pelo percentual de vagas destinadas ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU)/MEC, sendo que este último tem contribuído muito para o aumento do número de candidatos interessados nos cursos superiores do Instituto e também para a consolidação/divulgação do IFG junto à comunidade. Os anos de 2011/2012 confirmam esta tendência.

Em 2011/2012, foi possível destacar, por meio desse indicador, algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, sendo identificados os cursos superiores de Bacharelado em Engenharia Mecânica, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, todos do Câmpus Goiânia. Destaca-se, também, que o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus de Formosa e o curso de Tecnologia em Logística do Câmpus de Anápolis evidenciam a alta demanda em cidades do interior do Estado.

É possível destacar que os cursos técnicos apresentaram uma maior procura, sendo os mais procurados os cursos integrados ao ensino médio, tais como Informática para Internet, Edificações, Controle Ambiental e Mineração, todos do Câmpus Goiânia. Destaca-se, também, o curso de Informática para Internet que aparece em evidência nos Câmpus Anápolis e Luziânia.

Em outras modalidades de cursos técnicos, como PROEJA e Subsequente, nota-se também uma maior concorrência às vagas; entretanto, deve-se sublinhar que os cursos PROEJA de Manutenção e Suporte em Informática dos Câmpus Inhumas e Uruaçu foram os que registraram uma baixa demanda.

Consciente da importância social dos cursos na modalidade PROEJA e da dificuldade de maior adesão, especialmente nas cidades do interior do Estado, o IFG entende que há de ser feita uma análise da situação e da adequação da oferta dos cursos dessa modalidade às expectativas e demandas regionais, ajustando-as ao público-alvo. Direcionada aos cursos na modalidade PROEJA, essa análise foi realizada pela Coordenação de Programas Especiais de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino ao longo do ano de 2012.

A Relação de Ingressos por Alunos constrói um indicador que permite o cálculo para um determinado período, evidenciando a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período; para esse cálculo, é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas na situação ativa (“em curso”) no período (considerando as inclusões de cada mês de ocorrência do período). No denominador, é considerado o total de matrículas em curso, tendo como referência o último mês de ocorrência consolidado, tomando como base a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos *status* do aluno do período. Desse modo, a equação básica para o cálculo desse indicador é a seguinte:

$$\text{Relação} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em 2012}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$$

Quadro 4 - Indicador Relação Ingressos por Alunos

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Câmpus Goiânia	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,70
	2010	1.581	8.148	19,40
	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1.311	6.052	21,66
Câmpus Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,90
	2010	280	1.098	25,50
	2011	265	1.500	17,67
	2012	515	1.591	32,37
Câmpus Itumbiara	2008	91	91	100,00
	2009	243	550	44,18
	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99
	2012	402	1.066	37,71
Câmpus Jataí	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1.879	21,45
	2012	511	1.475	34,64
Câmpus Uruaçu	2008	84	84	100,00
	2009	240	547	43,88
	2010	255	794	32,12
	2011	269	1.063	25,31
	2012	283	850	33,29
Câmpus Anápolis	2010	349	439	79,50
	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
Câmpus Luziânia	2010	343	498	68,88
	2011	440	998	44,09
	2012	623	1.131	55,08

Câmpus Formosa	2010	277	453	61,15
	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
IFG	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4.414	14.001	31,52

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012
Relação ingressos por alunos – por Câmpus e geral

Por meio do Indicador Relação de Ingressos por Alunos é possível analisar a capacidade de oferta de vagas da Instituição. Pode-se observar que, à medida que o Câmpus avança com a formação dos ciclos completos de seus cursos, o indicador tende a se estabilizar, evidenciando a sua real capacidade de ofertas. Em 2011, a relação de ingressos por aluno no IFG foi de 25,82%, e em 2012, 31,52%, o que demonstra a estabilidade do indicador com relação aos anos anteriores e um acréscimo expressivo na oferta de vagas de 5,7% na comparação entre 2012 e 2011.

Foram excluídos dos cálculos do Quadro 2 acima os números referentes aos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, os quais não participaram desta autoavaliação em razão das datas de entrada em funcionamento de ambos. Por isso, os números totais do IFG referentes a 2012 (acima) estão diferentes daqueles constantes no Relatório de Gestão do Exercício de 2012.

O Indicador Relação de Concluintes por Alunos permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “concluída/integralizar fase escolar” e o total de matriculados no mesmo período. A equação básica para o cálculo desse indicador é a seguinte:

$$Relação = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em 2012}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$$

Quadro 5 - Indicador Relação de Concluintes por Alunos

Cálculo do Indicador				
Câmpus/Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,5
	2010	515	8.148	6,32
	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6.052	6,61
Inhumas	2010	28	1.098	2,55
	2011	67	1.500	4,47
	2012	70	1.591	4,4
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1.063	3,20
	2012	93	850	10,94
Itumbiara	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1.066	16,6
Jataí	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,2
	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1.879	4,26
	2012	158	1.475	10,71
Luziânia	2012	97	1.131	8,58
Formosa	2012	56	861	6,5
Anápolis	2012	31	975	3,18
IFG	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	612	13.883	4,41
	2011	1.017	14.509	7,01
	2012	1.181	14.319	8,25

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012
Relação concluintes por alunos – por Câmpus e geral

De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício 2012, esse indicador possibilita analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. É evidente uma queda na relação de concluintes entre 2008 e 2010. O baixo valor em 2010 se justifica devido ao aumento de matrículas (quase o dobro) quando comparado com 2009, ou seja, de 7.898 em 2009 para 13.883 em 2010. A partir de 2011, ocorre uma tendência de aumento. O valor de 2012 seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo no início de 2013. Com isso, muitas situações de matrículas de concluintes não foram registradas a tempo. Uma constatação é que a tendência do indicador é de crescimento, visto

que o IFG possui grande parte dos seus alunos na fase intermediária dos seus cursos. À medida que parte desses alunos alcançar a situação de concluído, o indicador aumentará.

O Indicador Índice de Eficiência Acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas) nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise. Para análise de cálculo do índice no SISTEC, selecionam-se inicialmente todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista compreendida entre a data inicial e data final informadas para a geração do indicador. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

A obtenção do indicador se dá por meio da geração do numerador, formado pelo total de concluintes (situação final igual a concluído) em 2012 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2011, e o denominador é formado pelos alunos dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é, situação de “evadidos”, “desligados” ou “concluídos”. A equação básica para o cálculo desse indicador é a seguinte:

$$\text{Relação} = \frac{\sum n^{\circ} \text{ de concluintes em 2012}}{\text{alunos com situação final}} [\text{dentro do ciclo com término em 2012}] \times 100$$

Em 2011, a taxa de retenção do fluxo escolar (aluno “em curso” com ciclo vencido) foi de 46,55%, percentual acima daqueles registrados em anos anteriores, embora a Instituição tenha incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: grupos de apoio psicopedagógico, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo à iniciação científica e assistência ao educando etc.

Segundo consta no Relatório de Gestão do Exercício de 2012, o aluno do IFG está tendo oportunidades de trabalho antes da conclusão de seu curso ou dedicando um tempo extra a estágio, o que, em última instância, pode contribuir para o aumento do tempo dele no curso. Constatações desse tipo devem ser temas de reflexão, de modo a gerar políticas que proporcionem ao estudante a sua permanência de acordo a meta estabelecida pelo curso.

O gráfico abaixo mostra o Índice de Eficiência Acadêmica do ano de 2012, que foi de 48,1%, e mais os dados até o ano de 2008.

Eficiência Acadêmica

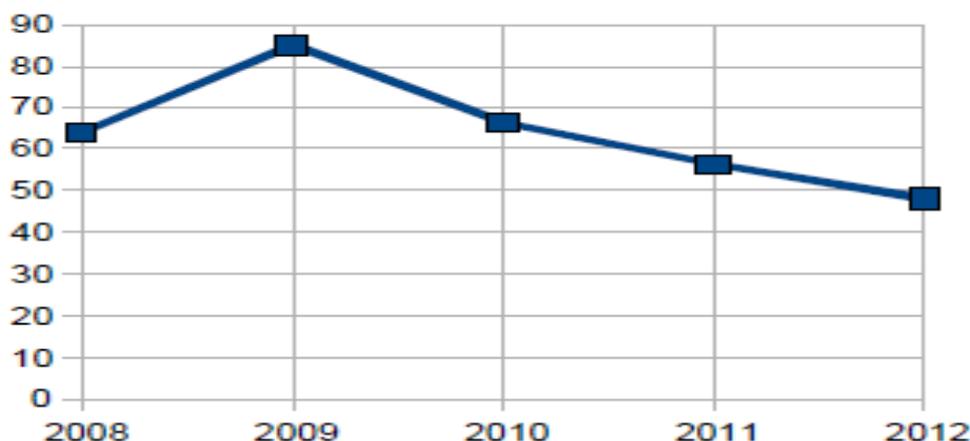


Gráfico 2 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente
Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012

De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício de 2012, o Indicador Índice de Eficiência Acadêmica permite verificar se o IFG obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes com ciclo ainda em vigor e o número de alunos que não estão mais ativos. Apenas dois Câmpus do IFG possuem todos os ciclos ativos na maioria dos cursos, contribuindo, assim, na formação dos concluídos. Mesmo nesses Câmpus existe um grande número de novos cursos nos quais os alunos se encontram nos primeiros anos e, além disso, o modelo IFG é diverso e complexo, possuindo cursos em diferentes níveis de ensino com carga horária/duração dos cursos também diferenciados, pois as políticas da educação têm sido alteradas em curto espaço de tempo. Portanto, a análise de eficiência somente é possível a partir do acompanhamento dos ingressos de determinado nível de curso até que esses ingressantes concluem o curso.

O Relatório de Gestão do Exercício de 2012 informa que o indicador ficou comprometido com o movimento de paralisação ocorrido em 2012, pois todos os alunos de ciclos com término em 2012 e que teriam a situação alterada para concluídos ficaram sem esses registros, de modo que os dados de concluídos não favorecerão o indicador no próximo ano, uma vez que a data prevista de término do ciclo já ocorreu em 2012. O mesmo aplica-se aos dados de concluídos de 2011, cujo indicador também ficou comprometido por causa da greve que ocorreu naquele ano.

Segundo os documentos oficiais, o objetivo do IFG é trabalhar com uma eficiência de 75% a 85%. Para alcançar isso, tem colocado como meta uma comunicação mais eficaz com o alunado. Procura-se motivar os alunos para que concluem não apenas os componentes da

matriz, como também os estágios e/ou outras atividades obrigatórias dentro do prazo previsto do ciclo.

O Indicador Índice de Retenção do Fluxo Escolar é calculado para matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula) ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais) ocorra em período (mês de ocorrência) superior à data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O cálculo do indicador para o ano de 2012 procedeu com a seleção de todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre janeiro/2012 e dezembro/2012. Em cada ciclo foi contabilizado o total de matrículas em situação em curso, compondo assim o numerador. O denominador foi composto por todas as matrículas registradas nos ciclos de matrícula considerados. Para o cálculo desse indicador, os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2012. A tabela a seguir mostra a totalização por Câmpus e o cálculo do indicador.

Quadro 6 - Indicador Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Anápolis	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
Formosa	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
Luziânia	2011	11	106	10,38
	2012	212	1.131	18,74
Goiânia	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	18,2
	2011	439	861	50,99
	2012	2.391	6.052	39,51
Inhumas	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1.591	38,59
Itumbiara	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1066	16,23
Jataí	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34

	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1.475	12,88
Uruaçu	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
IFG	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13.883	16,08
	2011	855	2.162	39,55
	2012	3.911	14.319	27,3

Fonte: Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2011/2012

Os dados do quadro acima revelam que o percentual de retenção do fluxo escolar (aluno “em curso” com ciclo vencido) em 2012 foi de 27,3%, valor que aponta para uma aproximação aos níveis aceitáveis de retenção (10% a 20%). O Indicador Índice de Retenção do Fluxo Escolar ficou comprometido com o movimento de paralisação ocorrido em 2012, pois todos os alunos de ciclos com término em 2012 e que teriam a situação final definida ficaram sem esses registros. O mesmo se aplica aos dados de 2011, cujo indicador também ficou comprometido por causa do movimento de paralisação que ocorreu naquele ano.

3.2.1 Indicadores de Gestão do Instituto Federal de Goiás

De acordo com o Relatório de Gestão 2012 do IFG, o TCU determinou, por meio do Acórdão nº 2.267/2005, que a partir de 2005 os Institutos Federais informassem nas suas Prestações de Contas Ordinárias Anuais um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Segundo o acórdão mencionado, os Institutos Federais deverão apresentar o resultado dos indicadores considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O quadro a seguir apresenta os indicadores de gestão do IFG referentes aos anos de 2008 a 2012

Quadro 7 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula do cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Administrativos	Gastos correntes por aluno	*	12.673,76	11.015,65	11.370,83	6.559,92	5.164,94
	Percentual de gastos com pessoal	**	56,91	61,10	65,38	70,36	59,55
	Percentual de gastos com outros custeios	***	15,19	11,34	9,99	10,59	11,77
	Percentual de gastos com investimentos	****	25,25	23,40	20,20	17,31	27,00

Fonte: SIAFI/Relatório de Gestão do Exercício de 2012

*Gastos correntes por aluno = total de gastos/número matrículas

**Percentual de gastos com pessoal = total de gastos com pessoal x 100/gastos totais

***Percentual de gastos com outros custeios = total de gastos com outros custeios x 100/gastos totais

****Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais) = total de gastos com despesas de investimentos (LOA + movimentações) x 100/gastos totais

O Quadro 7 revela a política adotada pelo Governo Federal para a Educação. De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício de 2012, essa política vem ao encontro dos objetivos e metas estabelecidas pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica em Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Segundo o relatório mencionado, a política adotada pela Instituição de otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições compartilhadas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infraestrutura física, tem contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, o Relatório de Gestão do Exercício de 2012 conclui que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados principalmente em instituições educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho. Diante disso, a Reitoria do IFG tem se empenhado na busca por recursos extraorçamentários, o que pode ser comprovado por meio do montante disponibilizado através dos créditos recebidos por movimentação interna e externa nos últimos anos.

Concluindo, o PPA 2012-2015 (Plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação) do Governo Federal continuou a estabelecer metas e prioridades para a educação incluindo, especificamente, a educação profissional e tecnológica na perspectiva de que essa modalidade de educação incrementará a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação tem possibilitado ao IFG maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável de Goiás.

3.2.2 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 2

No que se refere à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, a autoavaliação buscou saber:

- a opinião dos Servidores Técnico-Administrativos sobre a **Extensão** (divulgação dos cursos, participação nos cursos, qualidade dos cursos, adequação dos cursos conforme a demanda e o incentivo à capacitação).

- a percepção dos Discentes do Ensino Superior a respeito do **Curso** (Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso - PPC, Divulgação do Regulamento do TCC, realização de atividades complementares [eventos, palestras etc.], facilidade de realização do estágio, realização de visitas técnicas, atuação da monitoria e expectativas do aluno referentes ao Curso); no que se refere à **Atuação Docente nas Disciplinas Técnicas** (apresentação do Plano de Ensino, planejamento das aulas, domínio do conteúdo, clareza [técnicas de ensino/didática], disponibilidade para atendimento, metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc., processo de avaliação da aprendizagem, relação professor/aluno, desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado); em relação à **Atuação Docente nas Disciplinas do Núcleo Comum** (apresentação do Plano de Ensino, planejamento das aulas, domínio do conteúdo, disponibilidade para atendimento, metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc., processo de avaliação da aprendizagem, relação professor/aluno e desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado); a respeito da **Extensão** (viabilização dos projetos, programação de recepção aos calouros e eventos institucionais); sobre a **Pesquisa** (incentivo à iniciação e produção científica [PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC e outros], divulgação/publicação dos trabalhos científicos, bolsa de iniciação científica e auxílio para a participação em eventos científicos).

- a visão dos Discentes da Pós-Graduação a respeito do **Curso** (Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso - PPC, divulgação do Regulamento da dissertação, relação Coordenador/aluno, realização de atividades complementares [eventos, palestras etc.], expectativas do aluno referentes ao Curso); no que se refere à **Atuação Docente nas Disciplinas** (apresentação do Plano de Ensino, planejamento das aulas, domínio do conteúdo, disponibilidade para atendimento, metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc., processo de avaliação da aprendizagem, relação professor/aluno, desempenho e interesse na orientação da dissertação); sobre a **Pesquisa** (incentivo às bolsas de pesquisa, divulgação/publicação dos trabalhos científicos e auxílio para a participação em eventos científicos).

- a concepção dos Docentes sobre os **Documentos Institucionais** (Projeto Pedagógico da Instituição - PPI, Projeto Pedagógico do Curso - PPC, Regulamento do TCC, Regulamento de Atividades Complementares e Matrizes Curriculares dos Cursos); acerca da **Extensão** (viabilização dos projetos); a respeito da **Pesquisa** (incentivo à iniciação e

produção científica [PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.], divulgação/publicação de trabalhos científicos, condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas [infraestrutura, recursos didáticos etc.] e auxílio para a participação em eventos científicos.

- a avaliação dos Gestores acerca da **Extensão** (divulgação dos cursos, qualidade dos cursos); e a respeito da **Pesquisa** (divulgação/publicação dos trabalhos científicos e auxílio para a participação em eventos científicos).

A seguir, são mostrados os gráficos dos resultados referentes a esta dimensão.

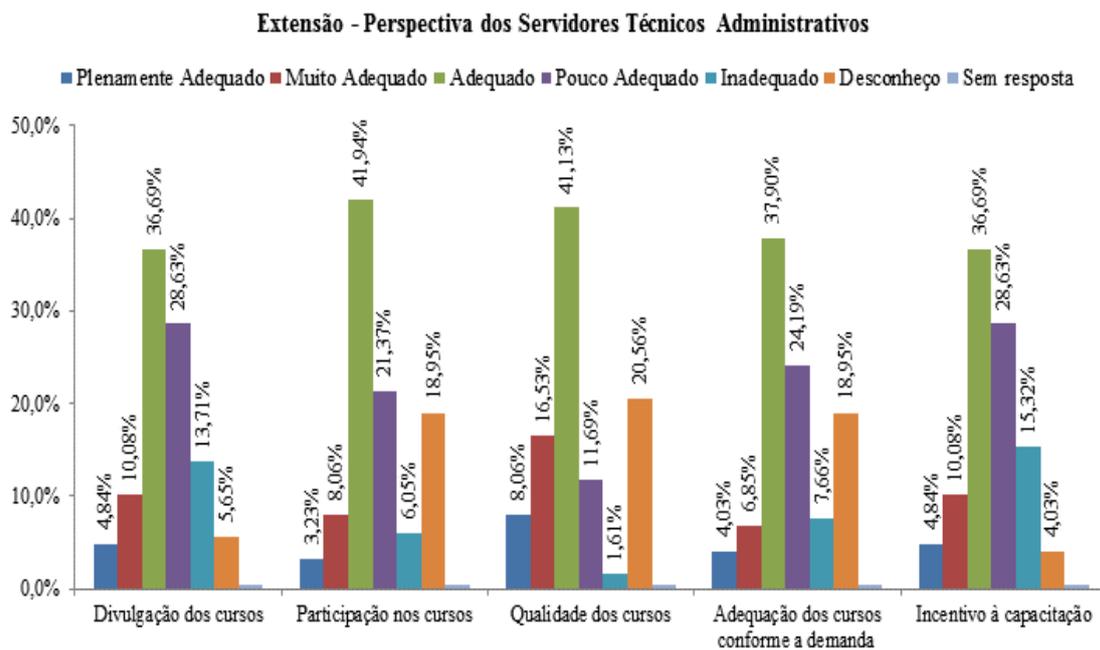


Gráfico 3

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Observa-se que mais de 51% dos servidores técnico-administrativos participantes da pesquisa avaliam a “Divulgação, Participação e Qualidade dos cursos de extensão”, bem como o “Incentivo à qualificação”, como *adequados, muito adequados* ou *plenamente adequados*. 48,78% avaliam a “Adequação dos cursos conforme a demanda” como *adequada, muito adequada* ou *plenamente adequada*.

Curso - perspectiva dos discentes

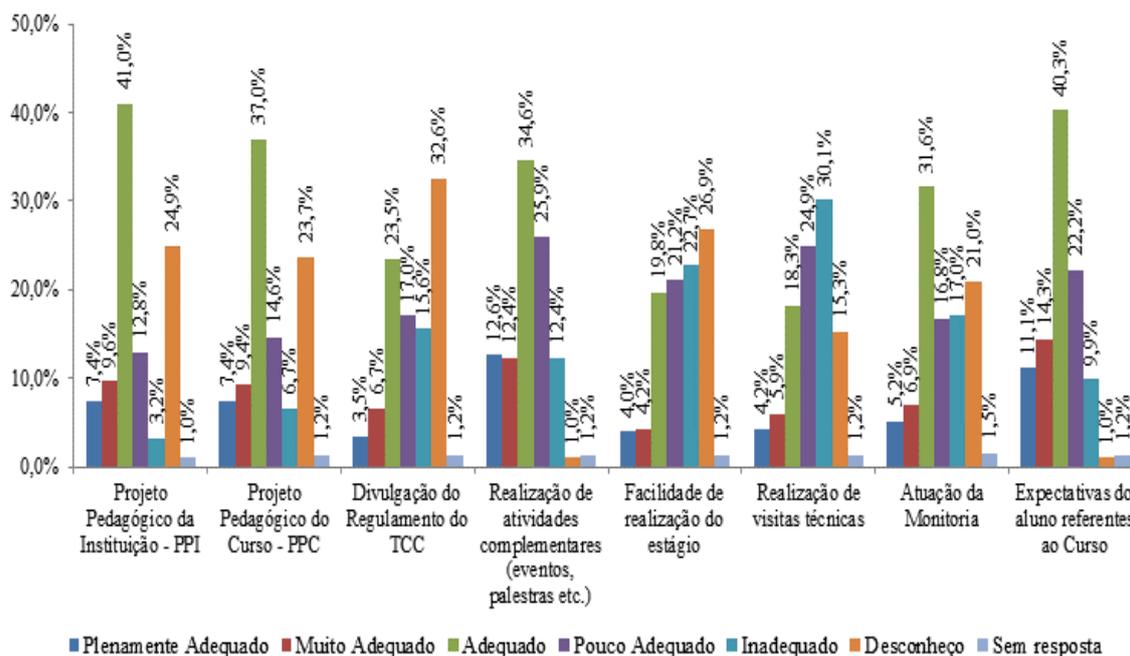


Gráfico 4

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Destaca-se que, conforme a avaliação dos discentes do ensino superior, o “Projeto Pedagógico da Instituição – PPI” foi considerado *adequado* por 41% dos participantes da pesquisa; 17% o consideraram *muito adequado* ou *plenamente adequado*, enquanto 16% o avaliaram como *pouco adequado* ou *inadequado*. Dos discentes participantes, 24,9% afirmaram *desconhecer* o PPI. O “Projeto Pedagógico do Curso – PPC” foi considerado *adequado* por 37% dos discentes participantes da pesquisa; 16,8% o consideraram *muito adequado* ou *plenamente adequado*, enquanto 21,3% o avaliaram como *pouco adequado* ou *inadequado*. Dos discentes participantes, 23,7% afirmaram *desconhecer* o PPC. Na avaliação da “Divulgação do Regulamento de TCC”, 33,7% dos discentes participantes a consideram *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*, enquanto 32,6% a consideram *pouco adequada* ou *inadequada*.

A “Realização de Atividades Complementares (eventos, palestras etc.)” foi avaliada como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada* por 59,6% dos discentes participantes, enquanto 25,9% a avaliaram como *pouco adequada* e 12,4% a avaliaram como *inadequada*. Ao avaliarem a “Facilidade na realização do estágio”, 28% dos discentes afirmaram ser *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*, ao tempo que 43,9% afirmaram ser *pouco adequada* ou *inadequada*. Para a “Realização de visitas técnicas”, a avaliação dos discentes em sua maioria foi *negativa*. 55% a avaliaram como *pouco adequada* ou *inadequada*, enquanto 28,4% afirmaram ser *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*. Quanto à “Atuação da Monitoria”, 43,7% a avaliaram como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*. 33,8% a avaliaram como *pouco adequada* ou *inadequada* e 21% afirmaram *desconhecer* a sua atuação. As “Expectativas do aluno referentes ao Curso” foram avaliadas positivamente pela maioria dos discentes. 65,7% as avaliaram como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*. 22,2% as avaliaram como *pouco adequada* e 9,9%, como *inadequada*.

Atuação dos docentes nas disciplinas técnicas - perspectiva dos discente

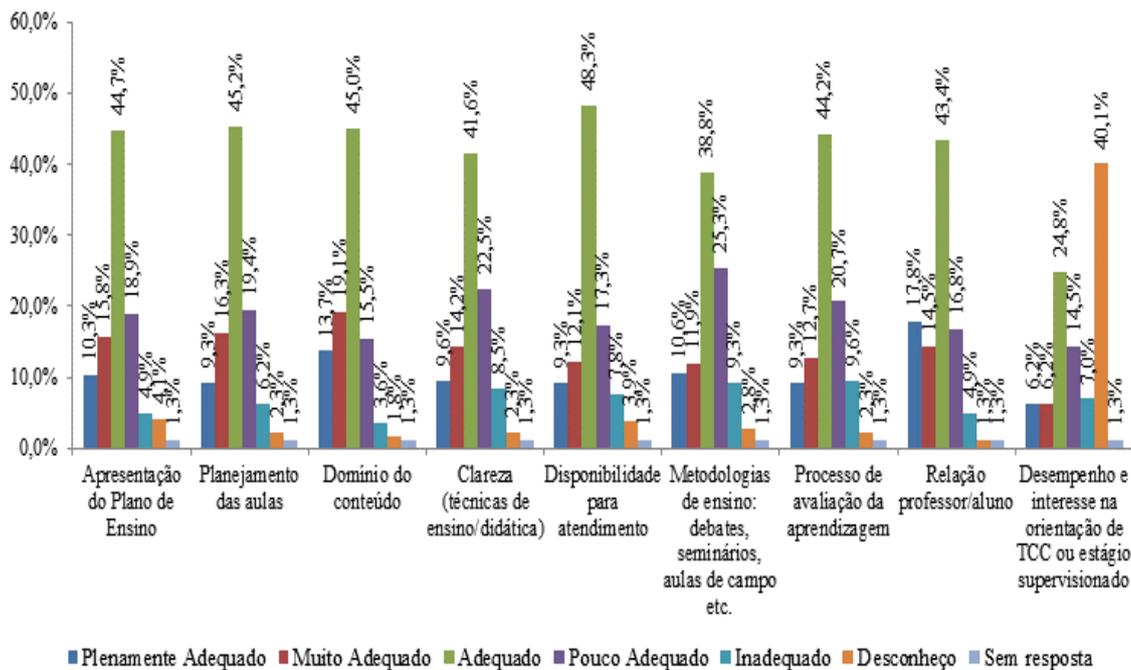


Gráfico 5

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Em relação à “Atuação dos docentes nas disciplinas técnicas”, os itens “Apresentação do Plano de Ensino, Planejamento das aulas, Domínio do conteúdo e Relação professor/aluno” foram avaliados positivamente como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados* por mais de 70% dos discentes do ensino superior participantes da pesquisa. Os itens “Disponibilidade para atendimento e Processo de avaliação da aprendizagem” foram avaliados positivamente por mais de 65% dos discentes participantes. Entre os discentes, 40,1% declararam *desconhecer* o “Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado”, enquanto 37,2% avaliam positivamente esse item. Os itens “Clareza (técnicas de ensino/didática)” e “Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.” foram avaliados positivamente, tendo alcançado 65,4% e 61,3%, respectivamente, na soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*.

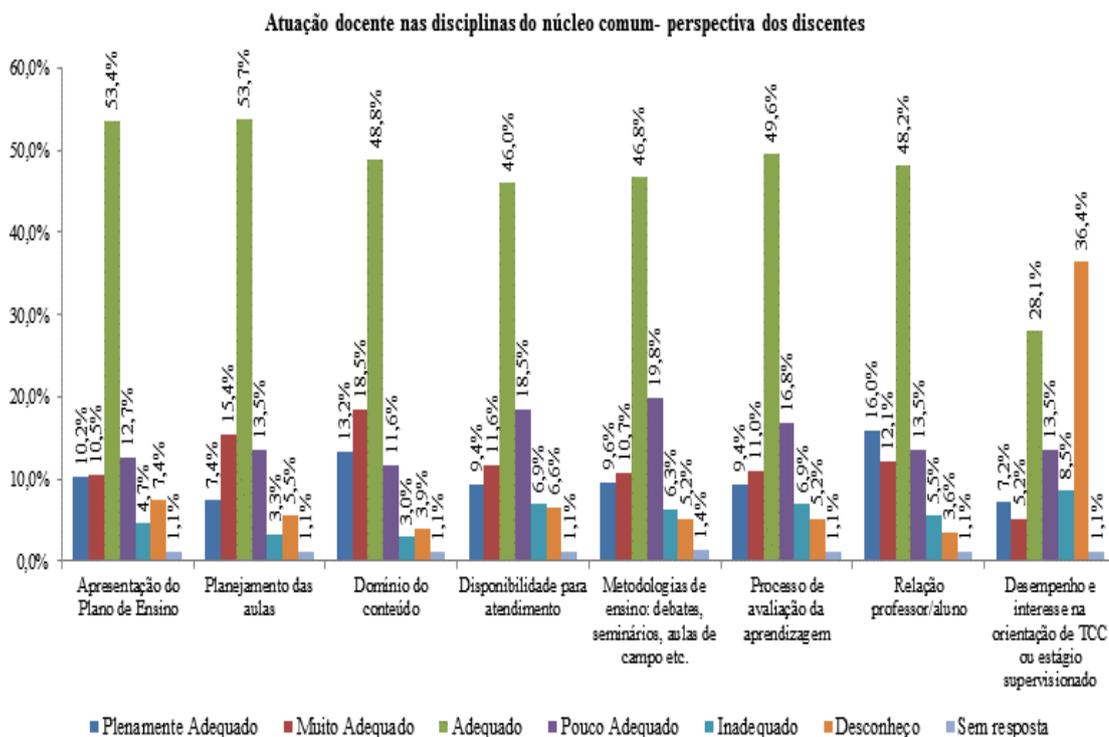


Gráfico 6

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Acerca da “Atuação dos docentes nas disciplinas do núcleo comum”, a “Apresentação do Plano de Ensino, o Planejamento das aulas, o Domínio do conteúdo, a Disponibilidade para atendimento, a Metodologia de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc., o Processo de avaliação da aprendizagem e a Relação professor/aluno” foram avaliados positivamente como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados* por mais de 70% dos discentes do ensino superior participantes da pesquisa. 36,4% declararam *desconhecer* o “Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado”, enquanto 40,5% avaliam positivamente esse item.

Extensão – perspectiva dos discentes

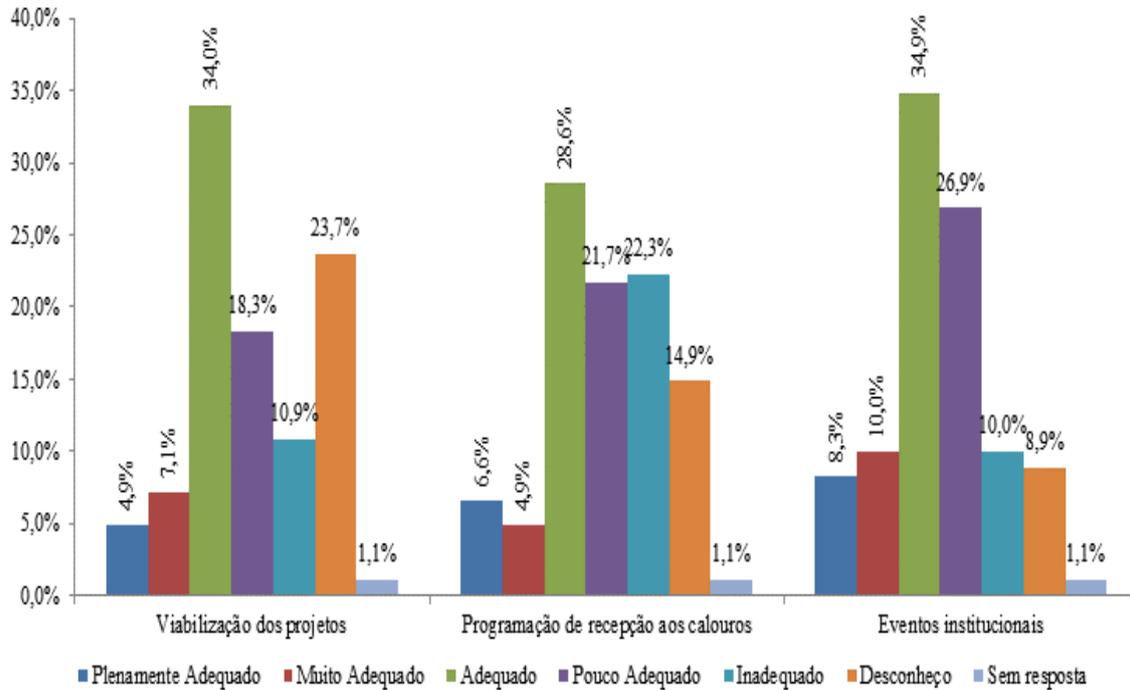


Gráfico 7

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O gráfico 7 ilustra a avaliação da “Extensão”. Ele indica que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, 46% classificaram a “Viabilização dos projetos” de extensão entre *plenamente adequada*, *muito adequada* e *adequada*. 29,2% avaliaram esse mesmo item como *pouco adequada* e *inadequado*, e 23,7 informaram *desconhecer* algo sobre esse item. A “Programação de recepção dos calouros” foi avaliada como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada* por 40,1% dos discentes, e avaliada como *pouco adequada* ou *inadequada* por 44% dos discentes participantes da pesquisa. Os “Eventos institucionais” foram avaliados como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados* por 53,2% dos discentes, e classificados como *pouco adequados* ou *inadequados* por 36,9%.

Pesquisa - perspectiva dos discentes

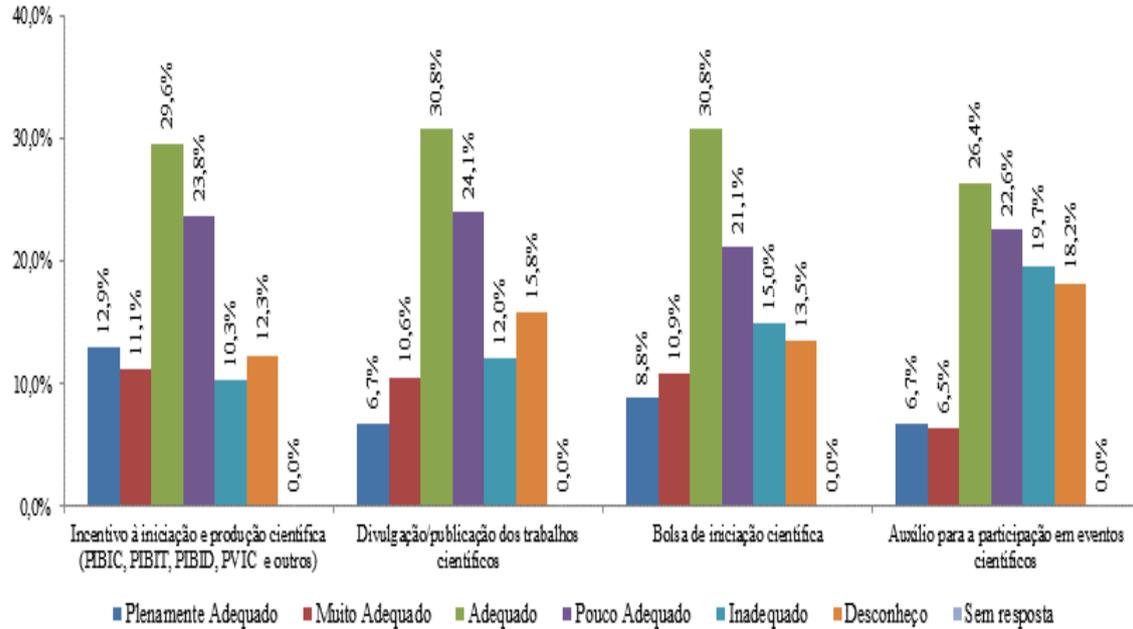


Gráfico 8

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Na perspectiva dos discentes do ensino superior participantes da pesquisa, o “Incentivo à iniciação e produção científica”, a “Divulgação/publicação dos trabalhos científicos” e a “Bolsa de iniciação científica” foram avaliados positivamente como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados* pela maioria. Já o “Auxílio para a participação em eventos científicos” foi avaliado positivamente por 39,6% dos discentes e como *pouco adequado* ou *inadequado* por 42,3%. Outros 18,2% informaram *desconhecer* essa modalidade de benefício.

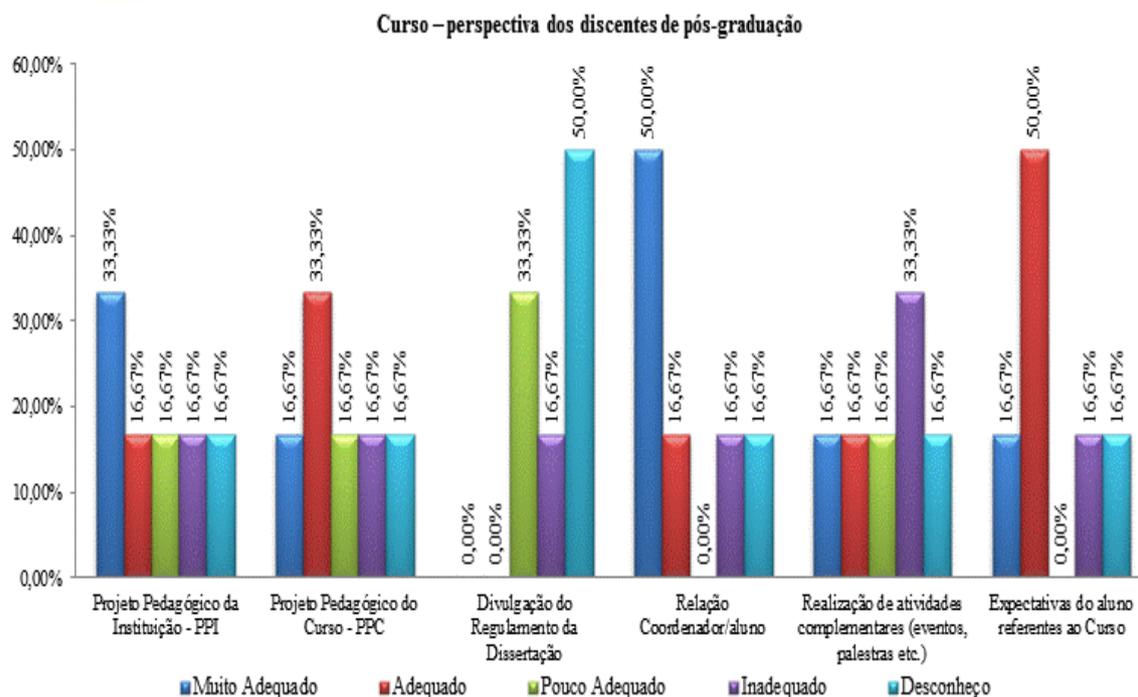


Gráfico 9

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Na perspectiva dos discentes de pós-graduação, o “Projeto Pedagógico da Instituição – PPI” foi avaliado como *muito adequado* por um terço dos participantes; o “Projeto Pedagógico do Curso” foi avaliado como *adequado* também por um terço dos respondentes da pesquisa. No entanto, nenhum dos discentes avaliou positivamente como *adequada* ou *muito adequada* a “Divulgação do Regulamento da Dissertação”. 50% declararam *desconhecer* a divulgação e 50% avaliaram esse item como *pouco adequado* ou *inadequado*. A “Relação Coordenador/aluno” foi avaliada como *muito adequada* por metade dos participantes. A “Realização de atividades complementares” foi considerada *inadequada* por um terço dos participantes. E as “Expectativas do aluno referentes ao Curso” foram avaliadas como *adequadas* por metade dos discentes de pós-graduação participantes da pesquisa.

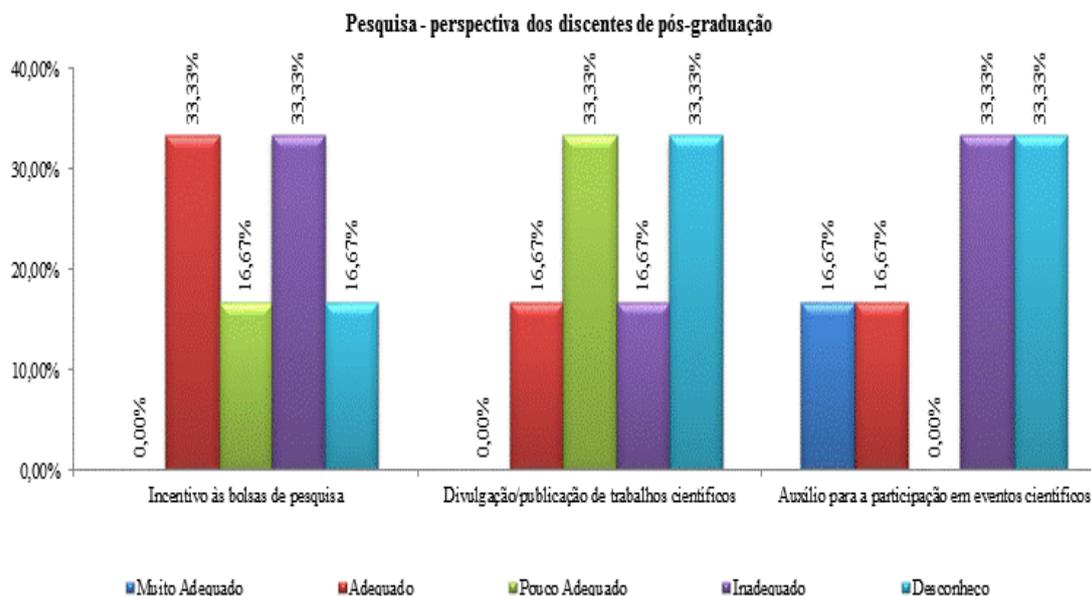


Gráfico 10

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

A avaliação do item Pesquisa, na perspectiva dos discentes de pós-graduação, foi equilibrada. 33,33% classificaram o “Incentivo às bolsas de pesquisa” como *adequado*, enquanto 33,33% o classificaram como *inadequado*. A “Divulgação/publicação de trabalhos científicos” foi classificada como *pouco adequada* por 33,33% e como *desconhecida* pela mesma quantidade de discentes. O “Auxílio para a participação em eventos científicos” foi classificado como *inadequado* por 33,33% e declarado como *desconhecido* pela mesma quantidade de discentes de pós-graduação.

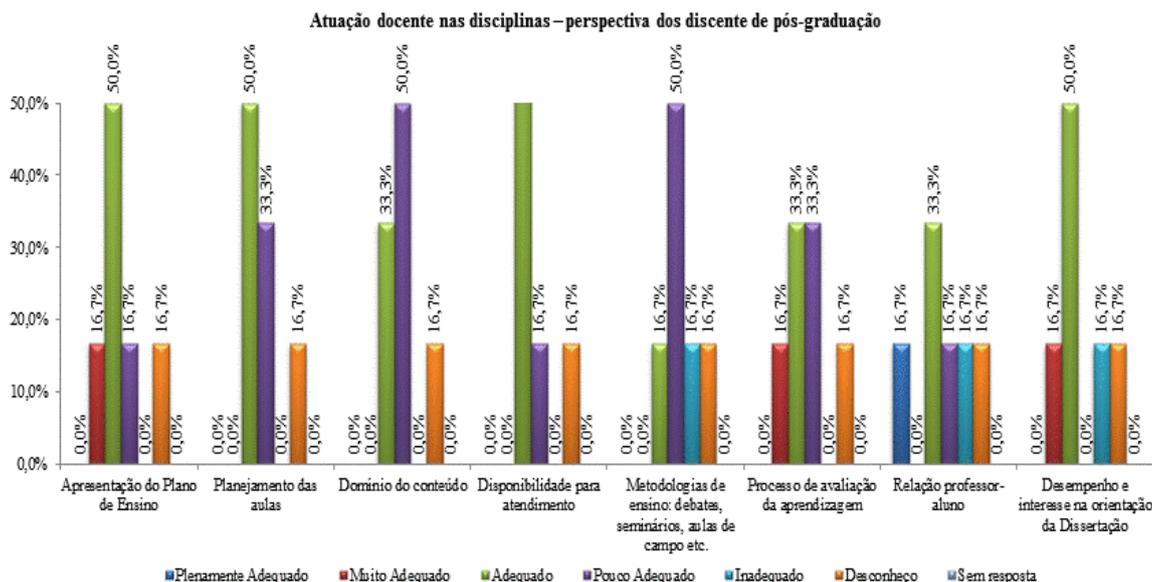


Gráfico 11

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Na perspectiva dos discentes de pós-graduação, com relação à “Atuação docente nas disciplinas”, observa-se que metade dos participantes avaliou a “Apresentação do Plano de Ensino”, o “Planejamento das aulas”, a “Disponibilidade para atendimento” e o “Desempenho e interesse na orientação da Dissertação” como *adequados*. Metade dos participantes classificou o “Domínio do conteúdo” e a Metodologia de ensino” como *pouco adequados*. O “Processo de avaliação da aprendizagem” foi considerado *adequado* por 33,33% dos participantes e *pouco adequado* pela mesma quantidade de discentes de pós-graduação. A “Relação professor/aluno” foi avaliada como *adequada* por 50% dos participantes, sendo que 16,7% avaliaram esse item como *muito adequado*.

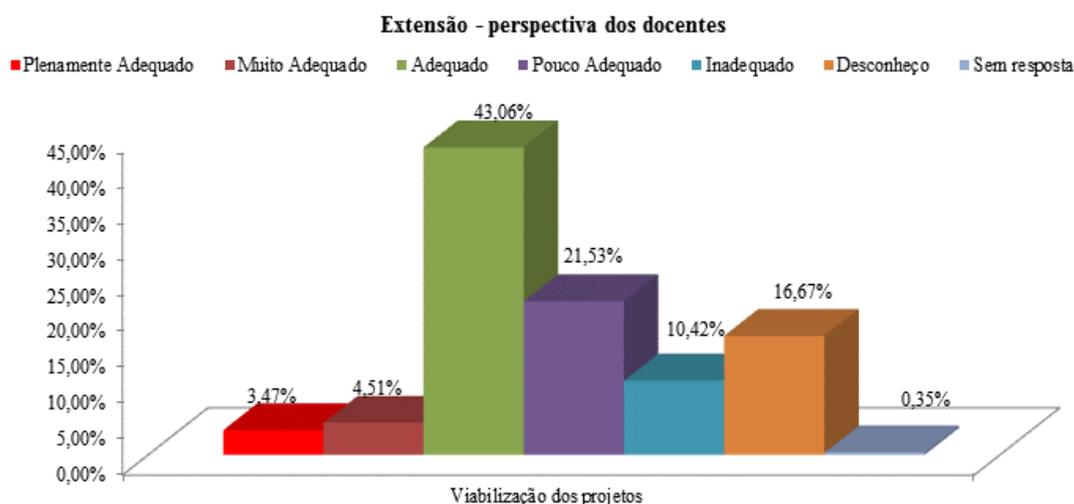


Gráfico 12

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O gráfico 12 demonstra o resultado da avaliação da Extensão, na perspectiva dos docentes. Nota-se que mais da metade dos docentes avalia a “Viabilização de Projetos” de extensão positivamente, como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada*.

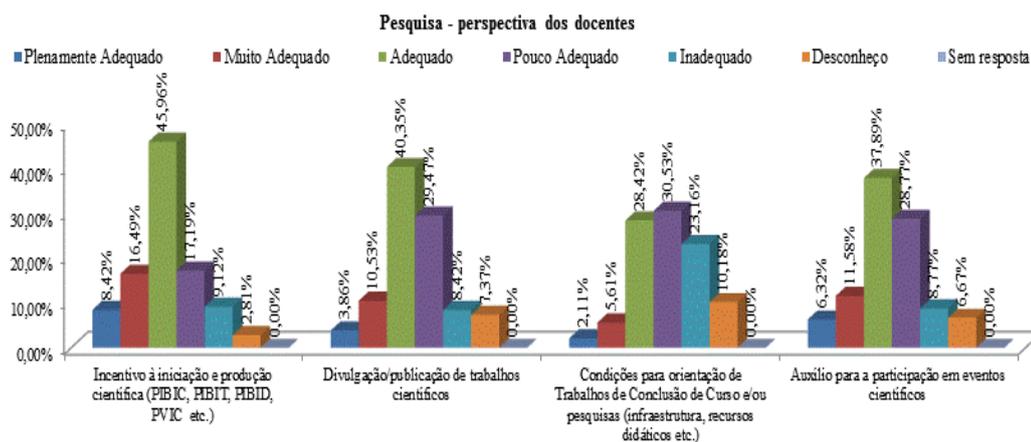


Gráfico 13

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 13 ilustra a avaliação do item “Pesquisa”, na perspectiva dos docentes. Mais da metade dos docentes classifica o “Incentivo à Iniciação e Produção Científica” e a “Divulgação/publicação de trabalhos científicos” como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados*. No que respeita as “Condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas”, 53,69% dos docentes participantes as avaliaram como *pouco adequadas* ou *inadequadas*. O “Auxílio para participação em eventos científicos” foi classificado como *adequado*, *muito adequado* ou *plenamente adequado* por 55,79% dos docentes e considerado *pouco adequado* por 28,77% dos docentes participantes da pesquisa.

Extensão - perspectiva dos gestores

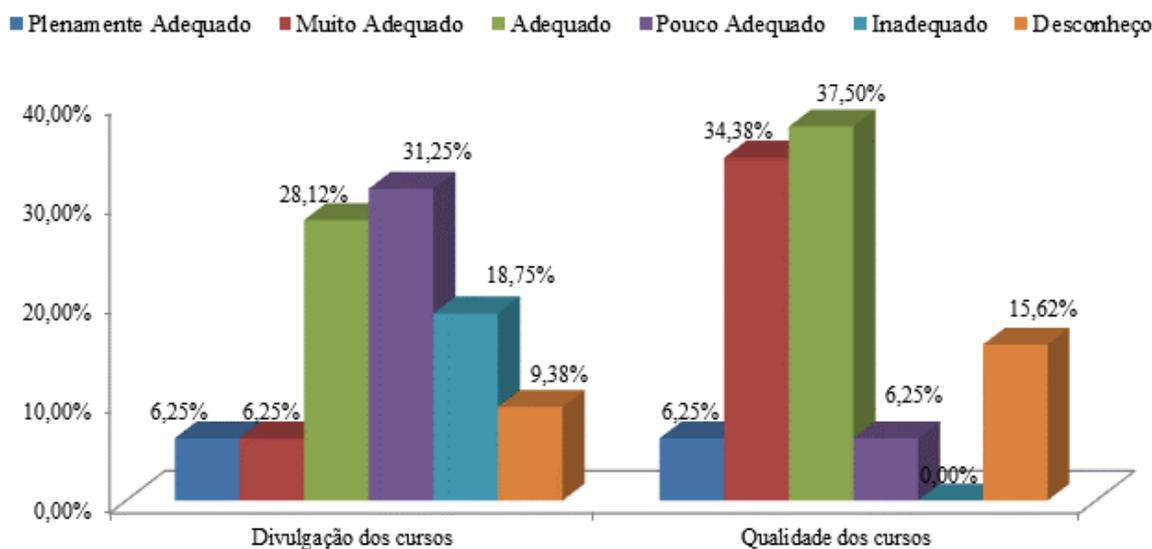


Gráfico 14

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

Destaca-se que, na perspectiva dos gestores, a “Divulgação dos cursos” de Extensão foi considerada *pouco adequada* ou *inadequada* por 50% dos gestores participantes da pesquisa e 40,62% a avaliam como *adequada*, *muito adequada* e *plenamente adequada* se somados os percentuais referentes a esses conceitos. A “Qualidade dos cursos” de Extensão foi avaliada como *adequada*, *muito adequada* ou *plenamente adequada* por 78,13% dos gestores e nenhum dos gestores participantes da pesquisa a avaliou como *inadequada*. Porém, 15,6% informaram *desconhecer* a qualidade dos cursos.

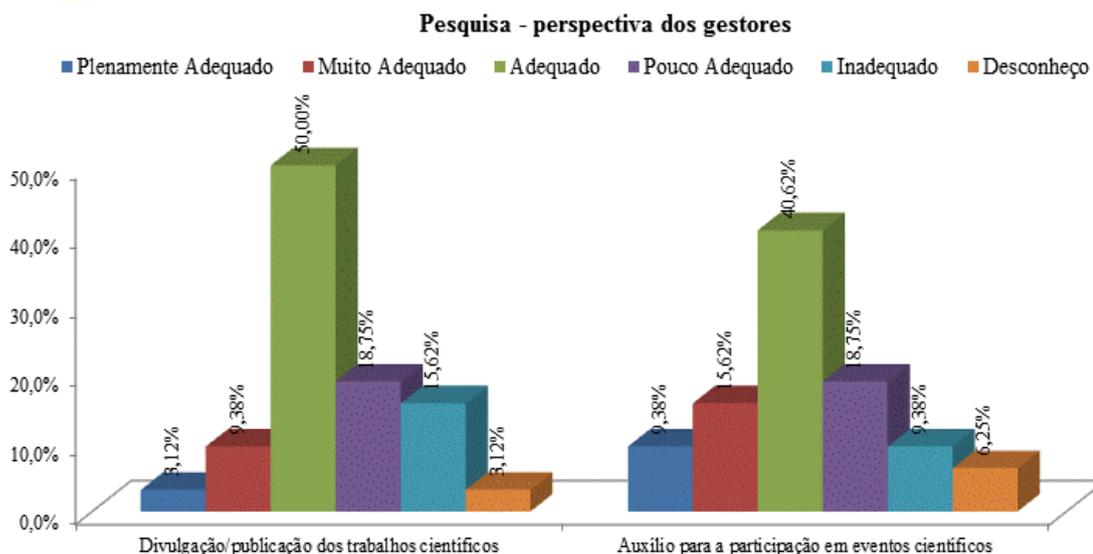


Gráfico 15

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

A “Publicação/divulgação dos trabalhos científicos” e o “Auxílio para a participação em eventos Científicos” foram avaliados positivamente como *adequados*, *muito adequados* ou *plenamente adequados* por mais 60% e 55% dos gestores, respectivamente, se somados os percentuais atribuídos aos três conceitos mencionados.

3.3 DIMENSÃO TRÊS – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a terceira dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, “a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Nesse quesito, devem ser avaliadas as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Instituição, sendo essas ações cotejadas com as políticas dos documentos oficiais e as relações da IES com a comunidade em geral, com os setores público e privado e com o mercado de trabalho.

O Instituto Federal de Goiás, após completar um centenário de existência, vive atualmente um importante e estratégico momento de transformação de sua identidade, organização institucional e campo de abrangência, associado a um expressivo movimento de aumento da sua capilaridade em Goiás.

Desde a sua criação em 1909, a Instituição manteve um único Câmpus, sediado na Capital do Estado (cidade de Goiás, inicialmente, e depois em Goiânia). Completados 80 anos de sua fundação, criou o seu segundo Câmpus em Jataí, em 1989 (ainda como Escola Técnica). O terceiro Câmpus foi inaugurado em Inhumas, em 2007, após dez anos de interrupção das obras (já na condição de Centro Federal de Educação Tecnológica).

Como parte integrante do processo de crescimento, foi realizada pelo Ministério da Educação, na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Chamada Pública prevendo a implantação de seis Unidades de Ensino no Estado de Goiás: uma do Instituto Federal Goiano e cinco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Dessa forma, foram colocados em funcionamento em 2008 o quarto e o quinto Câmpus nas cidades de Uruaçu e Itumbiara. Esse crescimento previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Governo Federal, possibilitou a implantação de mais três Câmpus do IFG nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia.

Como consequência desse processo de expansão e desenvolvimento da educação profissional no País, que saltou de 140 instituições, até o ano de 2005, para 354 unidades em 2010, era de se esperar que tal rede de ensino passasse por um processo de reorganização de suas estruturas acadêmicas, com revisão da infraestrutura e do papel social. É esse, pois, o contexto pelo qual o IFG vem construindo sua história, atualmente, nesse movimento expansionista da rede nacional de educação profissional.

Na esteira dessas transformações e adaptações é que o Instituto Federal de Goiás passou, em 2009, por profunda reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Como parte disso, foi elaborado o novo Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Paralelamente a todas as transformações vivenciadas nos últimos cinco anos, o IFG tem buscado criar instâncias, instrumentos, programas e projetos que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social, tanto local quanto regional e nacionalmente. Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

A partir da oferta de diversos cursos, houve a necessidade de se discutir a pertinência e a relevância social da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados e de licenciaturas, assim como as atividades relativas à extensão. A Instituição tem buscado resgatar o seu papel socializador, na perspectiva do fortalecimento dos valores da democracia,

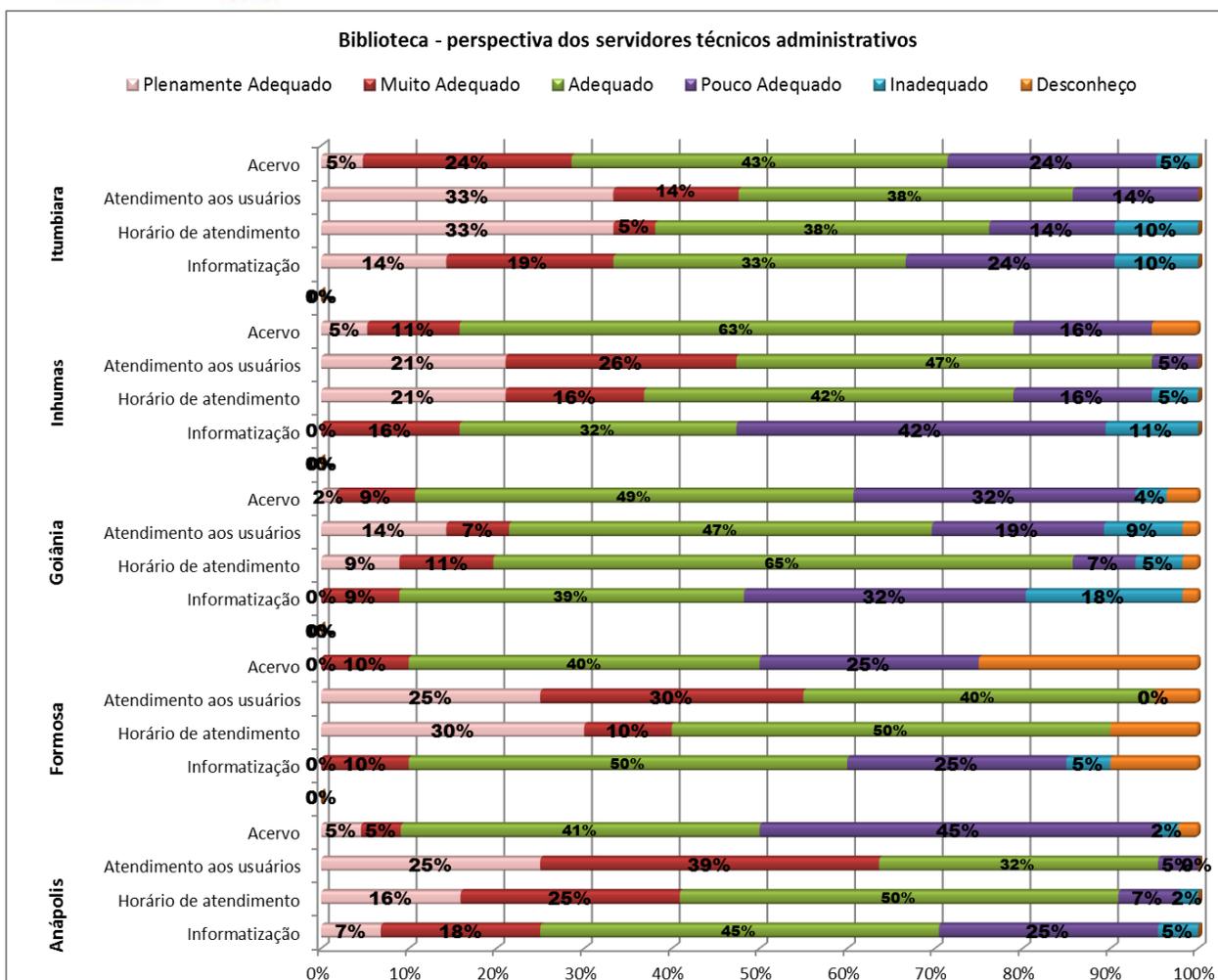
da cidadania e dos traços culturais locais, assim como a compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero.

3.3.1 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 3

Em relação à responsabilidade social da Instituição, a pesquisa buscou saber:

- a opinião dos Servidores Técnico-Administrativos sobre a **Biblioteca** (informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários e acervo).
- a percepção da Comunidade Externa a respeito da **Biblioteca** (informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários e acervo); acerca dos **Serviços/Atendimentos** (recepção, protocolo, Centro de Seleção, Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão [GEPEX], cantina, teatro/auditório(s), quadra poliesportiva e eventos do Câmpus abertos à comunidade [festividades, semanas acadêmicas, palestras etc.]); em relação à **Extensão** (divulgação dos cursos, participação nos cursos, qualidade dos cursos, adequação dos cursos conforme as demandas da região e auxílio financeiro).
- a visão dos Docentes no que se refere à **Biblioteca** (informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo e periódicos e revistas especializadas); acerca da **Extensão** (programação de recepção aos calouros, participação em projetos, eventos institucionais, compromisso do Câmpus com a comunidade).
- a expectativa dos Gestores com referência à **Biblioteca** (informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo); no que se refere à **Extensão** (adequação dos cursos conforme as demandas da região).

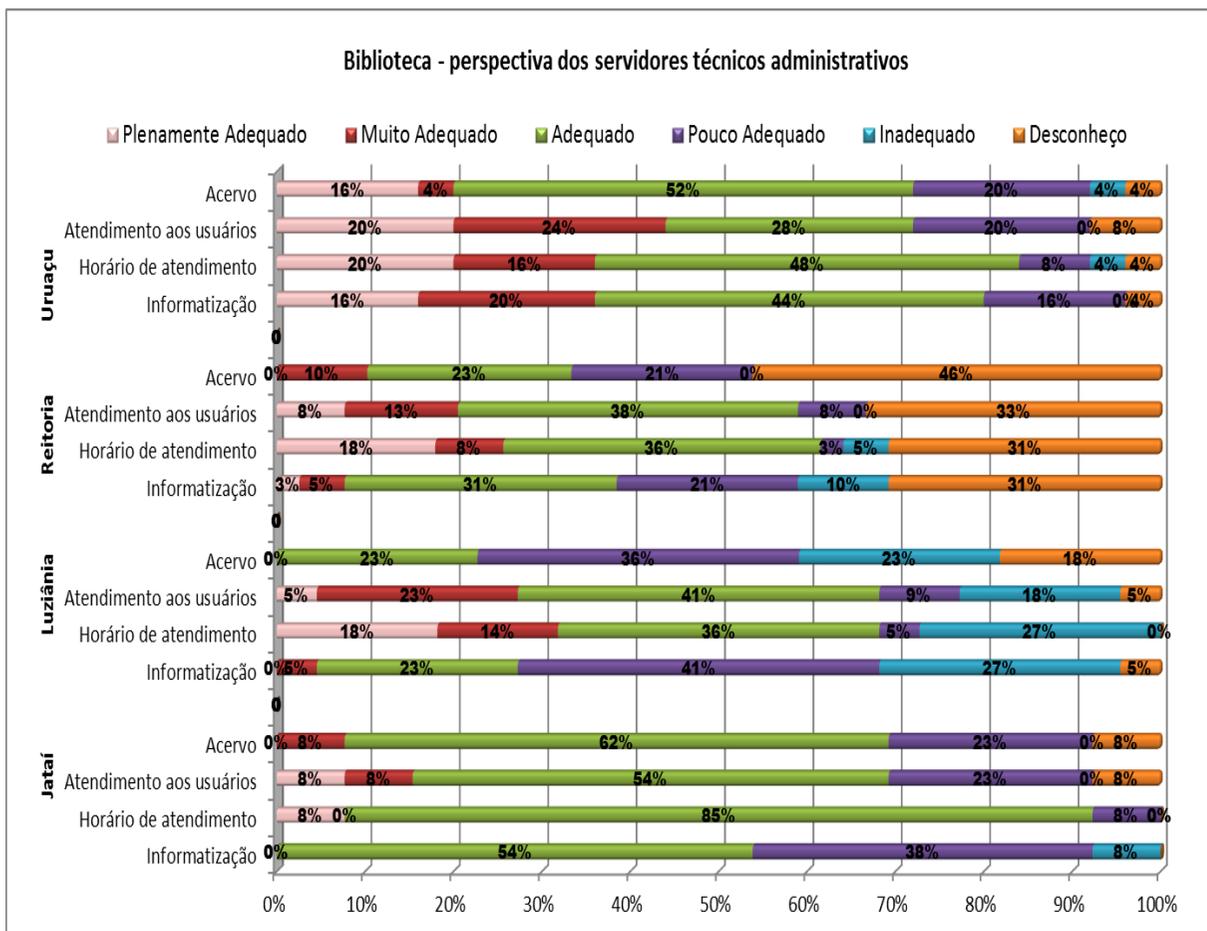
Apresentamos a seguir os gráficos referentes a esta dimensão.



No Gráfico 16, o item referente ao “Acervo” da Biblioteca mostra que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve um percentual maior ou igual a 50%, sendo que dentre esses cinco Câmpus avaliados, Anápolis (51%) e Formosa (50%) foram os que obtiveram menores conceitos nesse quesito. Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassaram 30% e 24%, respectivamente. E o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca; considerando, novamente, a soma dos três melhores conceitos, obteve em Anápolis 70%, Formosa, 60%, Goiânia, 48%, Inhumas, 48%, e Itumbiara, 66% .

Gráfico 16

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.



No Gráfico 17, o item referente ao “Acervo” da Biblioteca mostra que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos dos Câmpus Luziânia, Jataí e Uruaçu, e também da Reitoria, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve destaque negativo pelo Câmpus Luziânia (23%) e pela Reitoria (33%); Jataí e Uruaçu obtiveram uma avaliação positiva, 70% e 71%, respectivamente. Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*, ambos não ultrapassaram 32%, exceto os servidores da Reitoria que chegou a 41% e 39%, respectivamente. E o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca, que, somando os conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado*, obteve em Jataí 54%, Luziânia, 27%, Reitoria, 39%, e Uruaçu, 80%.

Gráfico 17

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

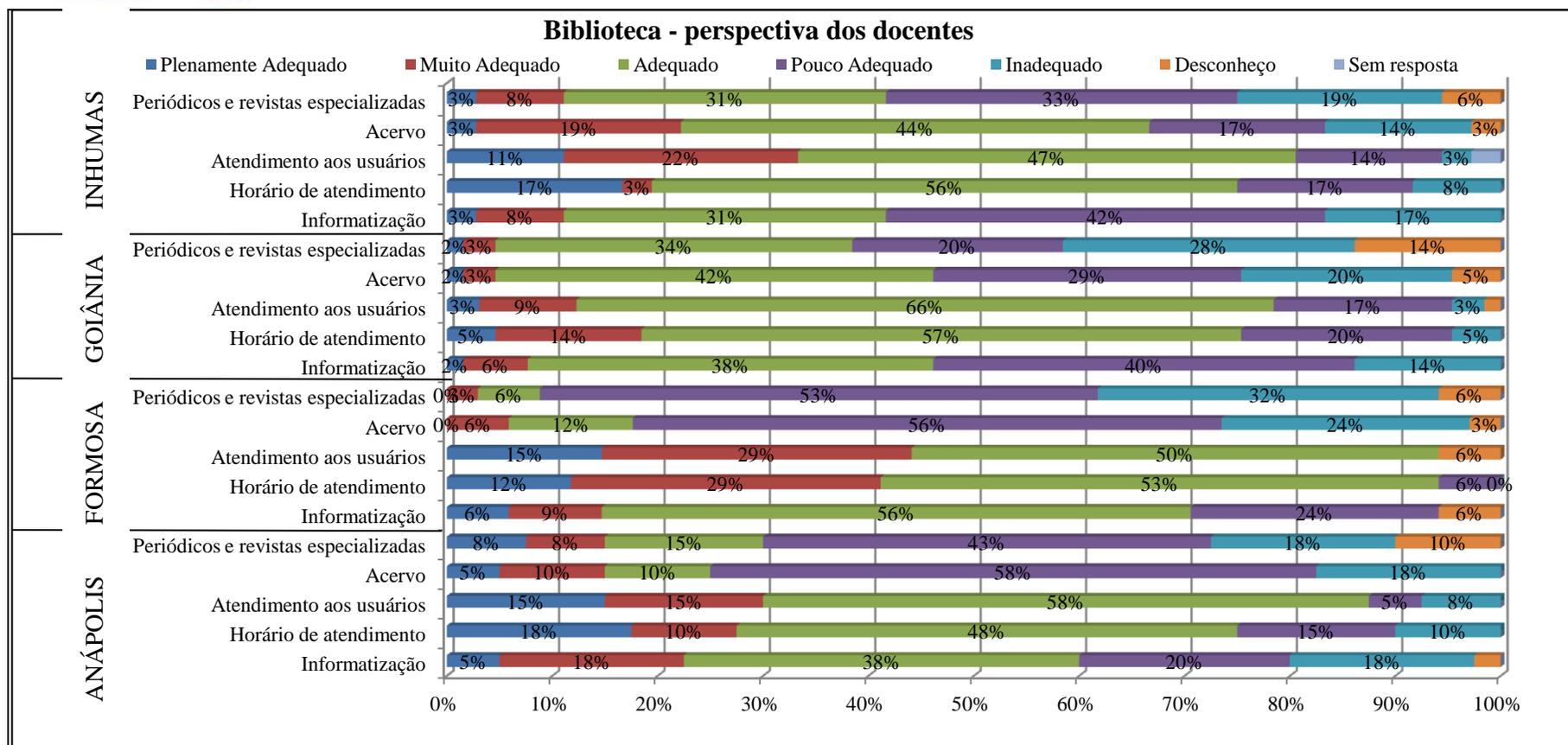


Gráfico 18

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 18, os itens “Periódicos/revistas especializadas” e “Acervo” da biblioteca mostram que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos docentes, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve destaque negativo somente em Formosa, com 9% e 18%, respectivamente. Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma das porcentagens dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 25%. E o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca, que somando os conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve em Anápolis 61%, Formosa, 71%, Goiânia, 46%, e Inhumas, 42%.

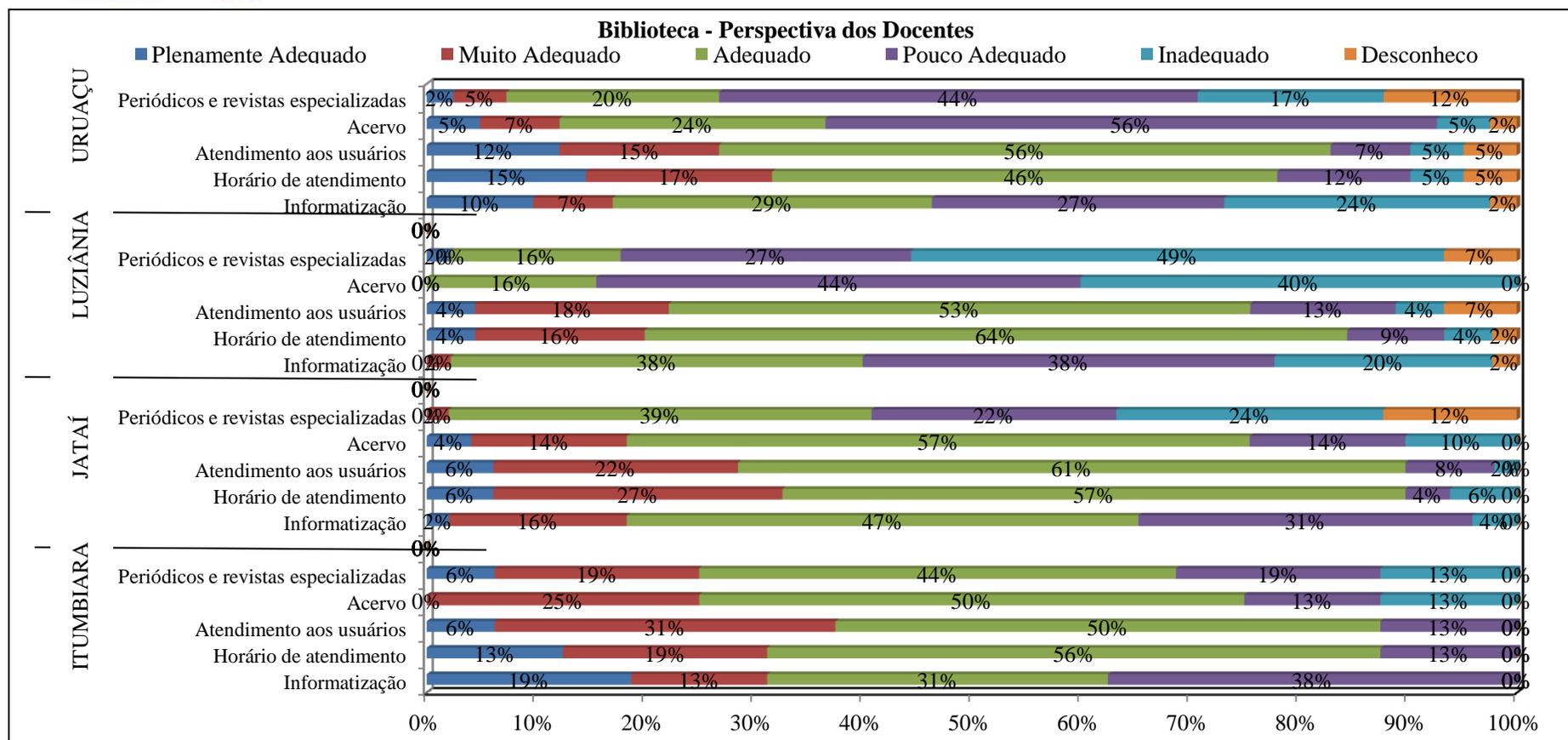


Gráfico 19

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 19, os itens “Periódicos/revistas especializadas” e “Acervo” da biblioteca mostram que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos docentes, nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve destaque negativo somente em Luziânia, com 17% e 16%, respectivamente, e em Uruaçu, com 27% e 36%, respectivamente. Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 24% (Luziânia) e 22% (Uruaçu), respectivamente. E, o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca; considerando, novamente, a soma dos três melhores conceitos, obteve em Itumbiara 63%, Jataí, 65%, Luziânia, 40%, e Uruaçu, 46%.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

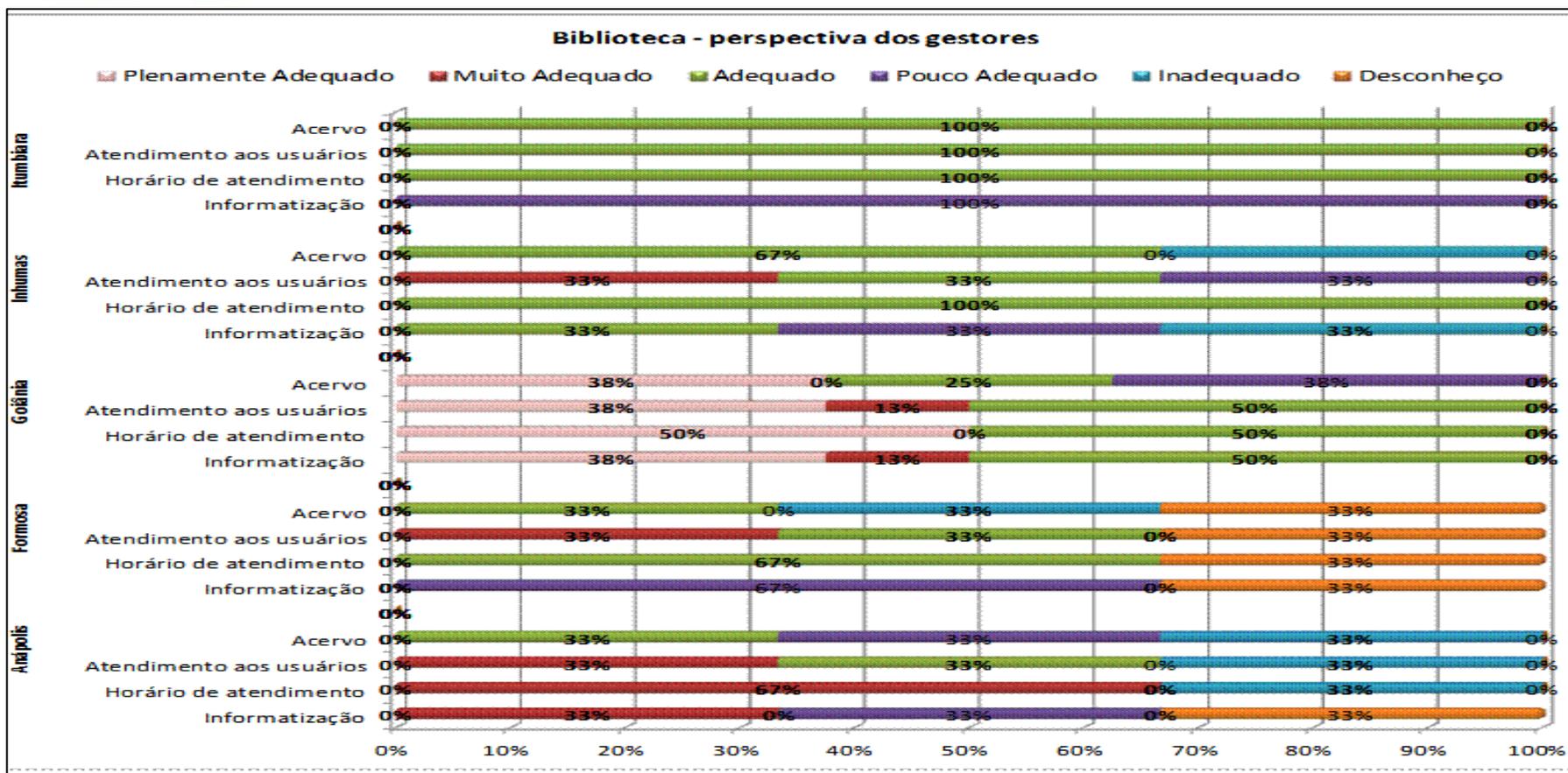


Gráfico 20

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 20, o item referente ao “Acervo” da Biblioteca mostra que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos gestores, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas e Itumbiara, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve valores iguais a 33% (Anápolis e Formosa) e acima de 62% (Goiânia, Inhumas e Itumbiara). Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 33%. E o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca que, considerando, novamente, a soma dos três melhores conceitos, obteve em Anápolis 33%, Formosa, 67%, Goiânia, 100%, Inhumas, 33%, e Itumbiara 0%.

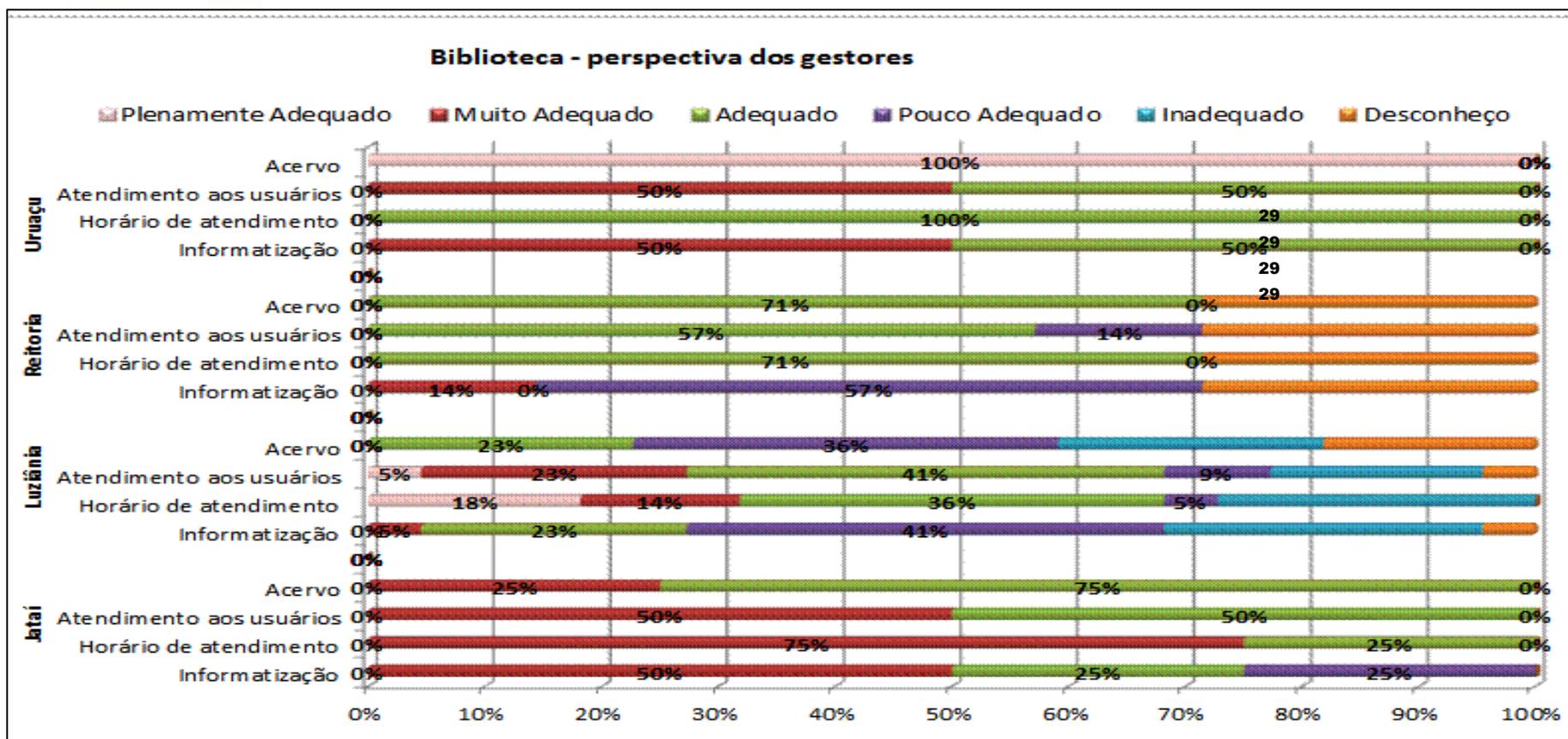


Gráfico 21

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 21, o item “Acervo” da Biblioteca mostra que, no que se refere à Autoavaliação, na perspectiva dos gestores, nos Câmpus Jataí, Luziânia e Uruaçu e na Reitoria, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obtiveram valores iguais ou acima de 71%, com exceção de Luziânia, com apenas 23% dos gestores. Quanto ao “Atendimento aos usuários” e ao “Horário de atendimento” da biblioteca, a soma das porcentagens dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 43% e 29%, respectivamente, sendo que nos Câmpus Uruaçu e Jataí ninguém considerou esses conceitos. E o último item avaliado foi a “Informatização” da biblioteca, que, considerando, novamente, a soma dos três melhores conceitos, obteve em Jataí 75%, Formosa, 28%, Reitoria, 14%, e Uruaçu, 100%.

3.4 DIMENSÃO QUATRO – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a quarta dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, “a comunicação com a sociedade”. Para dar publicidade de suas atividades às comunidades interna e externa, o Instituto Federal de Goiás possui na Reitoria uma Coordenação-Geral de Comunicação Social, órgão subordinado à Diretoria Executiva e que é responsável pela gestão da comunicação, apoio, coordenação e/ou supervisão de eventos institucionais e supervisão das ações de comunicação e eventos realizadas nos Câmpus do IFG, embora não haja subordinação entre os setores de comunicação da Instituição.

Há também uma Coordenação de Comunicação Social em cada Câmpus. Esses setores de comunicação atuam juntos e aliados aos demais comunicadores do IFG com o objetivo de traçar ações, estratégias e direcionar o trabalho a ser realizado de acordo com a política de comunicação da Instituição. Ao longo dos últimos anos, as atividades vêm sendo planejadas e executadas de acordo com a divisão da comunicação, que abrange três subáreas: imprensa e jornalismo; relações públicas e eventos; materiais gráficos e programação visual.

Os setores de comunicação têm como ferramenta principal de divulgação o *site* institucional geral (ifg.edu.br) e os *sites* de cada Câmpus, instrumentos que permitem uma visão global da Instituição, seu funcionamento, formas de acesso, informações sobre os cursos, informações acadêmicas, artísticas e culturais, notícias e cursos de extensão oferecidos, dentre outros. A Instituição também se comunica por meio do *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*, além de outras redes sociais, como o *Flickr*. Há Câmpus que possuem *blogs* e *flogs*. Não há ainda uma ouvidoria na Instituição, mas muitos *sites* do IFG disponibilizam à comunidade o serviço conhecido como “Fale Conosco”, que atende por meio de ligação telefônica ou e-mail. Com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), há em todos os *sites* da Instituição e de seus Câmpus um *link* ou *button* de Acesso à Informação, que possibilitam ao interessado comunicar-se com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Controladoria-Geral da União (CGU).

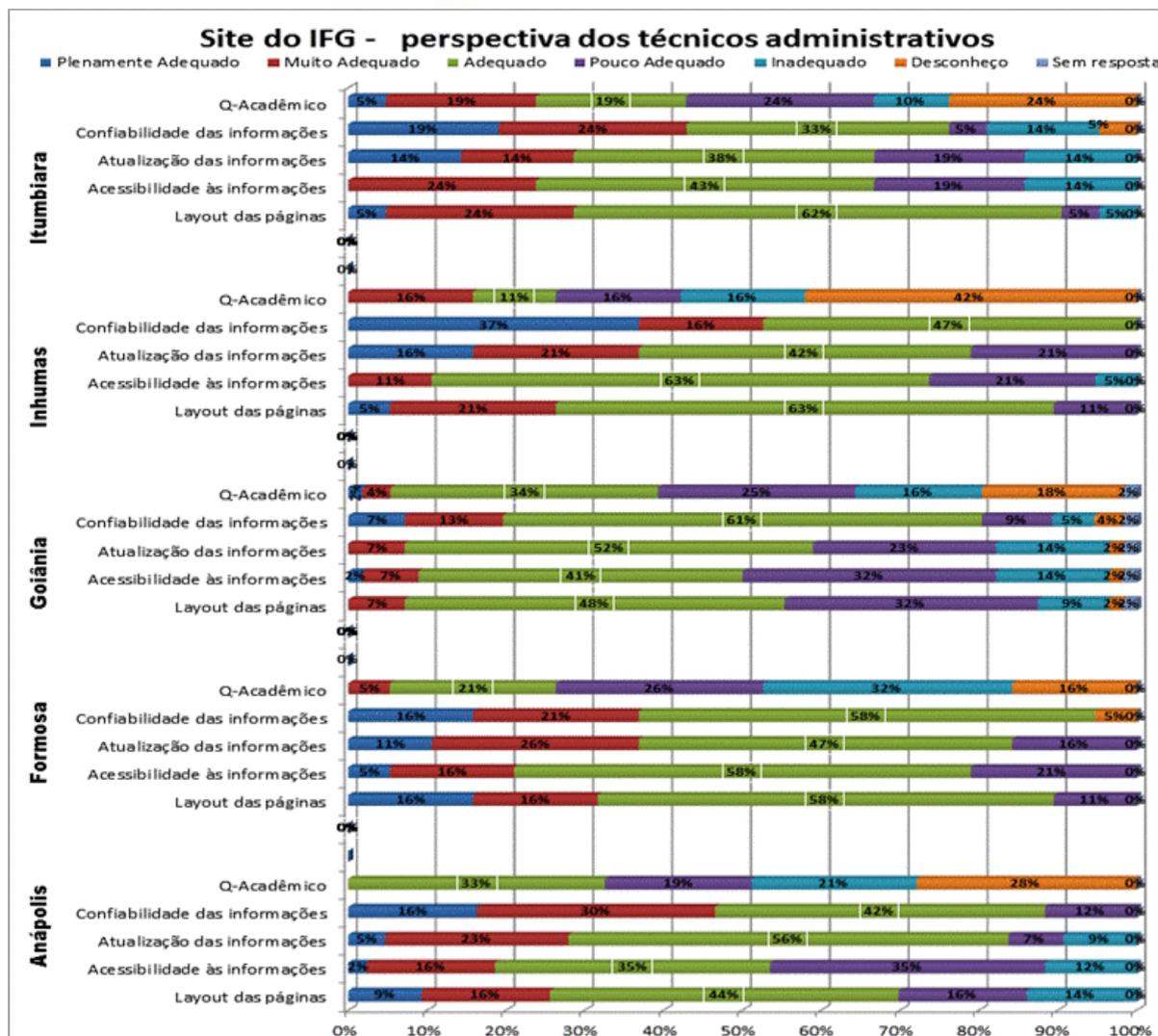
Para a comunidade interna, além dos recursos acima mencionados, a Instituição utiliza também murais, cartazes, panfletos, memorandos, faixas, folhetos informativos, palestras, oficinas, *workshops*, seminários e listas de endereços eletrônicos – como de docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores – para o envio de mensagens de texto, documentos assinados ou não, fotografias e outros.

3.4.1 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 4

Acerca da comunicação com a sociedade, a autoavaliação buscou saber:

- a percepção que tem os Servidores Técnico-Administrativos, Docentes e Gestores a respeito do **Site do IFG** (*layout* das páginas, acessibilidade às informações, atualização das informações, confiabilidade das informações e Q-Acadêmico) e acerca da **Coordenação de Comunicação Social** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e relação com o servidor).
- a expectativa que tem a Comunidade Externa sobre o **Site do IFG** (*layout* das páginas, acessibilidade às informações, atualização das informações) e em relação à Direção (relação Direção-Geral/Comunidade).
- a visão que tem os Discentes do Ensino Superior e da Pós-Graduação sobre o **Site do IFG** (*layout* das páginas, acessibilidade às informações, atualização das informações, confiabilidade das informações e Q-Acadêmico) e a respeito da **Coordenação de Comunicação Social** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e a relação com o servidor).

Nas próximas páginas serão apresentados os gráficos referentes à Dimensão 4.

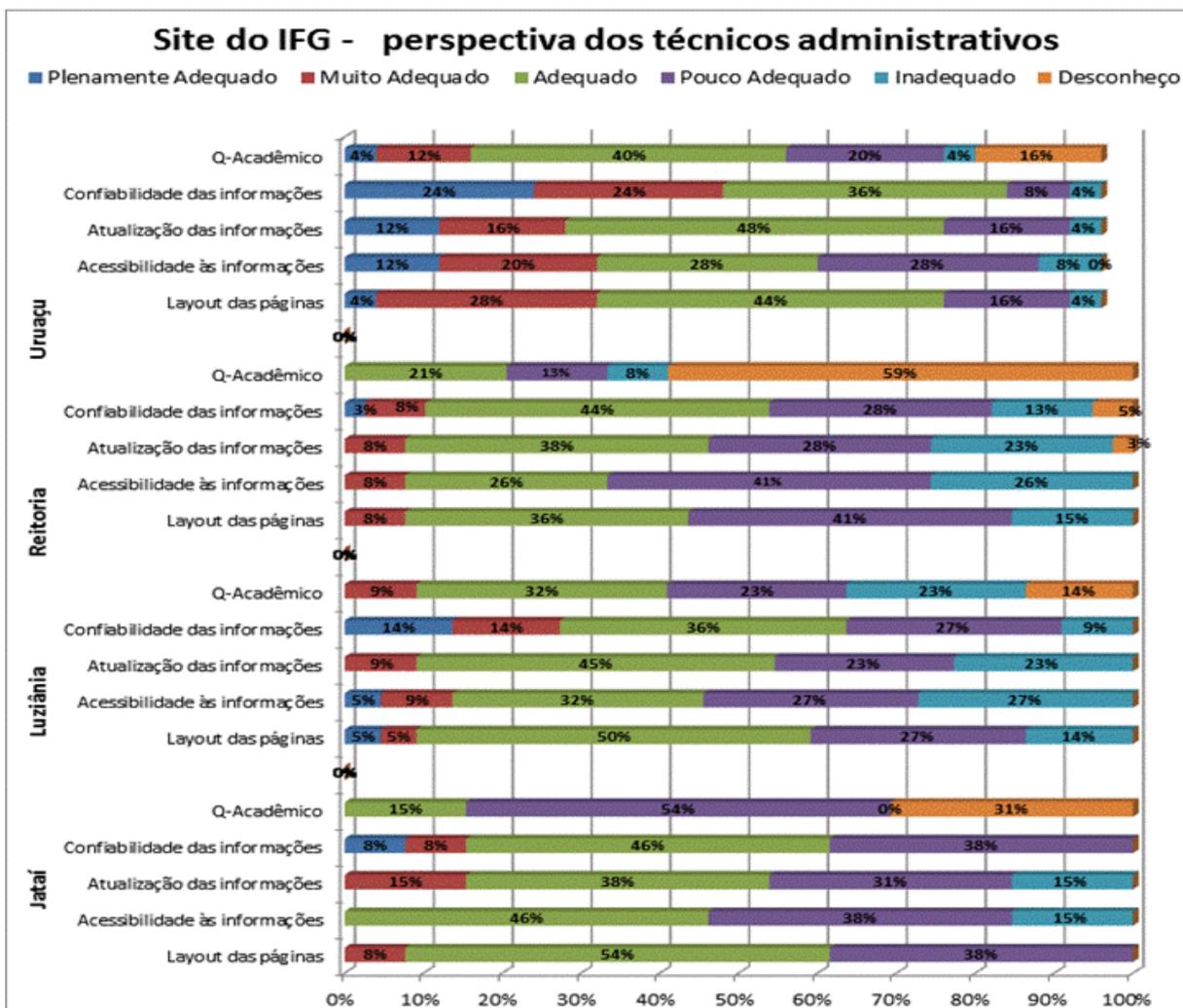


No Gráfico 22, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos técnico-administrativos, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas e Itumbiara a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obtiveram valores de 26% a 43%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 24%. Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando as porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obtém-se um percentual igual ou superior a 59% e 50%, respectivamente. E o último item a ser avaliado foi “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma das porcentagens dos três melhores conceitos, obteve em Anápolis 69%, Formosa, 90%, Goiânia, 55%, Inhumas, 89%, e Itumbiara, 91%.

Gráfico 22

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.



No Gráfico 23, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos técnico-administrativos, nos Câmpus Jataí, Luziânia, Uruaçu e na Reitoria, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado, muito adequado e adequado* obteve valores de 15% a 56%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado, inadequado e desconheço* não ultrapassou 45%. Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando as porcentagens dos conceitos *plenamente adequado, muito adequado e adequado*, obtém-se um percentual igual ou superior a 46% e 36%, respectivamente. E o último a ser avaliado foi “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma das porcentagens dos três melhores conceitos, obteve em Jataí 62%, Luziânia, 60%, Reitoria, 44%, e Uruaçu, 76%.

Gráfico 23

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

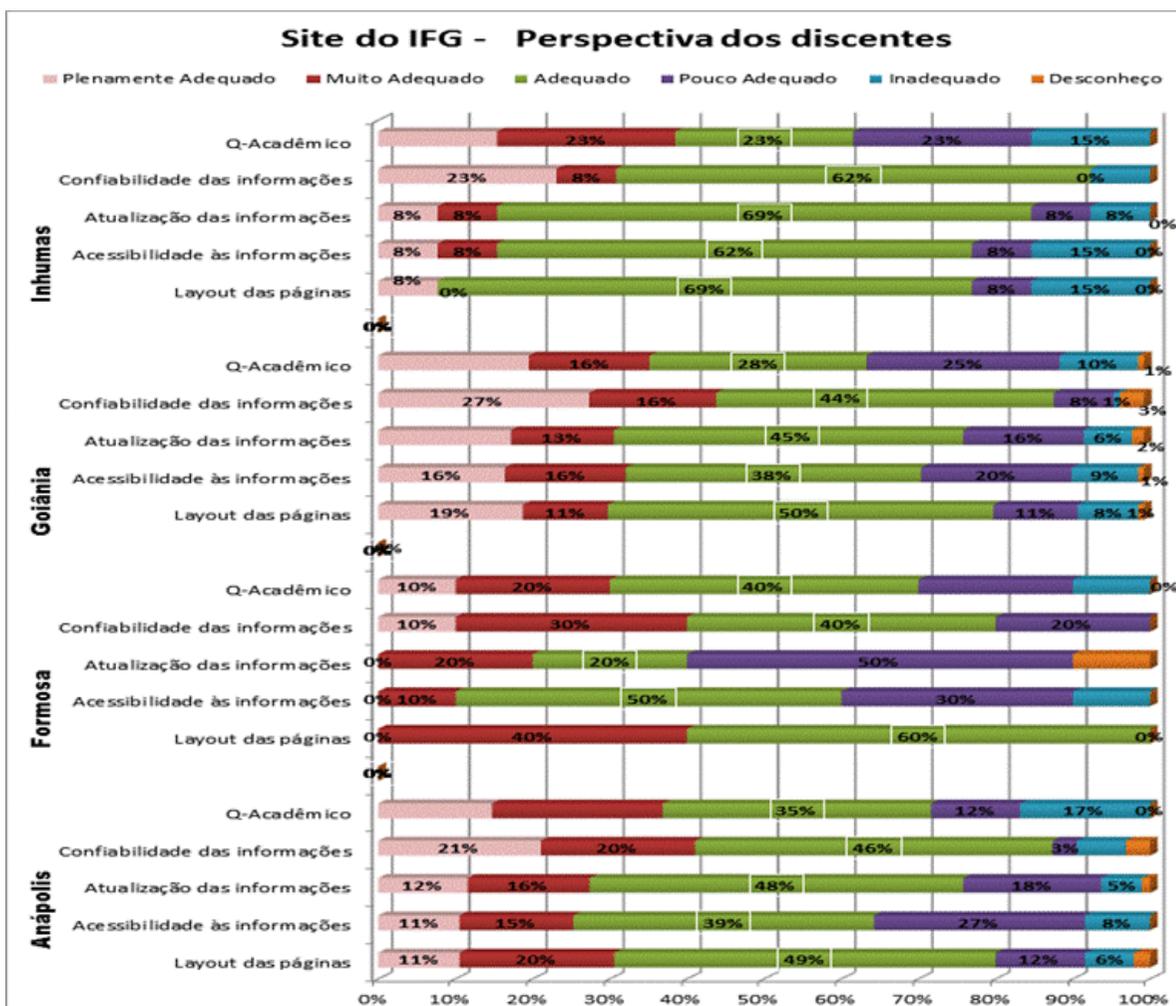


Gráfico 24
Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 24, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos discentes, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve valores em Anápolis de 62%, Formosa, 70%, Goiânia, 64% e Inhumas, 62%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 20%. Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando as porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado*, obtiveram porcentagem igual ou superior a 76% e 65%, respectivamente, com exceção de Formosa, que foi igual a 40% e 60%, respectivamente. E o último item a ser avaliado foi o “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma das porcentagens dos três melhores conceitos, obteve em Anápolis 80%, Formosa, 100%, Goiânia, 80%, e Inhumas, 77% .

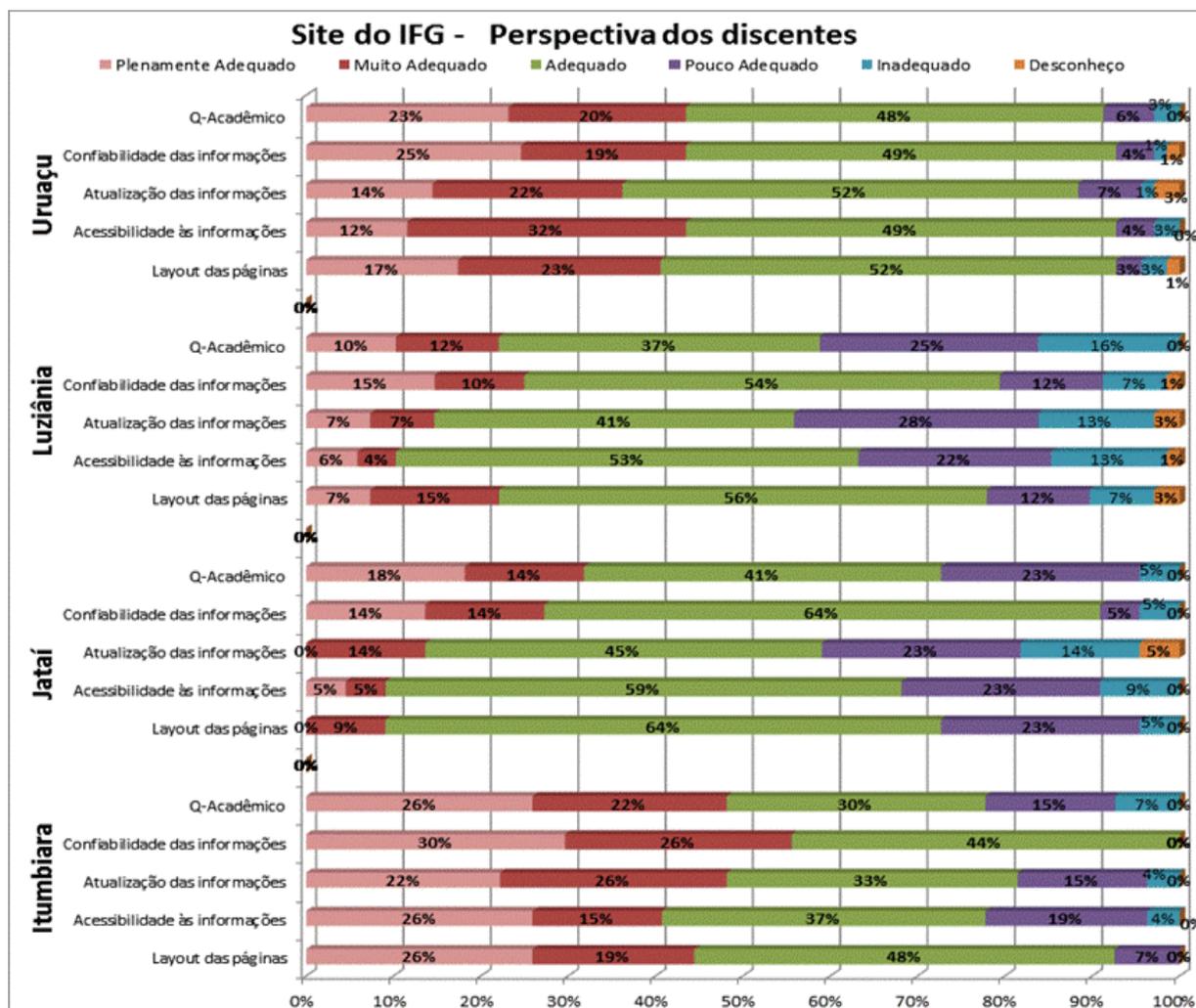


Gráfico 25

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 25, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos discentes, nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve valores em Itumbiara de 70%, Jataí, 73%, Luziânia, 59%, e Uruaçu, 91%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 21%. Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando as porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obtém-se uma porcentagem igual ou superior a 55% e 63%, respectivamente. E o último item a ser avaliado foi o “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma das porcentagens dos três melhores conceitos, obteve em Itumbiara 93%, Jataí, 73%, Luziânia, 78%, e Uruaçu, 92%.

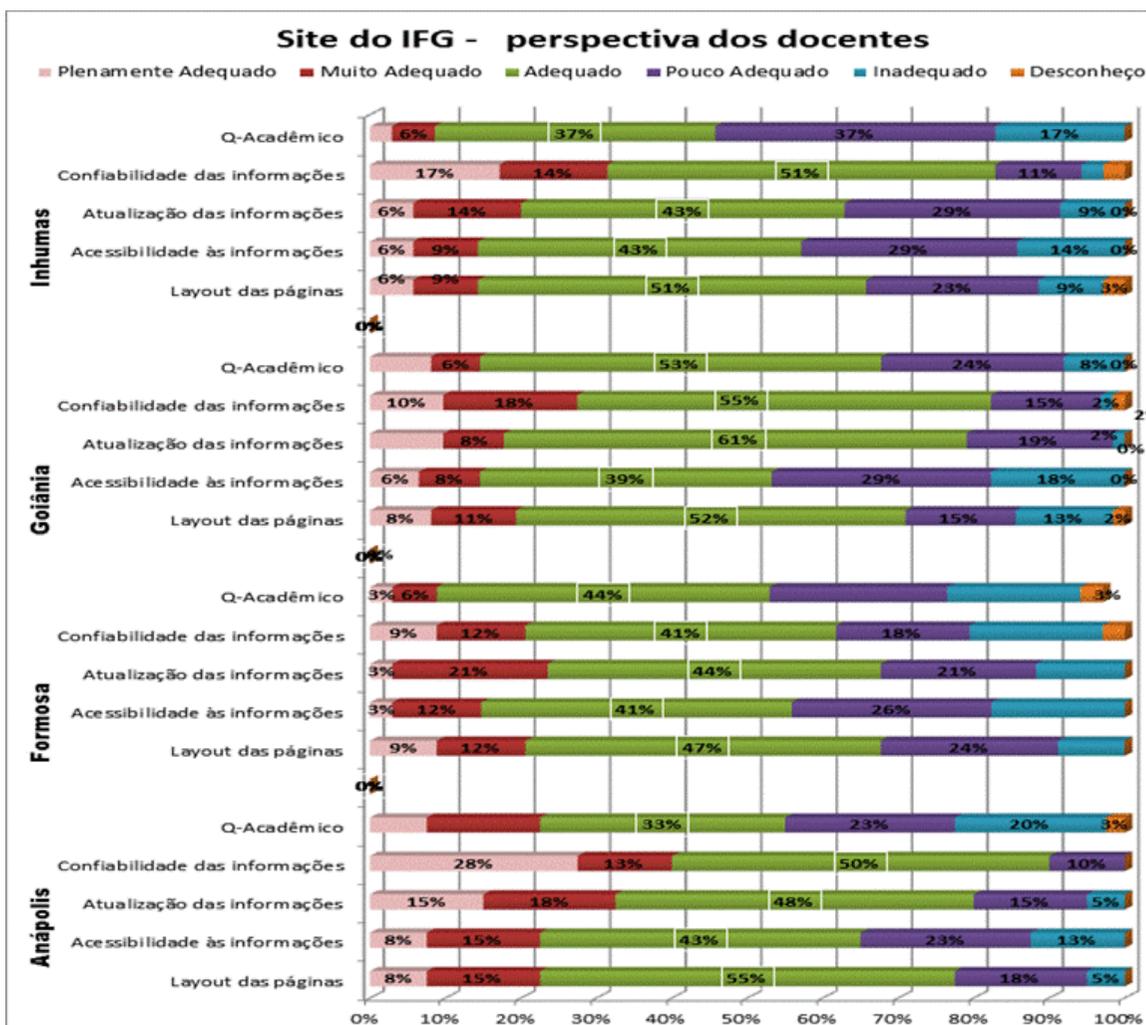
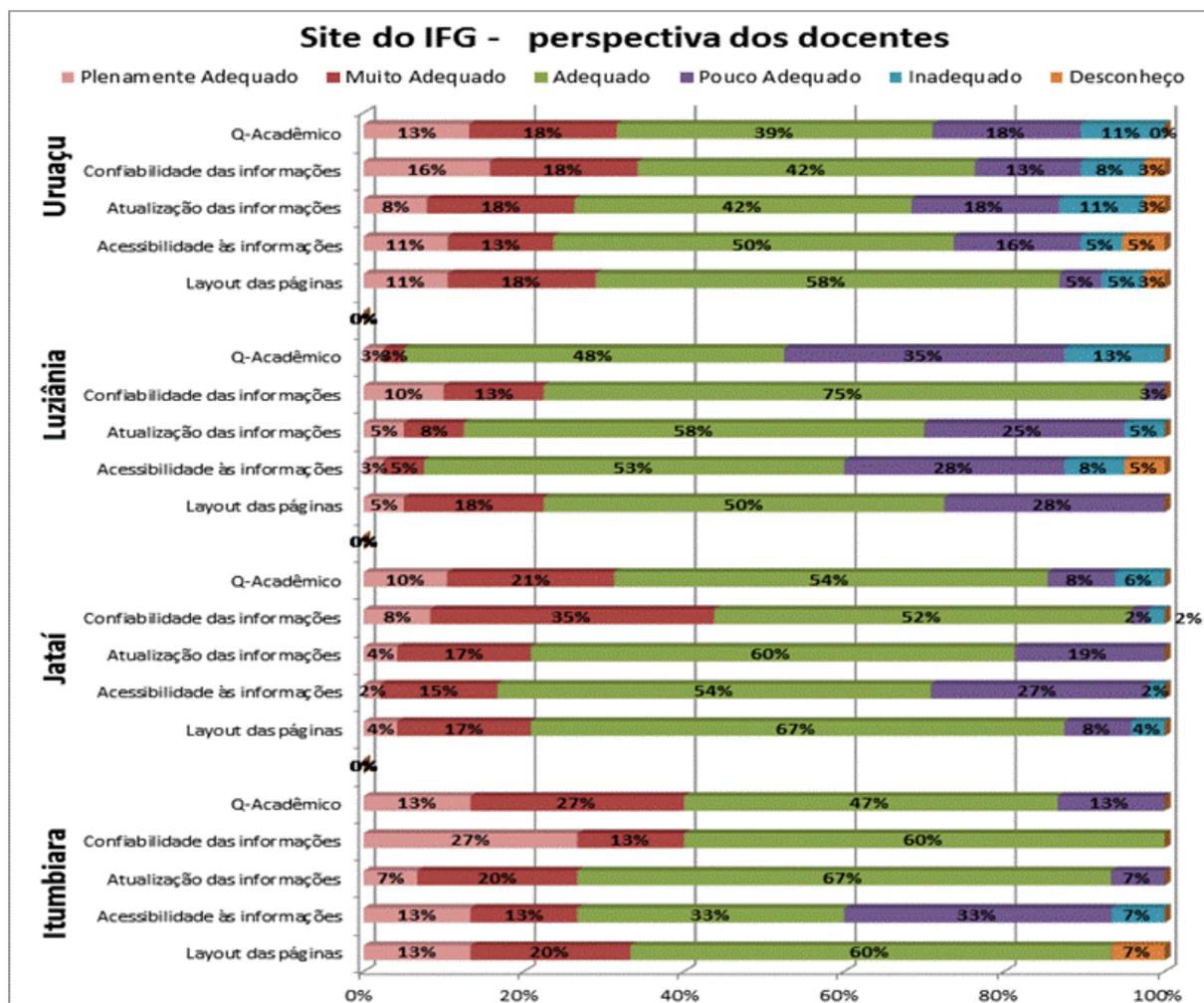


Gráfico 26

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

No Gráfico 26, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos docentes, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas, a soma da porcentagem dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve valores em Anápolis de 54%, Formosa, 53%, Goiânia, 68% e Inhumas, 46%, apesar que, dentre esses três conceitos, tenha destacado o *adequado*, variando de 33% a 61%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 38%. Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando os conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obtém-se uma porcentagem igual ou superior a 63% e 53, respectivamente. E o último item a ser avaliado foi “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma das porcentagens dos três melhores conceitos, obteve em Anápolis 77%, Formosa, 68%, Goiânia, 71%, e Inhumas, 66%.



No Gráfico 27, o item “Q-Acadêmico” mostra que, no que se refere à autoavaliação, na perspectiva dos docentes, nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu, a soma das porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado* obteve valores em Itumbiara de 87%, Jataí, 85%, Luziânia, 52%, e Uruaçu, 70%, apesar que, dentre esses três conceitos, destacou o *adequado*, variando de 33% a 75%.

Quanto à “Confiabilidade das informações”, a soma dos resultados dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* não ultrapassou 4%, com exceção de Formosa (24%). Nos itens “Atualização das informações” e “Acessibilidade às informações”, somando as porcentagens dos conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado*, obtém-se uma porcentagem igual ou superior a 68% e 61%, respectivamente. E o último item a ser avaliado foi o “Layout das páginas”; considerando, novamente, a soma dos três melhores conceitos, obteve em Itumbiara 93%, Jataí, 88%, Luziânia, 73%, e Uruaçu, 87%.

Gráfico 27

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

3.5 DIMENSÃO CINCO – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a quinta dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, “as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho”. Aqui, devem ser avaliadas as ações de proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, bem como pela compilação dos dados de seu desempenho no âmbito do IFG.

3.5.1 Informações de Gestão do Instituto Federal de Goiás

Em dezembro de 2012, o quadro de recursos humanos por nível de escolaridade da Instituição mostra o seguinte quantitativo de servidores: 65 com doutorado/pós-doutorado/PhD/livre docência, 212 com mestrado, 103 com aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação, 814 com nível superior, 279 com ensino médio ou técnico, três com ensino fundamental e um com ensino fundamental incompleto. Esse nível de escolaridade situa a Instituição com a maioria dos servidores tendo escolaridade de nível superior e especialização.

Quadro 8 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade em 31/12/2012

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	Número de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	3	237	693	83	180	45
1.1 Membros de Poder e Agentes Públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	1	3	233	601	83	176	44
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	4	92	0	4	1
2. Provimento de Cargos em Comissão	0	0	0	0	42	121	20	32	20
2.1 Cargos de natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	28	8	16	10
2.3 Funções Gratificadas	0	0	0	0	39	93	12	16	10
3. Totais (1 + 2)	0	0	1	3	279	814	103	212	65
Nível de Escolaridade: 1 = analfabeto; 2 = alfabetizado sem cursos regulares; 3 = ensino fundamental incompleto; 4 = ensino fundamental; 5 = ensino médio ou técnico; 6 = superior; 7 = aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação; 8 = mestrado; 9 = doutorado/pós-doutorado/livre docência.									

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012

3.5.1.1 Programas de capacitação e qualificação

O IFG mantém dois programas permanentes de capacitação dos servidores: o Programa Institucional de Incentivo à Participação de Eventos ou Cursos e o Programa Institucional de Bolsas de Qualificação em Nível de Graduação e Especialização (PIGE).

A oferta de bolsas do PIGE é feita por meio de edital da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e o número de bolsas ofertado a cada ano depende da dotação orçamentária do IFG. O período de duração das bolsas é de doze meses para especialização e de até 24 meses para a graduação (12 meses renováveis por igual período).

Os servidores interessados no Programa de Incentivo à Participação de Eventos ou Cursos devem apresentar sua demanda, observando as regras e requisitos estipulados no Procedimento Administrativo do programa

(<ifg.edu.br/gdrh/downloads/procap/orientacoes_procap_atualizado>). As solicitações devem ser dirigidas ao setor de Recursos Humanos de cada Câmpus ou da Reitoria, em formulário próprio, registradas no Setor de Protocolo.

O IFG mantém, ainda, seu Programa Institucional de Bolsas de Qualificação para Servidores (PIQS), para docentes e servidores técnico-administrativos que estão matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). A oferta de bolsas é feita por meio de edital da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e o número de bolsas ofertado por ano depende da disponibilidade orçamentária da Instituição.

A composição dos custos relativos aos recursos humanos do IFG é demonstrada no quadro a seguir, o qual discrimina sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2011 e 2012 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal, conforme pode ser visto no Quadro 8.

Quadro 9 - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2011 e 2012. Valores em R\$ 1,00

Tipologias Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes públicos								
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2012	38.193.593,53	-	5.518.363,62	3.045.359,97	3.052.757,09	1.111.549,93	699.236,48	51.819.364,28
2011	2.206.033,40	145.224,18	2.048.444,61	269.269,05	3.239.316,02	309.946,55	-	8.218.233,81
Servidores com contratos temporários								
2012	2.728.032,33	-	311.077,77	59.449,40	352.274,02	-	187.577,05	3.638.410,57
2011	2.613.105,85	-	-	-	-	-	-	2.613.105,85
Servidores cedidos com ônus ou em licença								
2012	231.558,66	-	29.289,97	41.468,75	18.240,00	3.102,00	6.985,08	330.644,46
2011	513.663,58	14.311,68	31.331,06	26.135,48	-	43.359,39	371.195,35	999.999,54
Servidores ocupantes de cargos de natureza especial								
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do grupo Direção e Assessoramento Superior								
2012	6.596.324,72	-	704.480,86	365.967,29	10.064,00	341.100,80	91.646,38	8.154.103,42
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de funções gratificadas								
2012	8.368.758,33	-	1.218.392,30	987.379,38	574.428,00	313.096,12	187.005,18	11.657.195,29
2011	4.856.870,93	1.163.248,57	3.124.314,32	1.043.983,84	4.376,52	1.067.925,35	47.387,74	11.308.107,27

Fonte: GRRUBRICA, Ficha Financeira Anual e DDP.

3.5.2 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 5

A respeito das políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, a pesquisa online buscou saber:

- a percepção que têm os Servidores Técnico-Administrativo sobre a **Pesquisa** (incentivo à iniciação e produção científica [PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.]; divulgação/publicação dos trabalhos científicos; auxílio para a participação em eventos científicos; e incentivo à qualificação.

- o ponto de vista dos Docentes acerca dos **Serviços/Atendimento** (Coordenação de Assistência ao Servidor [CAS]).

Os gráficos a seguir ilustram os resultados da pesquisa referentes à Dimensão 5.

Pesquisa - perspectiva dos servidores técnico-administrativos

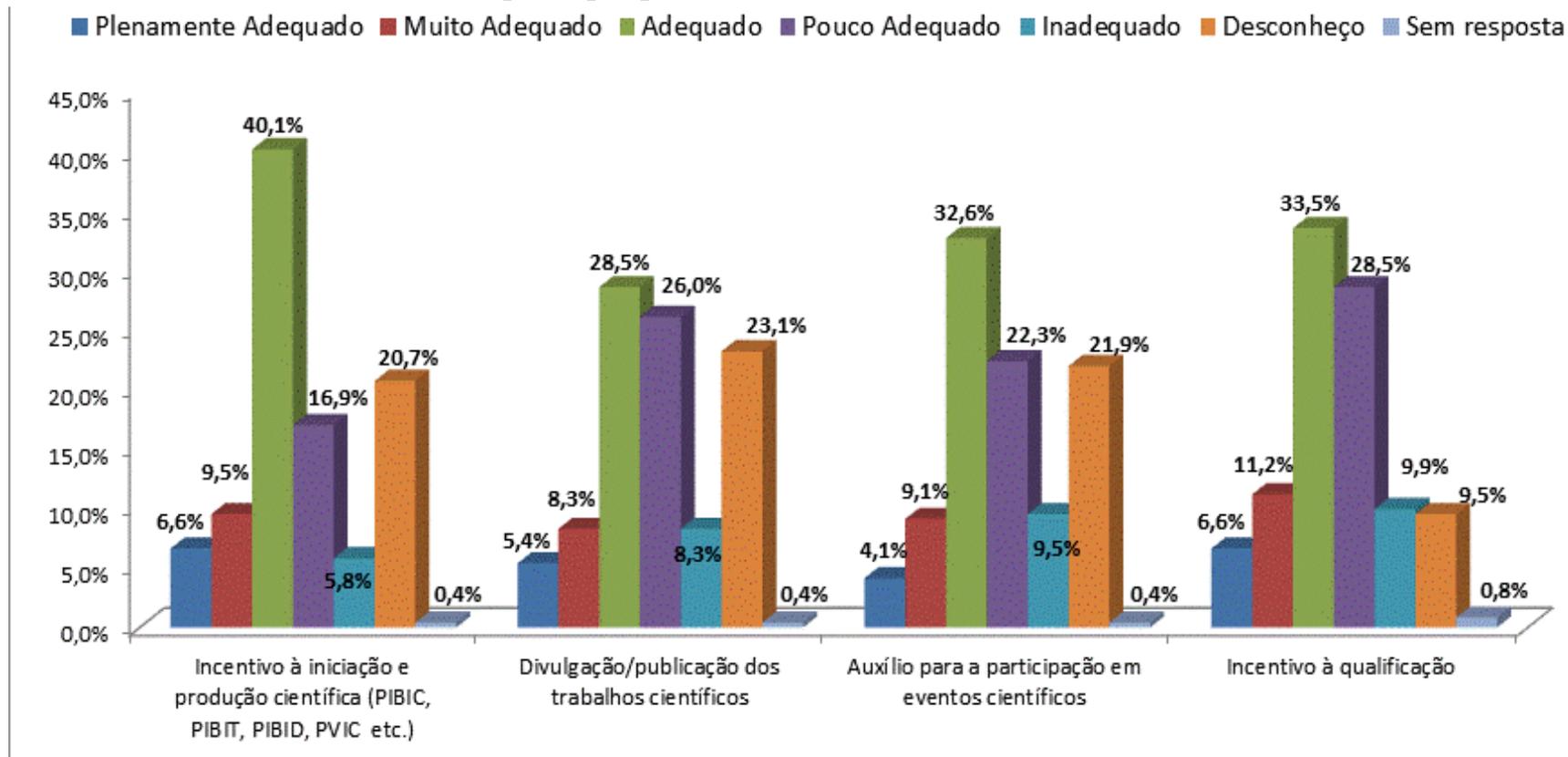


Gráfico 28

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 28 mostra que, no que se refere à pesquisa produzida no IFG, o conceito *adequado* foi o que obteve o maior percentual de escolha entre os servidores técnico-administrativos participantes da investigação. Mesmo assim, apenas nos quesitos “incentivo à iniciação e produção científica” e “incentivo à qualificação” o percentual de aprovação ultrapassou 51% se somado aos percentuais atribuídos aos conceitos *muito adequado* e *plenamente adequado*. Há um elevado percentual de participantes que informa ser *pouco adequados* o incentivo, a divulgação e o auxílio para a produção da pesquisa, e da mesma forma o incentivo à qualificação. Há, ainda, um alto percentual que revela o desconhecimento das políticas para a pesquisa e para a qualificação.

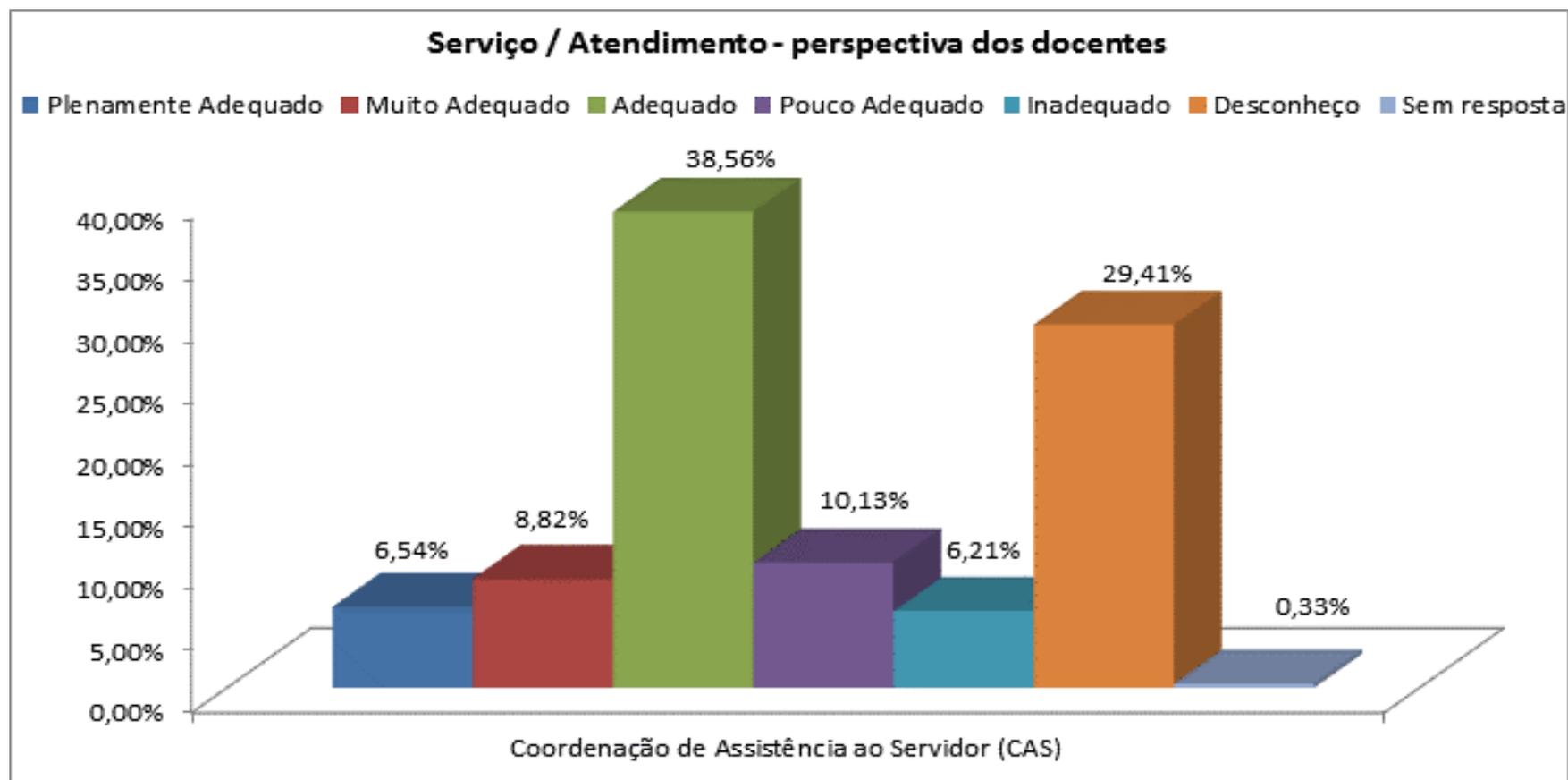


Gráfico 29

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 29 revela que, na perspectiva dos docentes, os Serviços de Atendimento do IFG são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança o percentual de 53,9%. Porém, 29,4% informam desconhecer os serviços prestados pela Instituição.

3.6 DIMENSÃO SEIS – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a sexta dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, a “organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios”.

3.6.1 Informações de Gestão do Instituto Federal de Goiás

Delinearemos a organização e gestão do IFG com intuito de mostrar o funcionamento, representação e autonomia dos gestores e a representatividade dos colegiados. O organograma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está estruturado conforme a seguir.

Organograma Institucional

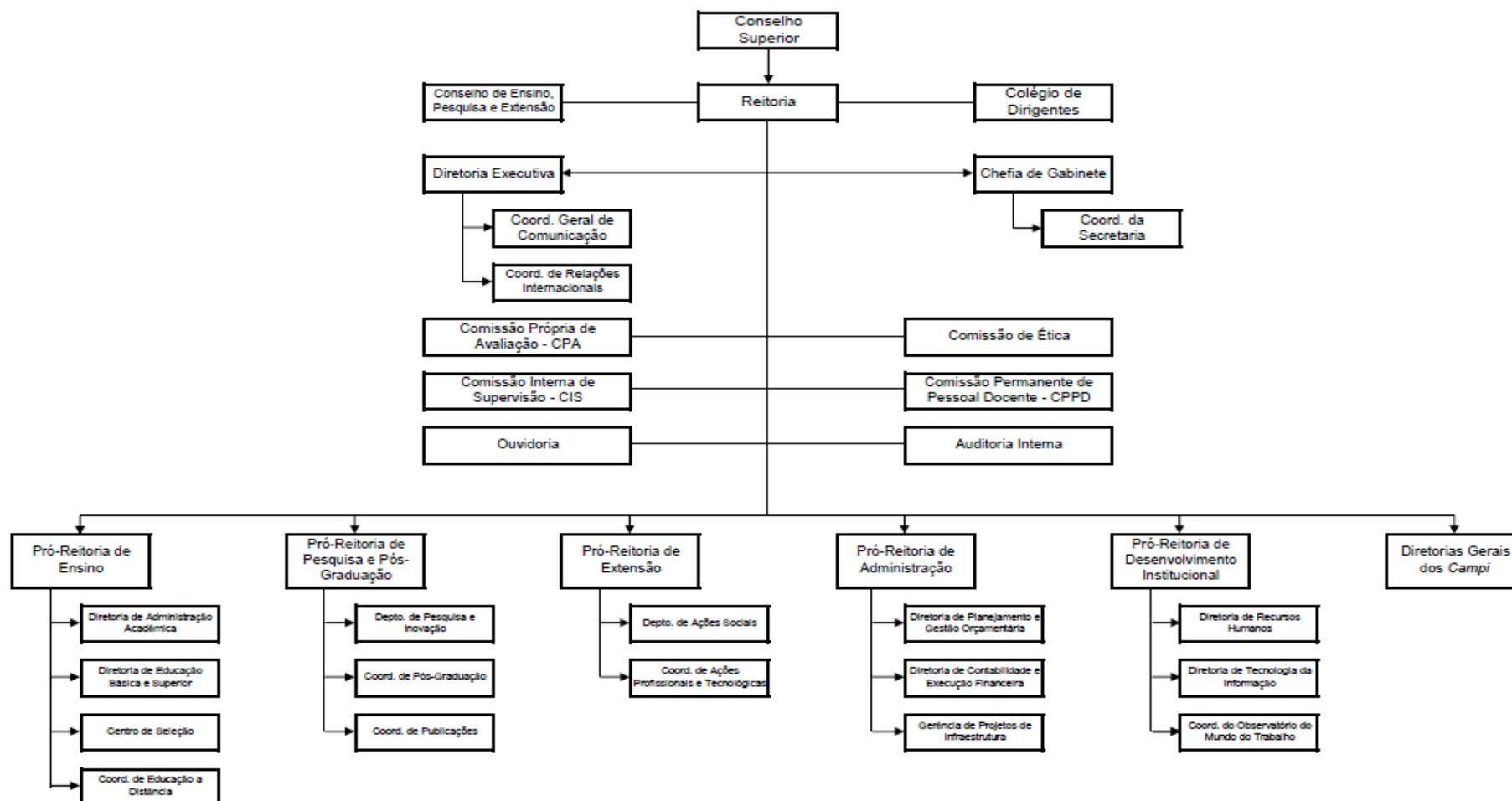


Figura 1 – Organograma do Instituto Federal de Goiás
Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Conforme o Organograma Institucional da página anterior, a Administração do IFG tem como órgãos superiores o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo que a presidência desses conselhos é exercida pelo Reitor. É importante ressaltar, no entanto, que o IFG é organizado numa estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada para cada Câmpus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil organizada, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFG, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo composto pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretor-Geral de cada um dos Câmpus que integram o Instituto Federal. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás é um órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dispõe sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento da Instituição, logo, também do Colégio de Dirigentes, do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O IFG tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, pelo Diretor-Executivo (substituto do Reitor) e 5 (cinco) Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A Reitoria, como órgão de administração central, pode ser instalada em espaço físico distinto de qualquer um dos Câmpus que integram o IFG, desde que previsto em seu Estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Goiás tem trabalhado para o funcionamento das instâncias consultivas e deliberativas da Instituição, tais como o Colegiado de Departamentos, o Conselho Departamental das Áreas Acadêmicas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as Câmaras Temáticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colégio de Dirigentes e a sua

instância máxima, o Conselho Superior, atuando na proposição e aprovação de regulamentações que disciplinam e orientam as ações institucionais.

A elaboração e apresentação das propostas de Regimento Geral e o Plano de Desenvolvimento Institucional, este último debatido por toda a comunidade acadêmica – docentes, discentes e técnico-administrativos – com a realização do Congresso do Plano de Desenvolvimento Institucional, realizado em fevereiro do ano de 2012, são exemplos da atuação do Instituto Federal de Goiás na sua organização e funcionamento junto à sociedade.

3.6.2 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 6

Em relação à organização e gestão da Instituição, a pesquisa buscou saber:

- a perspectiva que têm os Servidores Técnico-Administrativos no que se refere aos **Serviços/Atendimento** (recepção, Protocolo, Direção Administrativa, Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS), teatro/auditório(s); acerca da **Direção** (atuação da Direção-Geral no Câmpus, transparência na gestão, relação Direção-Geral/servidor) e a respeito das **Pró-Reitorias, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas, relação com o servidor).

- o ponto de vista que tem a Comunidade Externa acerca da **Direção** (atuação da Direção-Geral no Câmpus e transparência da gestão).

- a visão que têm os Discentes do Ensino Superior sobre os **Serviços/Atendimento** (recepção, segurança, Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares [CORAE], Coordenação de Assistência ao Estudante [CAE], Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa [COSIE-E], Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, protocolo, Departamento de Áreas Acadêmicas e cantina); acerca dos **Cursos** (atuação da Coordenação, relação Coordenador/aluno); a respeito da **Direção** (atuação da Direção-Geral no Câmpus, transparência da gestão e relação Direção-Geral/aluno) e em relação às **Pró-Reitorias, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e relação com o servidor).

- a percepção que têm os Discentes da Pós-Graduação dos Câmpus Goiânia e Jataí sobre os **Serviços/Atendimento** (recepção, segurança, Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares [CORAE], protocolo, Departamento de Áreas Acadêmicas e cantina) e acerca das **Pró-Reitorias, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e relação com o servidor).

- a concepção que têm os Docentes sobre os **Serviços/Atendimento** (Coord. de Curso, Coord. Acadêmica, Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas, Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão [GEPEX], Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente, protocolo, Recursos Didáticos e cantina); acerca dos **Cursos** (atuação da Coordenação e relação Coordenador/aluno); a respeito da **Direção** (atuação da Direção-Geral no Câmpus, transparência na gestão e relação Direção-Geral/docente) e em relação às **Pró-Reitorias,**

Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e relação com o servidor).

- a expectativa que têm os Gestores sobre os **Serviços/Atendimento** (recepção, protocolo, Centro de Seleção, Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente, Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares [CORAE], Coordenação de Assistência ao Estudante [CAE], Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E), Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão [GEPEX], cantina, teatro/auditório(s) e Departamento de Áreas Acadêmicas); acerca da **Direção** (atuação da Direção-Geral no Câmpus, transparência na gestão e relação Direção-Geral/comunidade) e em relação às **Pró-Reitorias, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria** (atuação, transparência, presteza na solução das demandas e relação com o servidor).

Nas páginas seguintes desta seção, são apresentados os gráficos relacionados à Dimensão 6.

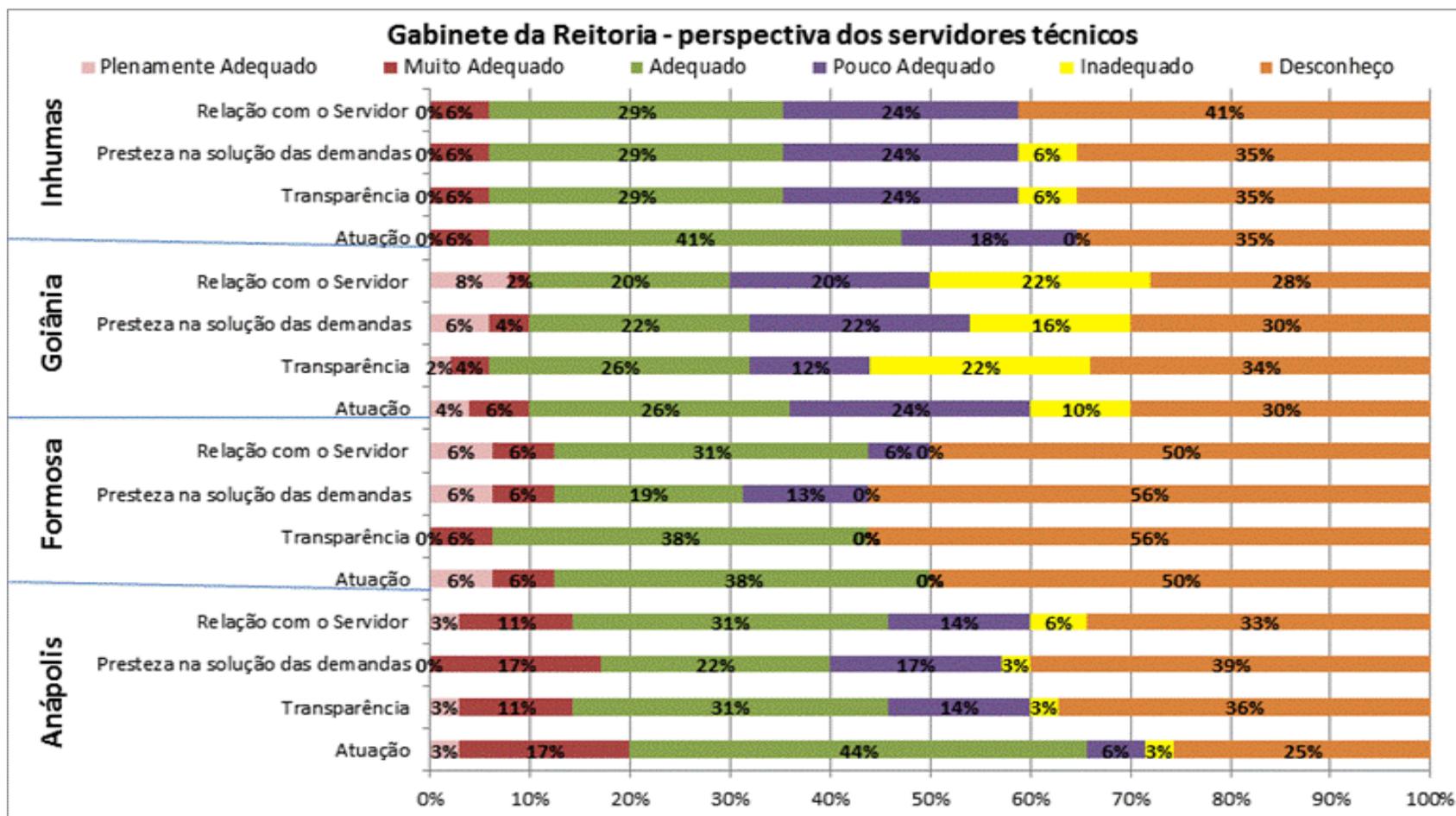


Gráfico 30

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 30 mostra que, nos quesitos “Relação com o Servidor”, “Presteza na Solução das Demandas” e “Transparência e Atuação” referentes ao Gabinete da Reitoria do IFG, o conceito *desconheço* foi o que obteve maiores percentuais de escolha entre os servidores técnico-administrativos participantes da pesquisa nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

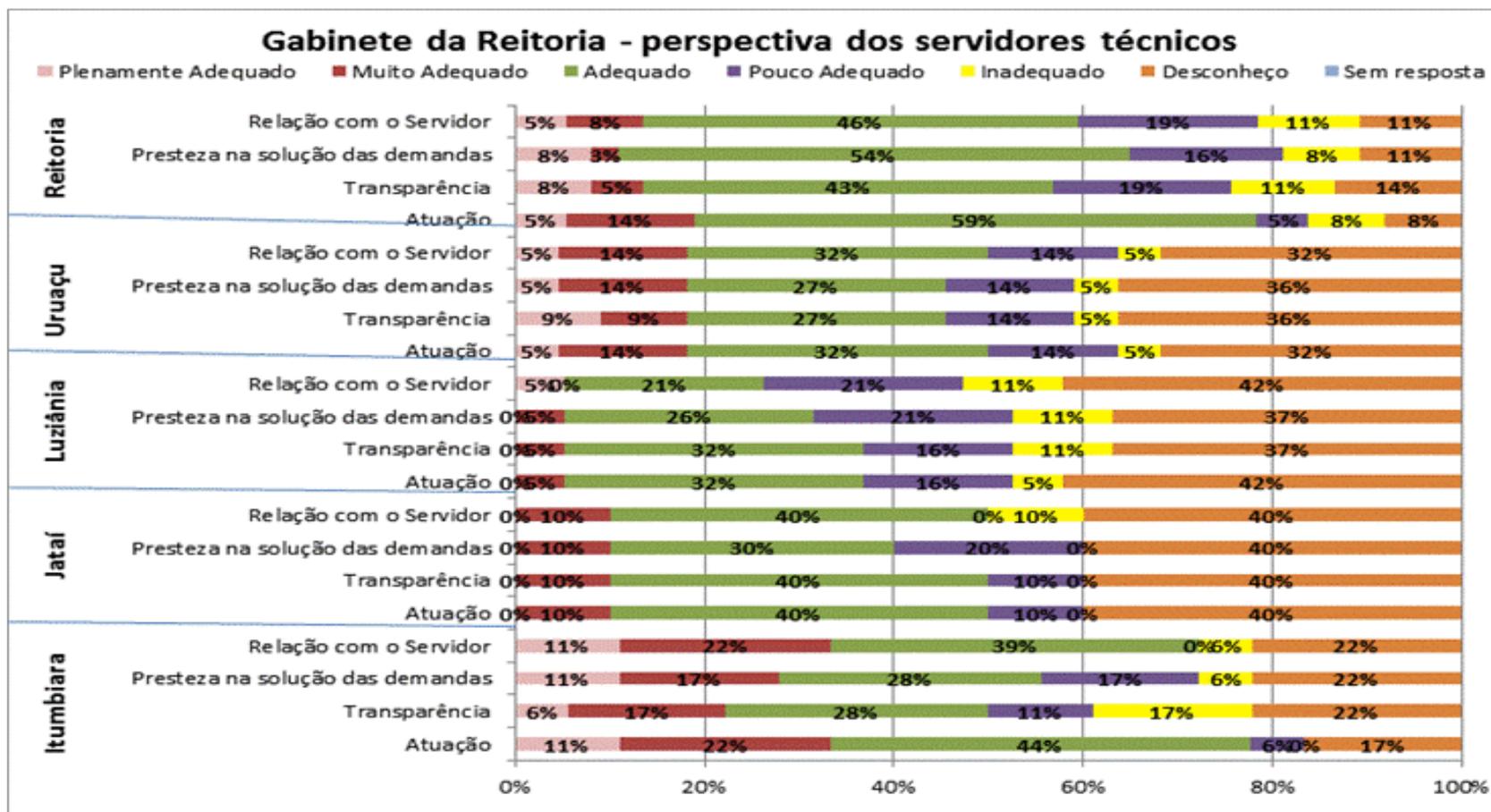


Gráfico 31

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 31 mostra que, nos quesitos “Relação com o Servidor”, “Presteza na Solução das Demandas”, “Transparência” e “Atuação” referentes ao Gabinete da Reitoria do IFG, o conceito *desconheço* apresenta maiores percentuais nos Câmpus Jataí, Luziânia e Uruaçu. No Câmpus Itumbiara e na Reitoria, o conceito *adequado* revela maiores percentuais relacionados aos mesmos quesitos.

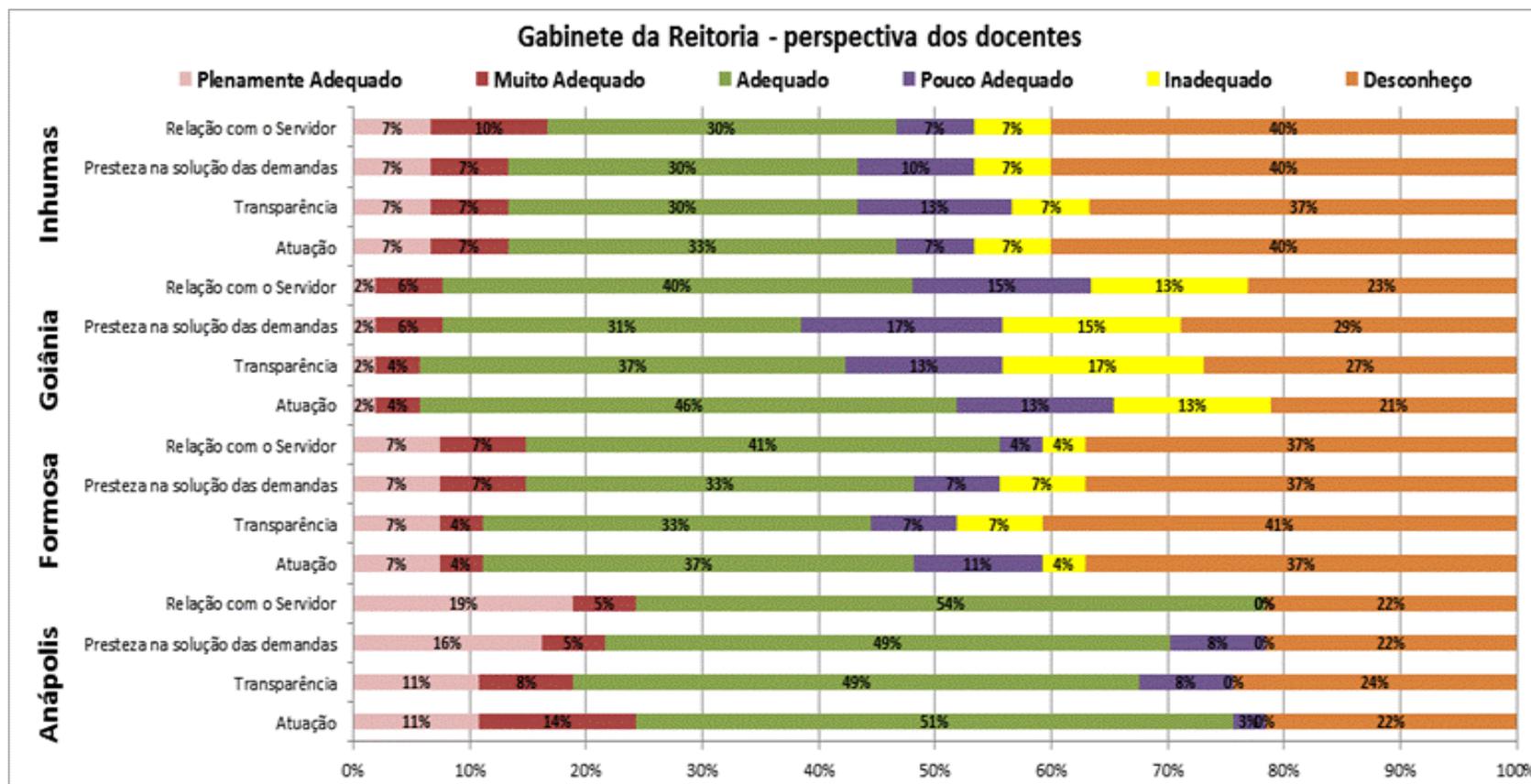


Gráfico 32

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 32 revela que, na perspectiva dos docentes dos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” do Gabinete da Reitoria do IFG são eficientes apenas para os docentes do primeiro Câmpus. Nos demais, sobressaíram os conceitos *desconheço*, *inadequado* e *pouco adequado*. Nota-se que, nos quesitos “Atuação” e “Relação com o Servidor”, dos Câmpus Goiânia e Formosa, respectivamente, os conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* foram os mais votados.

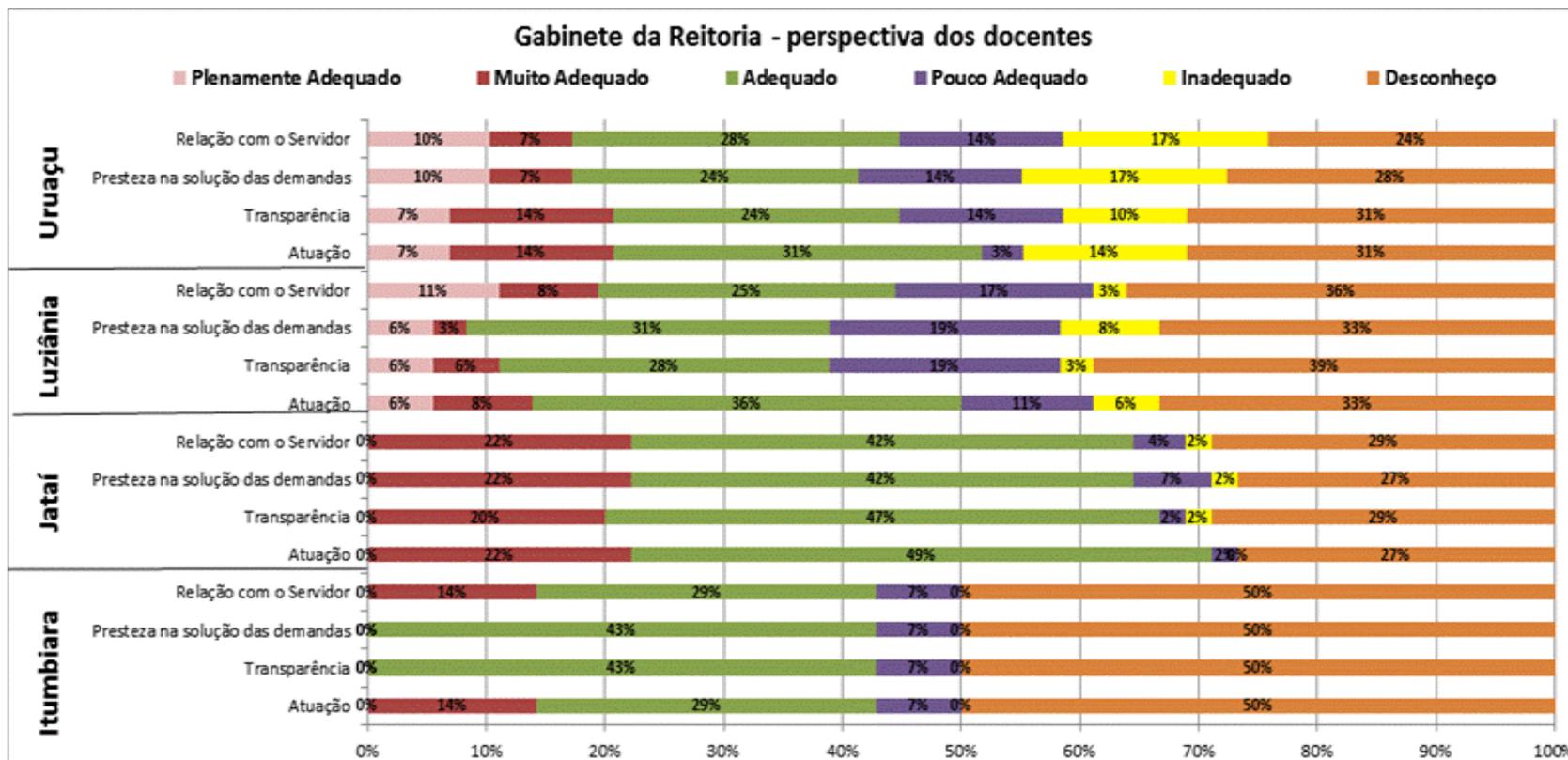


Gráfico 33

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 33 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” do Gabinete da Reitoria do IFG atendem parcialmente às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança percentuais maiores nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

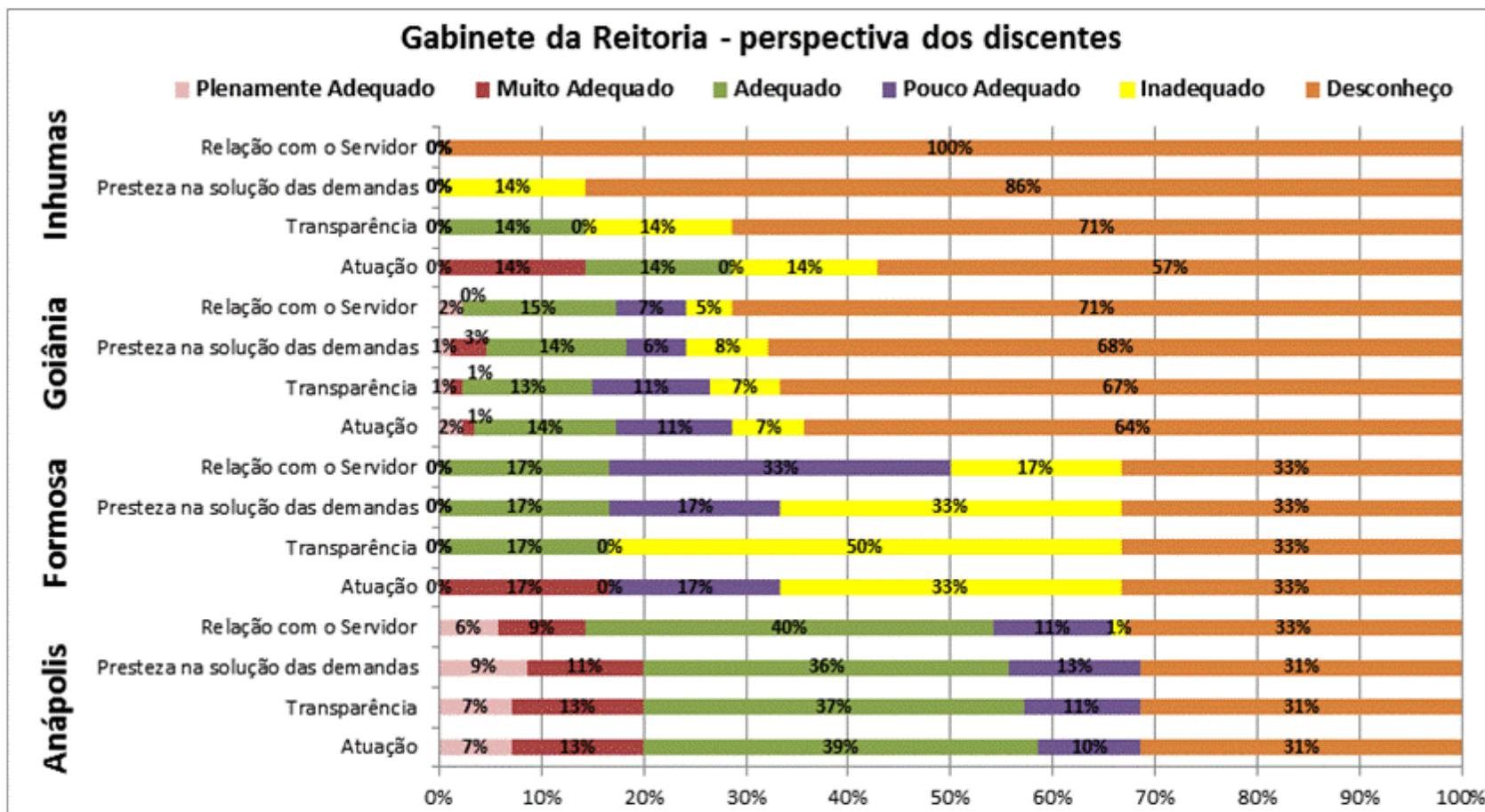


Gráfico 34

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 34 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” do Gabinete da Reitoria do IFG são pouco conhecidos, tendo em vista que a soma dos conceitos *desconheço*, *inadequado* e *pouco adequado* mostra percentuais maiores nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

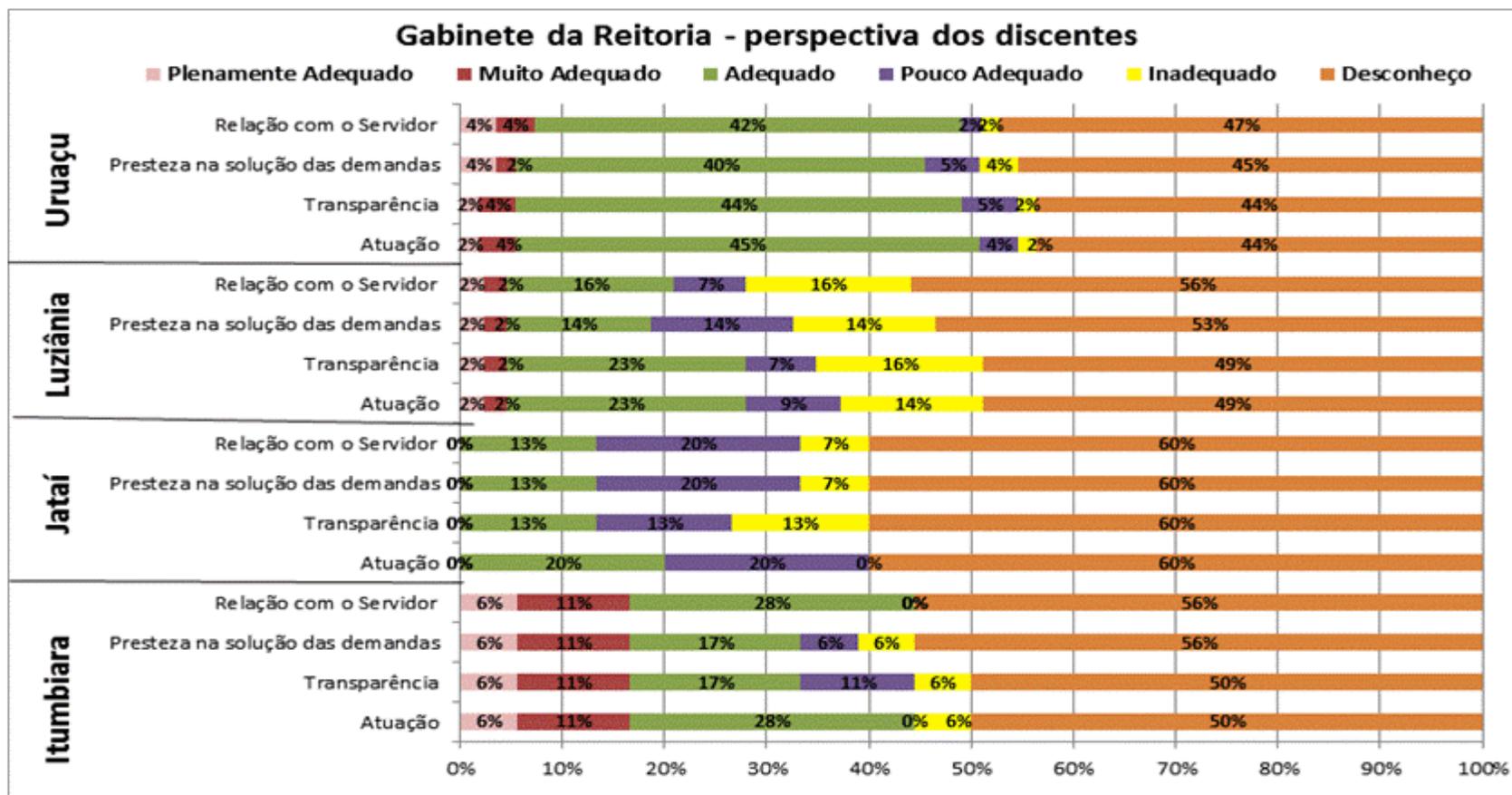


Gráfico 35

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 35 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” do Gabinete da Reitoria do IFG são pouco conhecidos, tendo em vista que a soma dos conceitos *desconheço*, *inadequado* e *pouco adequado* mostra percentuais maiores nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

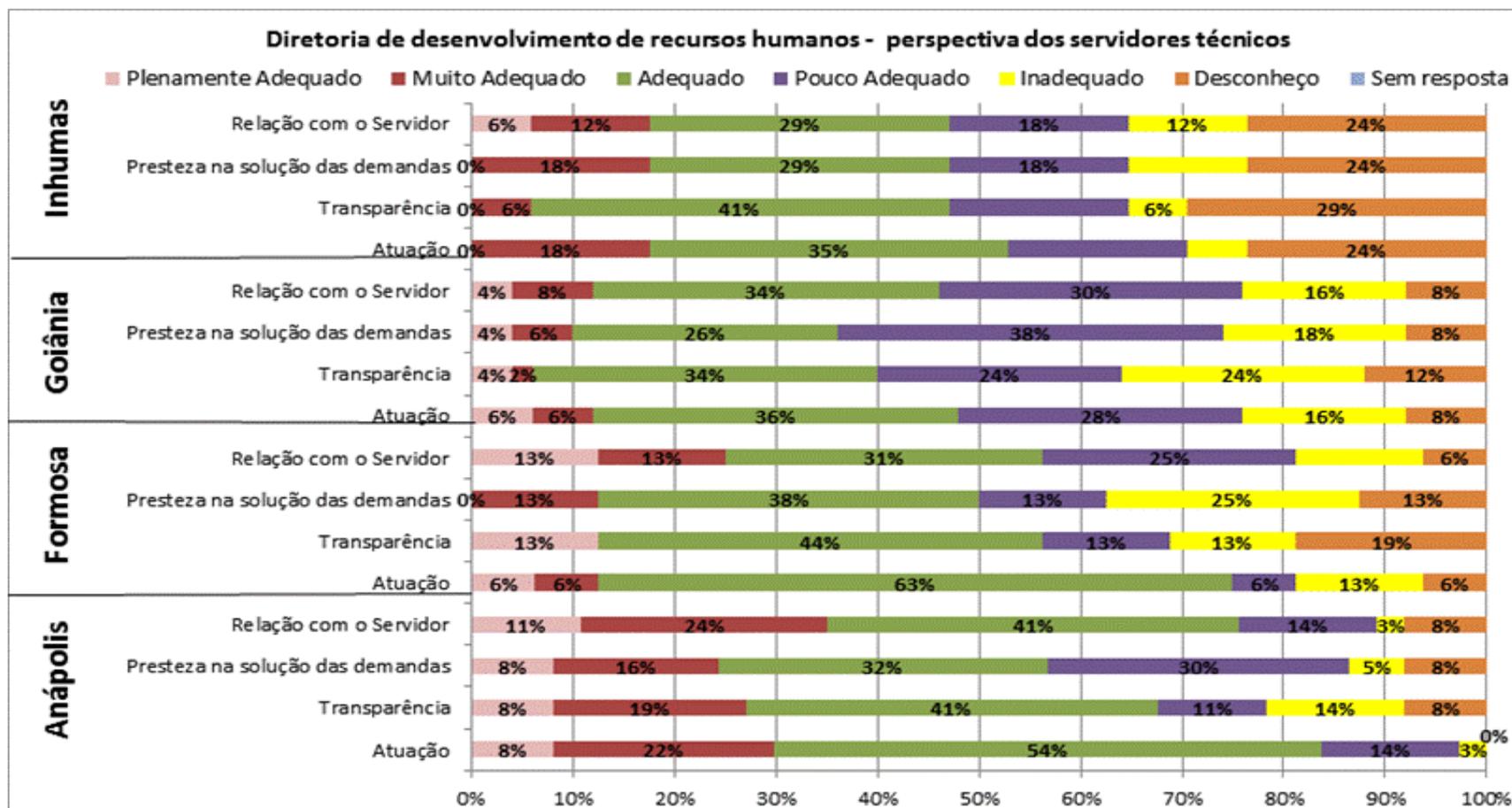


Gráfico 36

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 36 revela que, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG atendem parcialmente às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

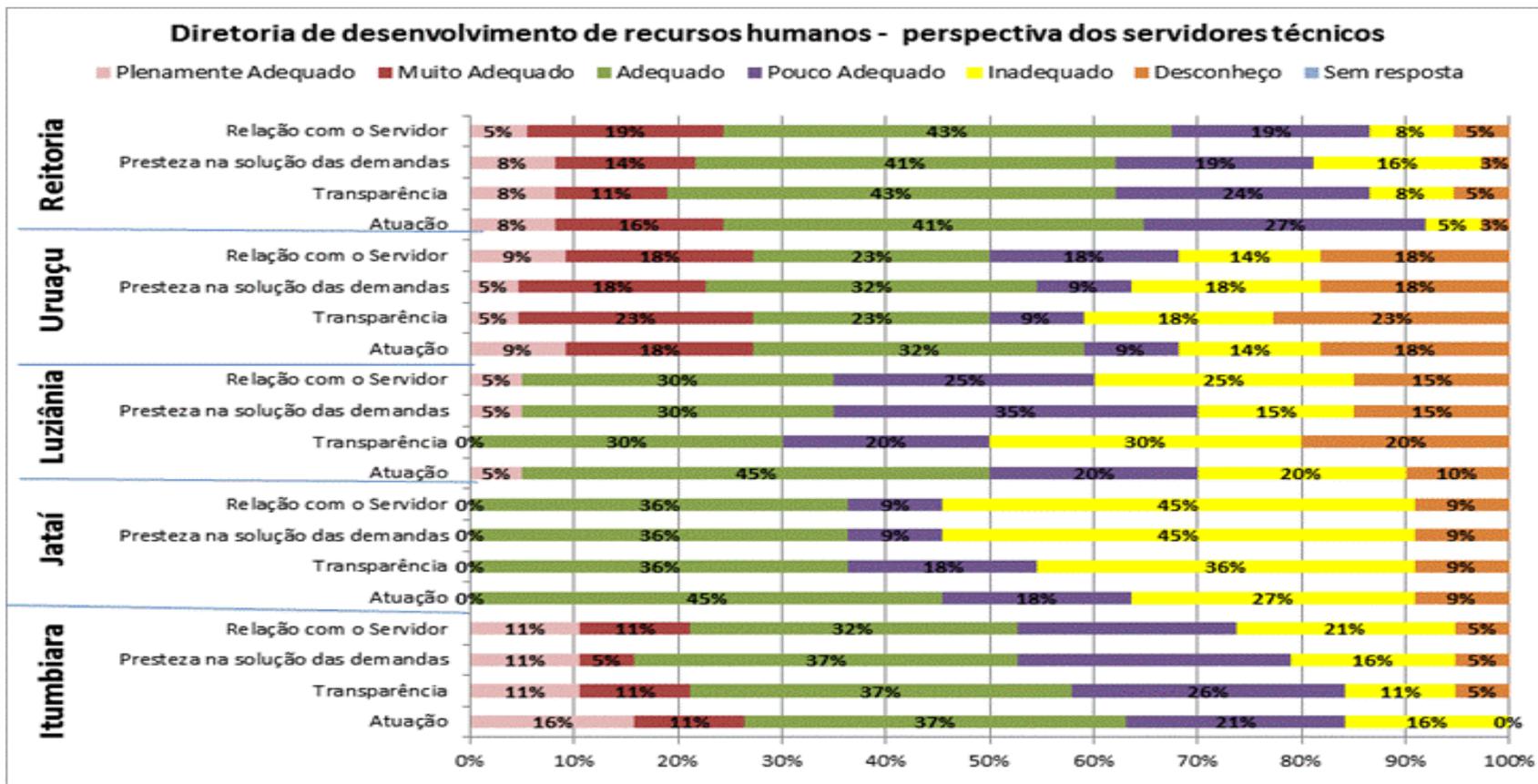


Gráfico 37

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 37 revela que, na perspectiva dos servidores técnico administrativos, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG atendem parcialmente às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu e na Reitoria.

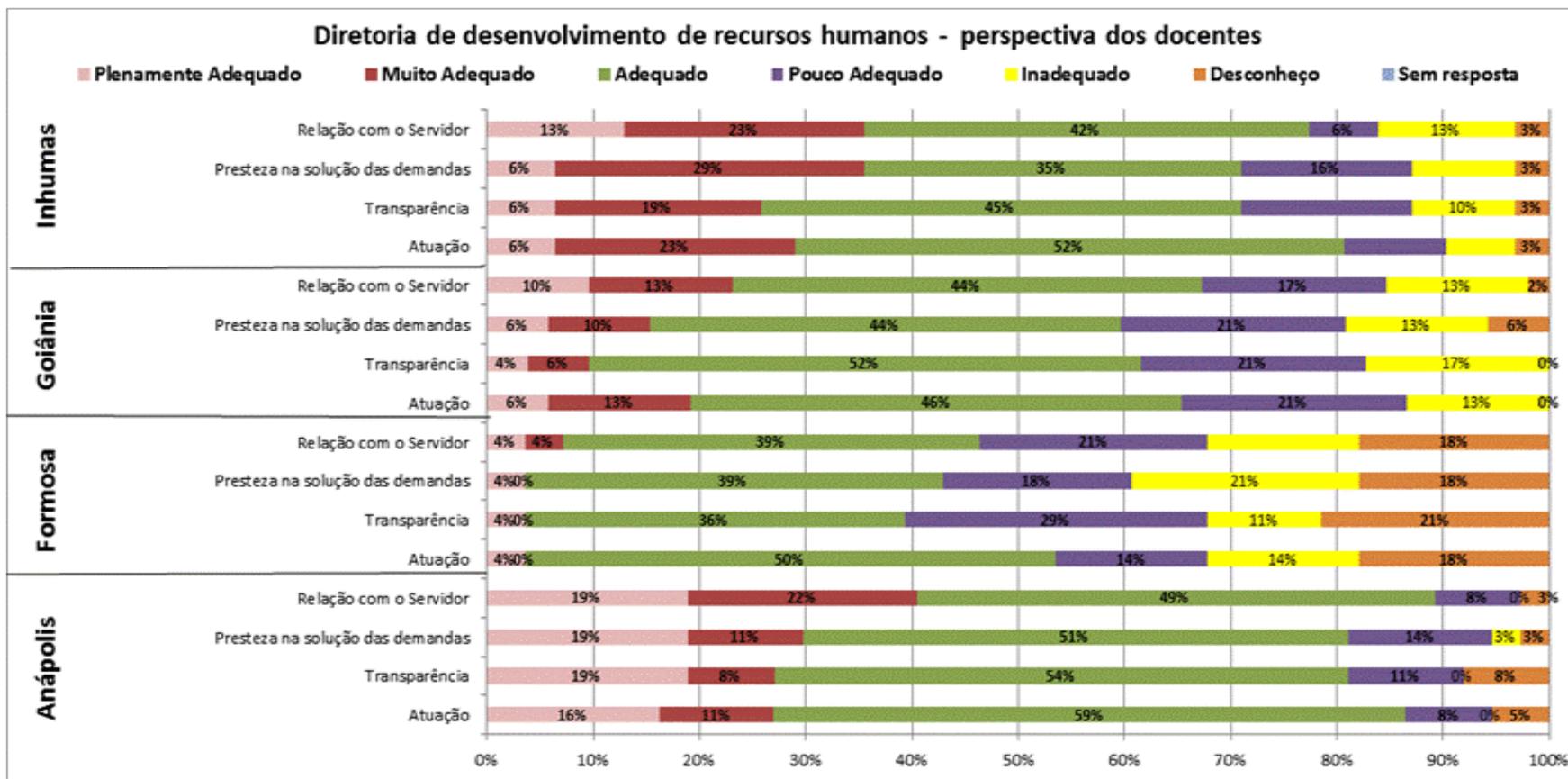


Gráfico 38

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 38 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG atendem parcialmente às necessidades, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

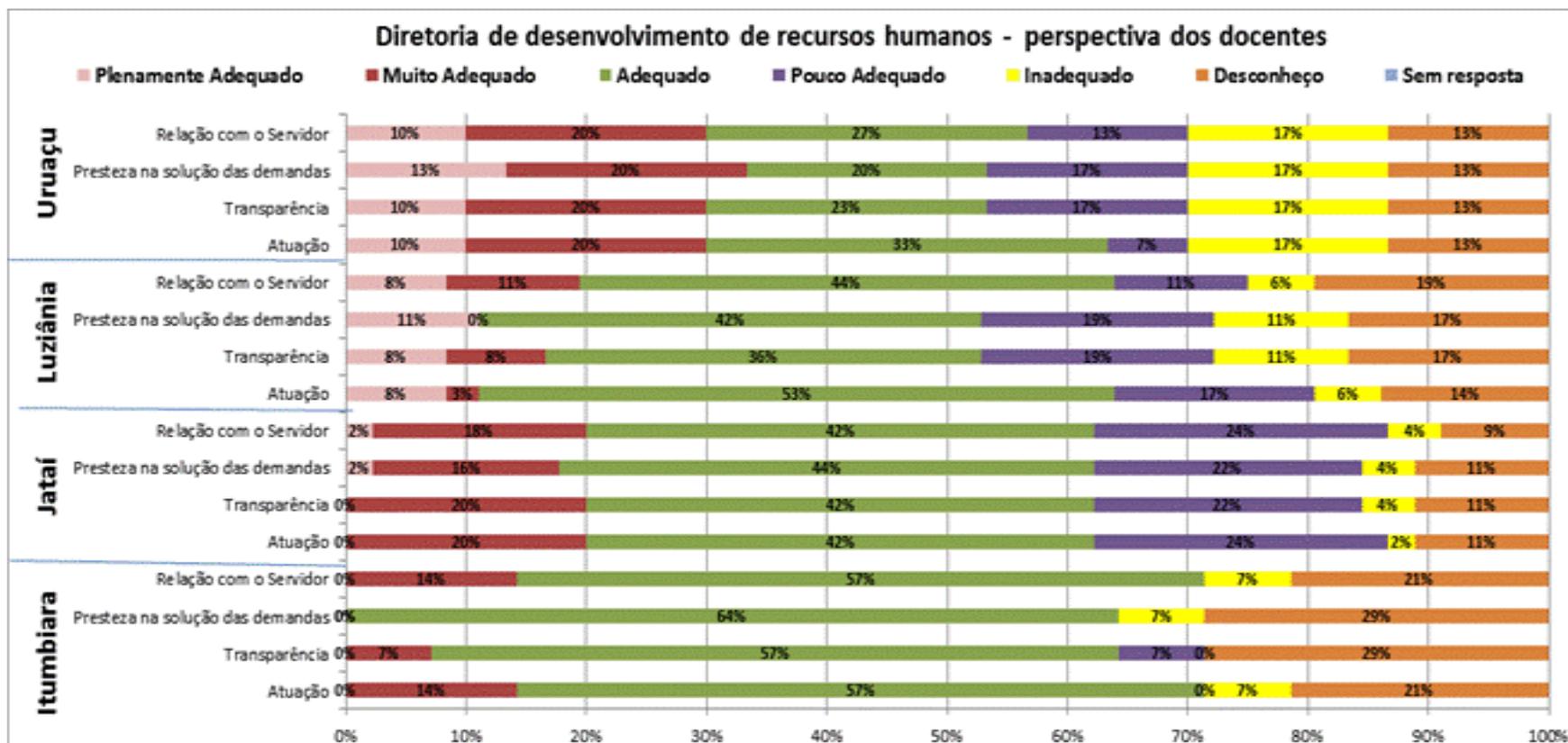


Gráfico 39

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 39 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Relação com o Servidor”, a “Presteza na Solução das Demandas”, a “Transparência” e a “Atuação” da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

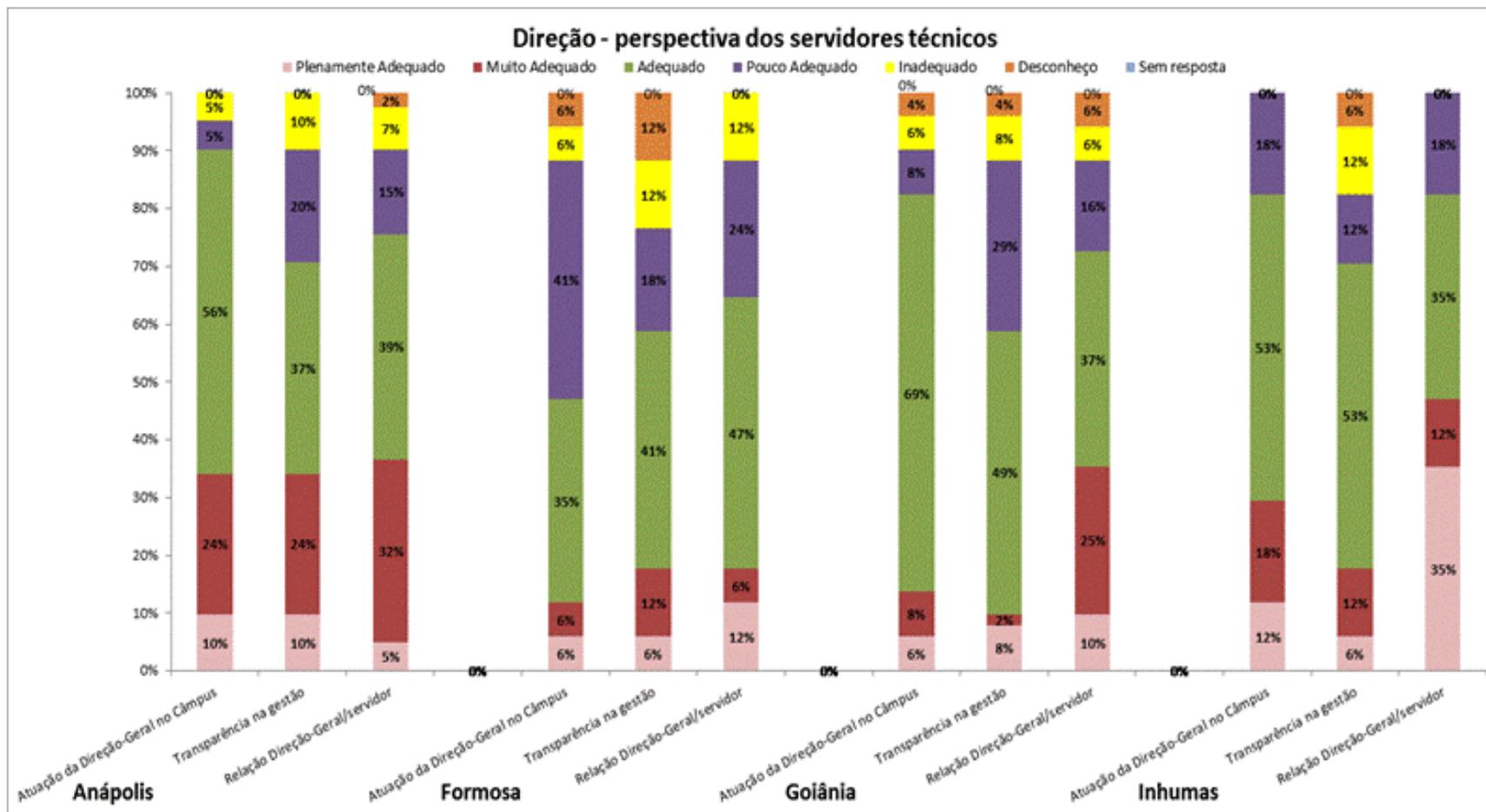


Gráfico 40

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 40 revela que, na perspectiva dos servidores técnico administrativos, a “Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Servidor” da Diretoria Geral nos Câmpus do IFG são, em sua maioria, eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

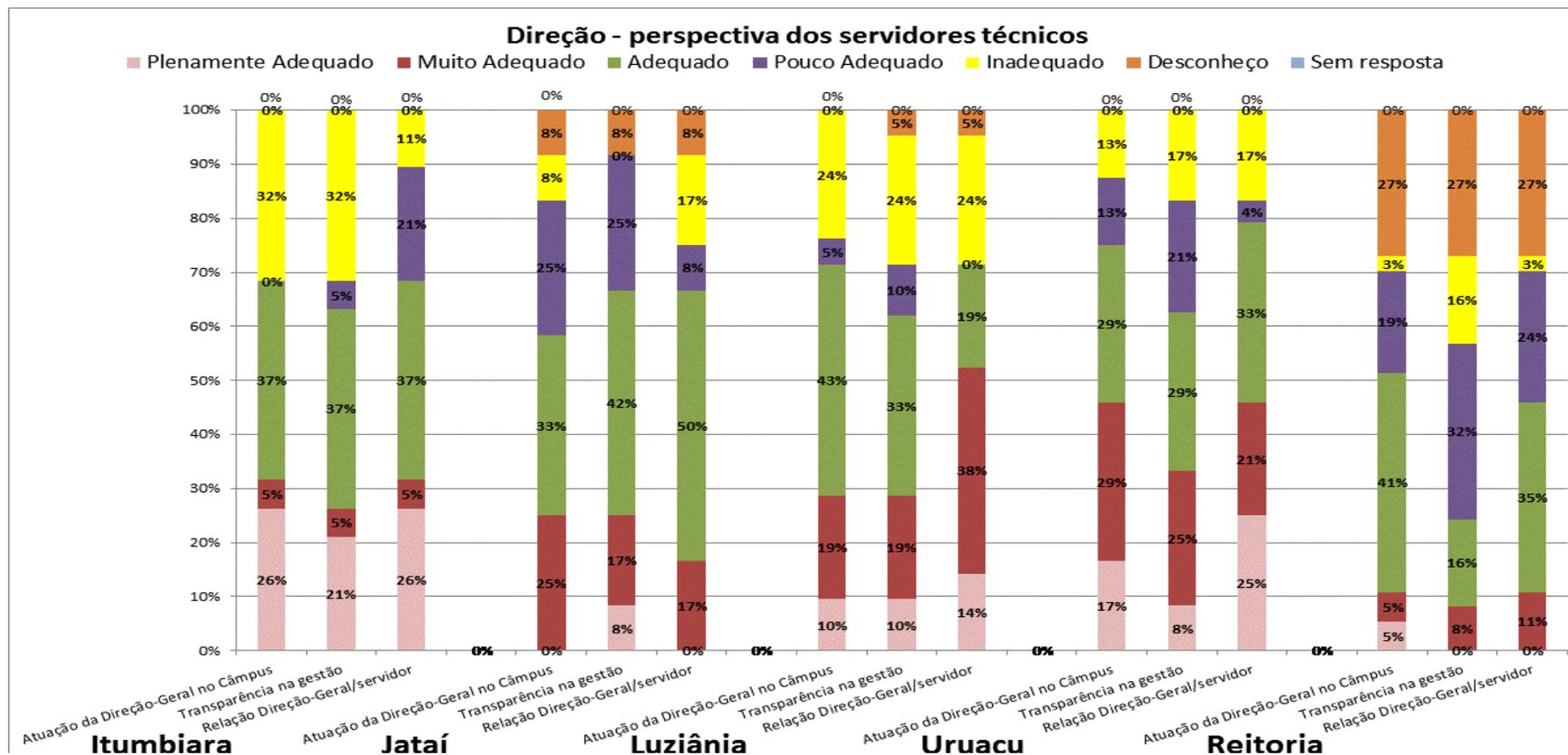


Gráfico 41

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 41 revela que, na perspectiva dos servidores técnico administrativos, a “Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Servidor” nos Câmpus do IFG são, em sua maioria, eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruacu e na Reitoria.

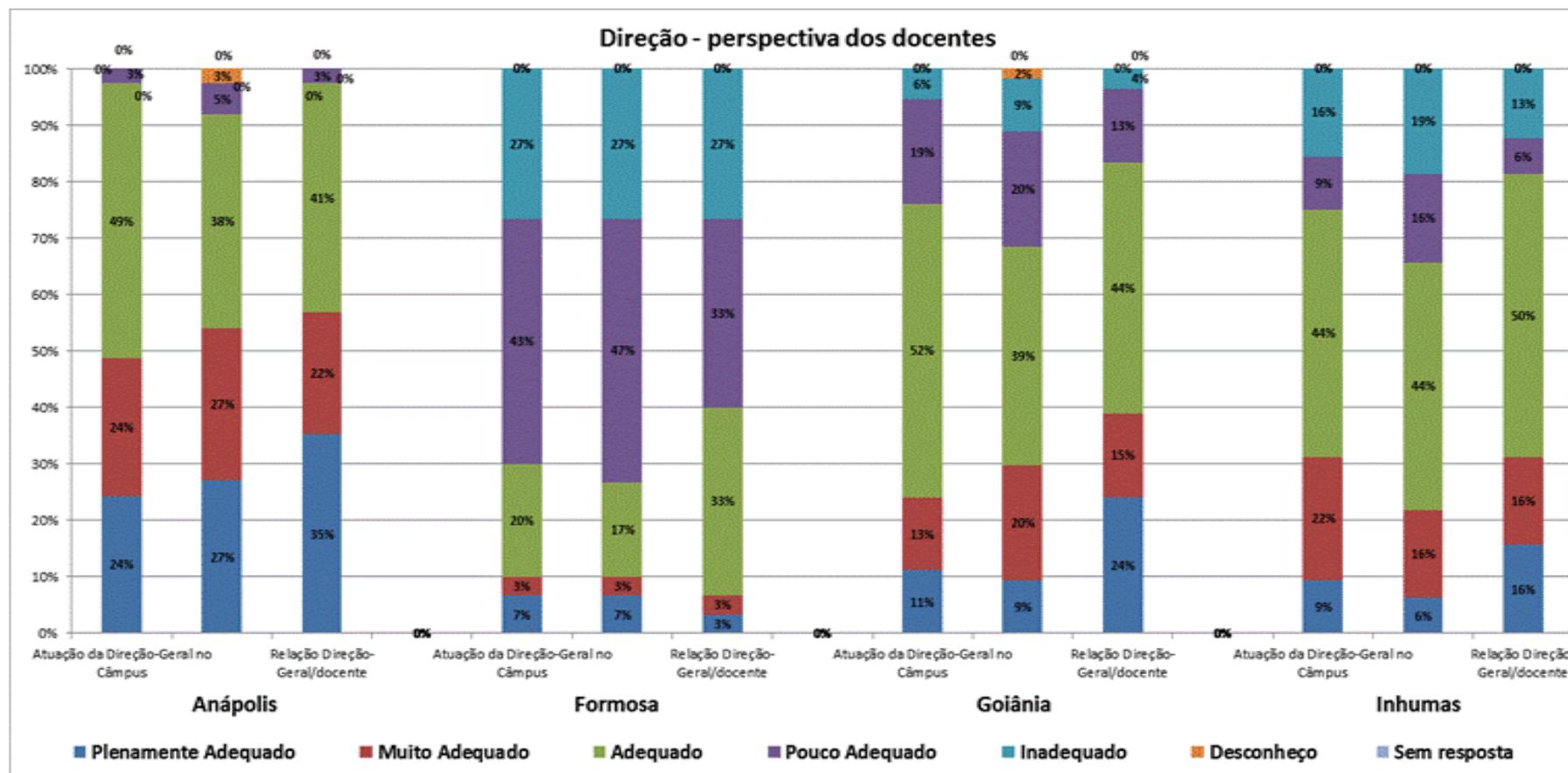


Gráfico 42

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 42 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Docente” da Diretoria Geral nos Câmpus do IFG são, em sua maioria, eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.

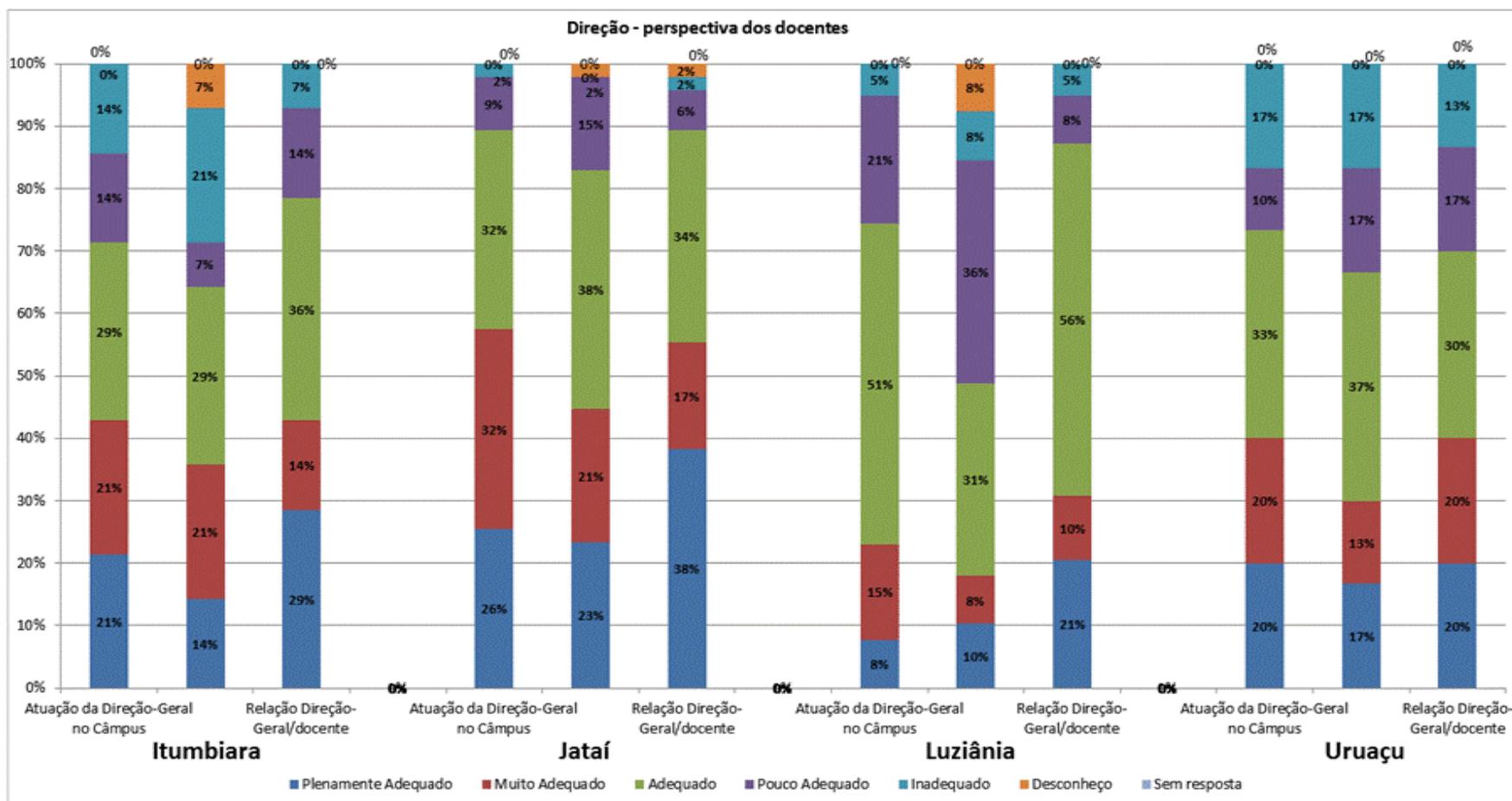


Gráfico 43

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 43 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Docente” da Diretoria Geral nos Câmpus do IFG são, em sua maioria, eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

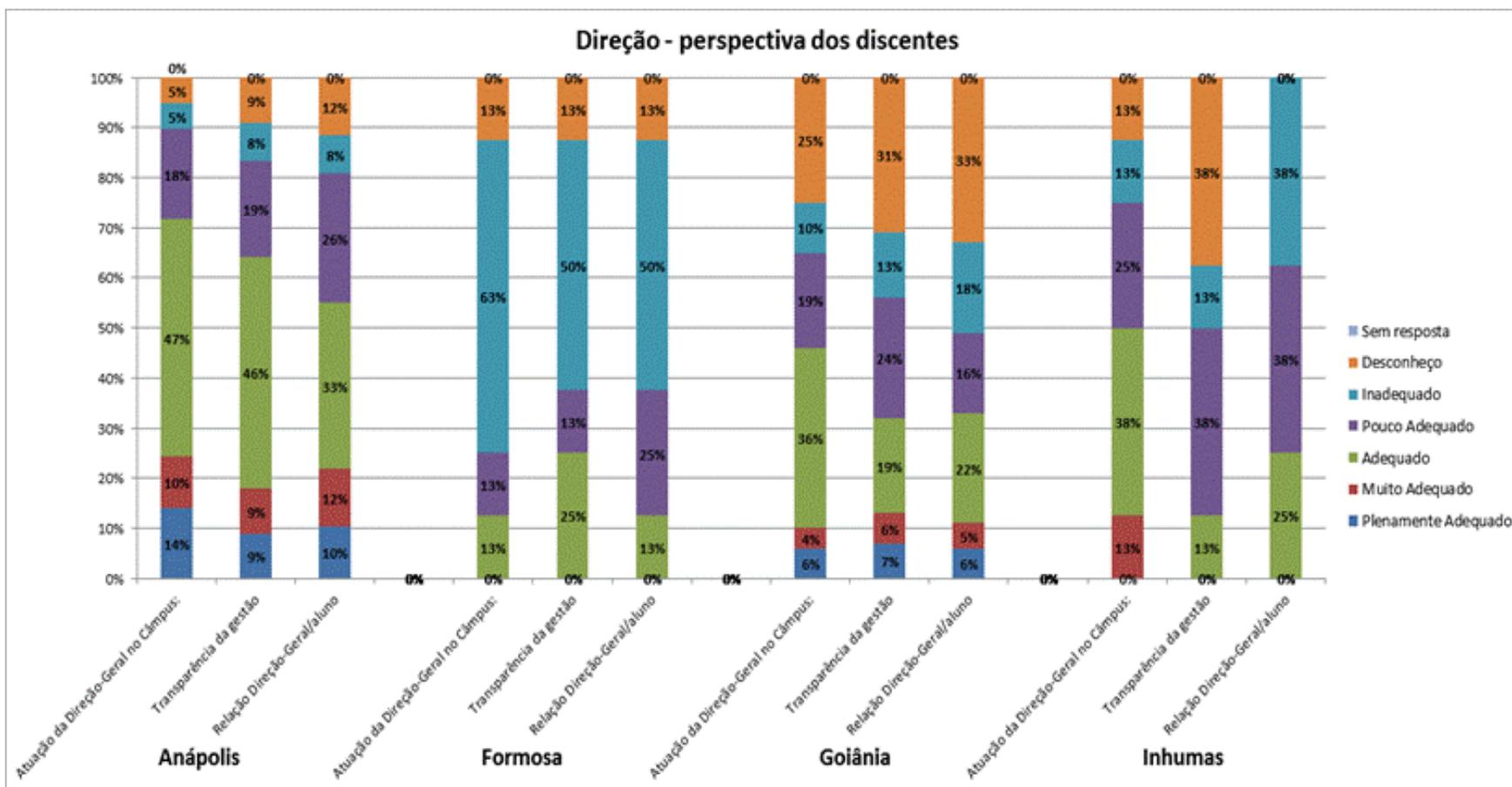


Gráfico 44

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 44 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Aluno” da Diretoria Geral no Câmpus Anápolis do IFG, atendem às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais. Porém, nos Câmpus Formosa, Goiânia e Inhumas os respondentes da pesquisa mostraram que os mesmos quesitos não atendem às necessidades, tendo em vista que a soma dos conceitos *desconheço*, *inadequado* e *pouco adequado* atingiu maiores percentuais.

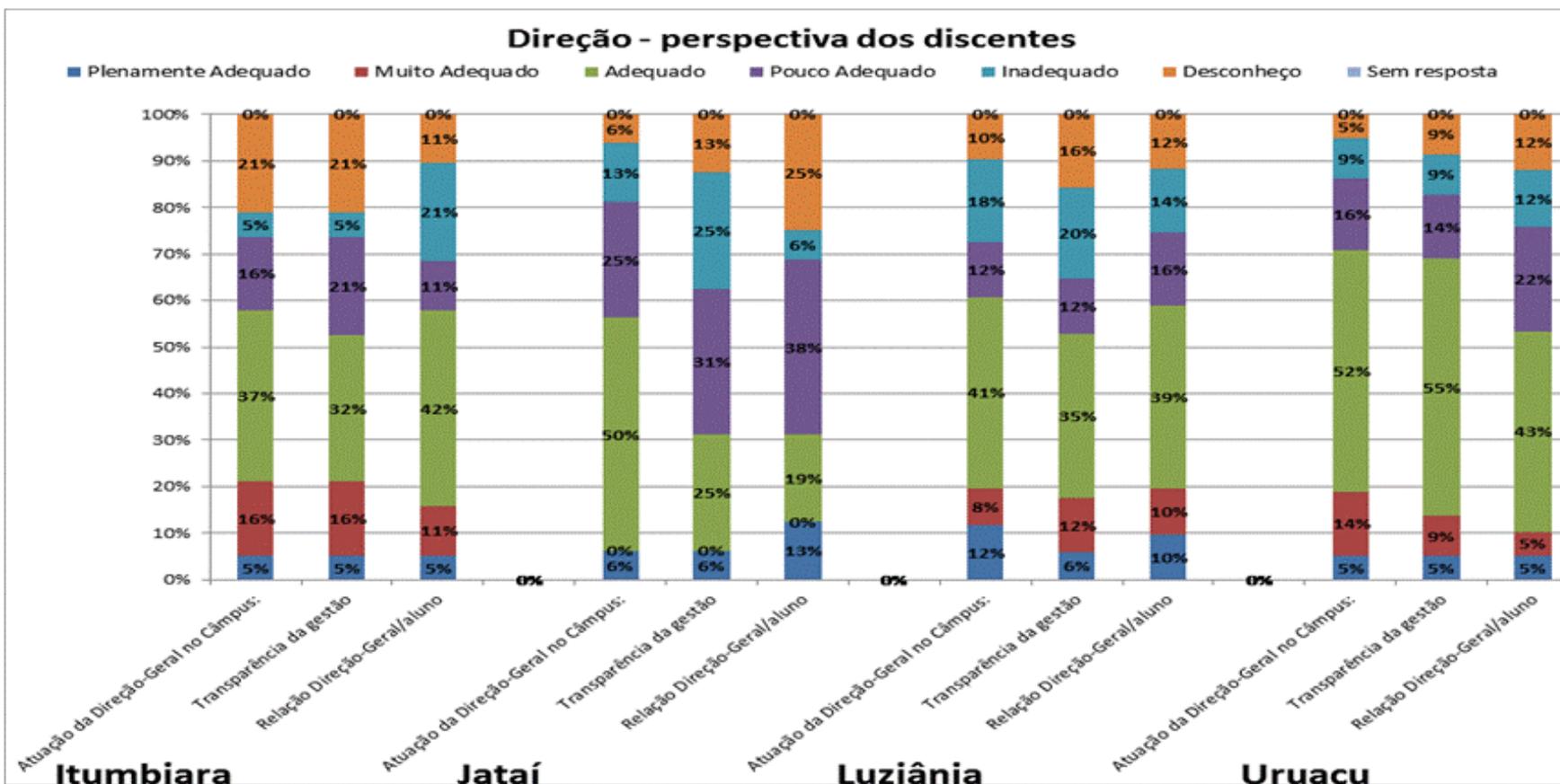


Gráfico 45

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 45 revela que, na perspectiva dos discentes, a Atuação da Direção-Geral no Câmpus”, a “Transparência na Gestão” e a “Relação Direção-Geral/Aluno” da Diretoria Geral nos Câmpus Itumbiara, Luziânia e Uruacu do IFG atendem às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais, à exceção do Câmpus Jataí.

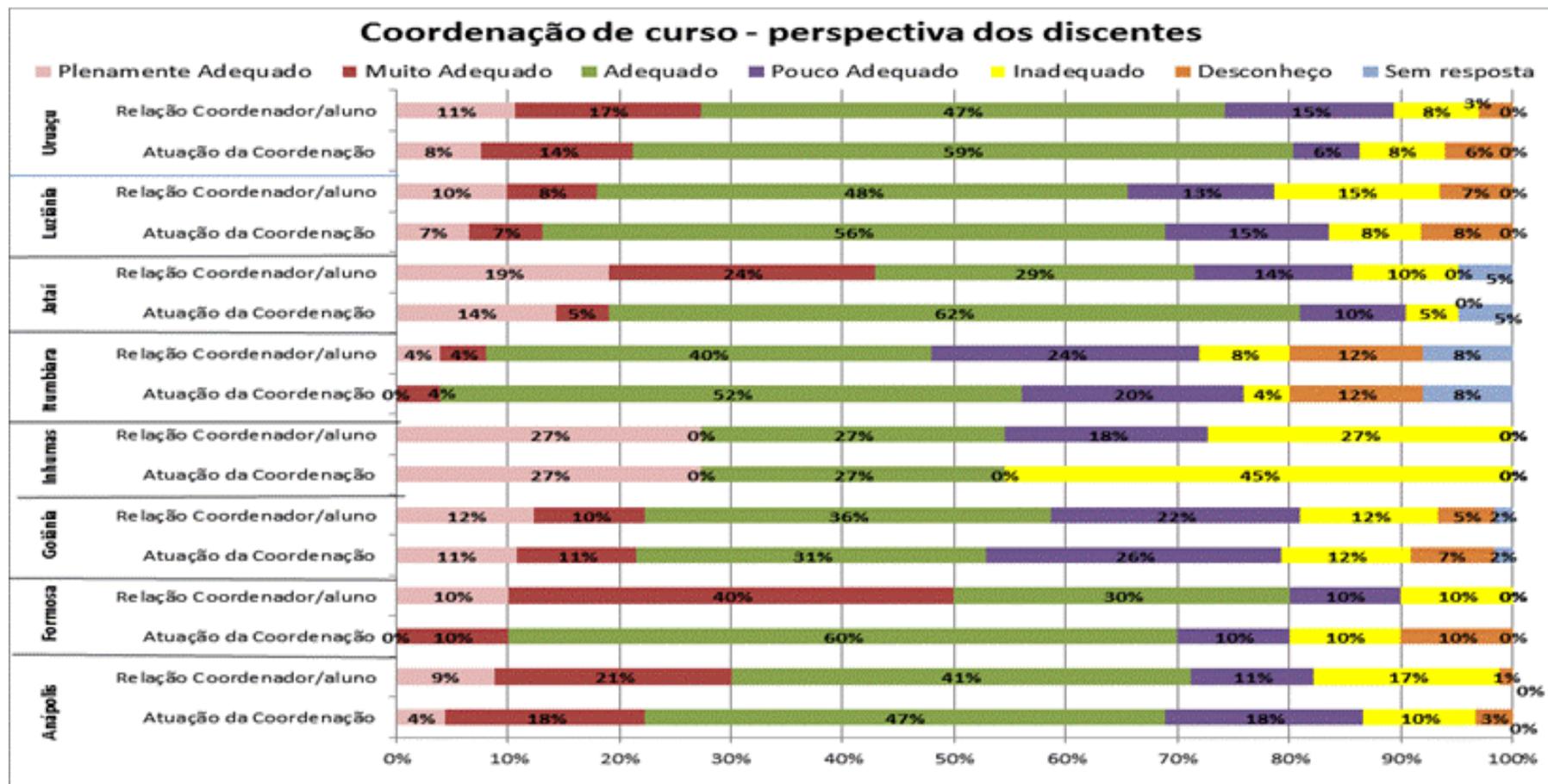


Gráfico 46

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 46 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Relação Coordenador/Aluno” e a “Atuação da Coordenação” de Curso nos Câmpus do IFG são eficientes, em sua maioria, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

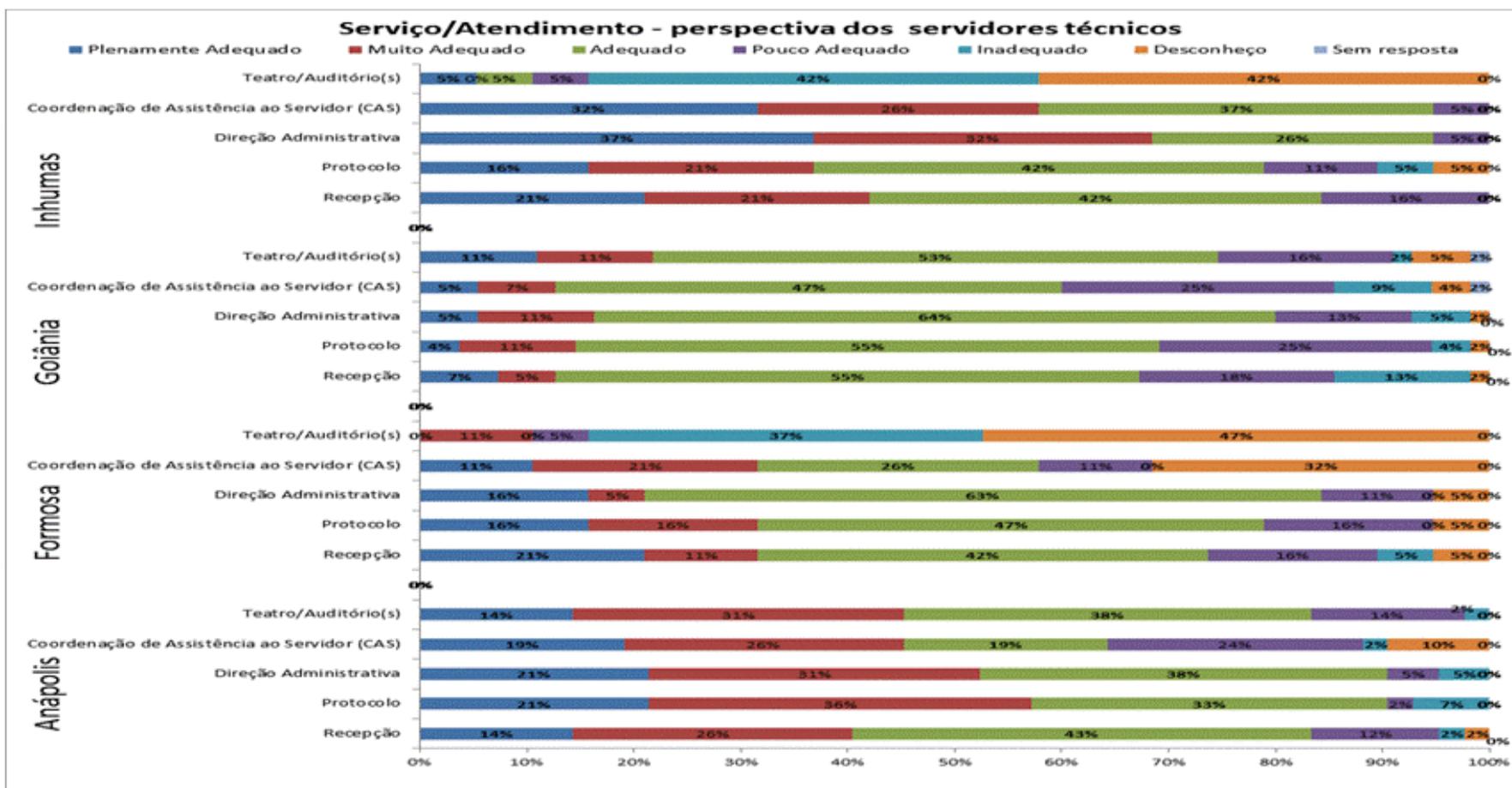


Gráfico 47

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 47 revela que, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos, o “Teatro/Auditório(s)”, a “Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)”, a “Direção Administrativa”, o “Protocolo” e a “Recepção” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas do IFG são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança maiores percentuais. Porém, nos Câmpus Formosa e Inhumas, o quesito “Teatro/Auditório(s)” obteve na soma dos conceitos *desconheço* e *inadequado* os percentuais de 84% e 84%, respectivamente.

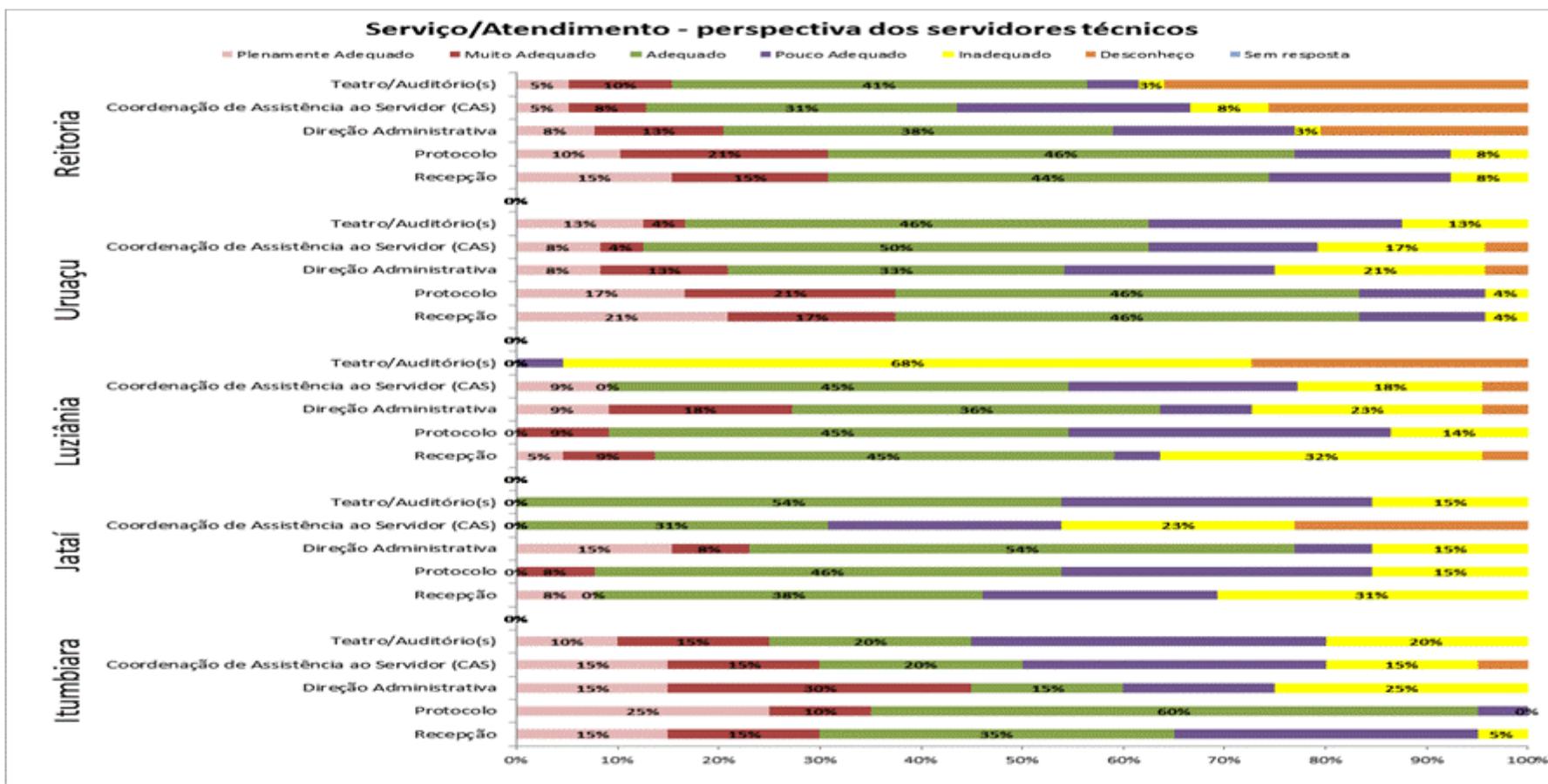


Gráfico 48

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 48 revela que, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos, o “Teatro/Auditório(s)”, a “Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)”, a “Direção Administrativa”, o “Protocolo” e a “Recepção” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu e na Reitoria do IFG atendem, em sua maioria, às expectativas, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança os maiores percentuais. Porém, os quesitos “Coordenação de Assistência ao Servidor” (Reitoria, Jataí e Itumbiara), “Teatro/Auditório(s)” (Luziânia e Itumbiara) e “Recepção” (Jataí) obtiveram elevados percentuais com os conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*.

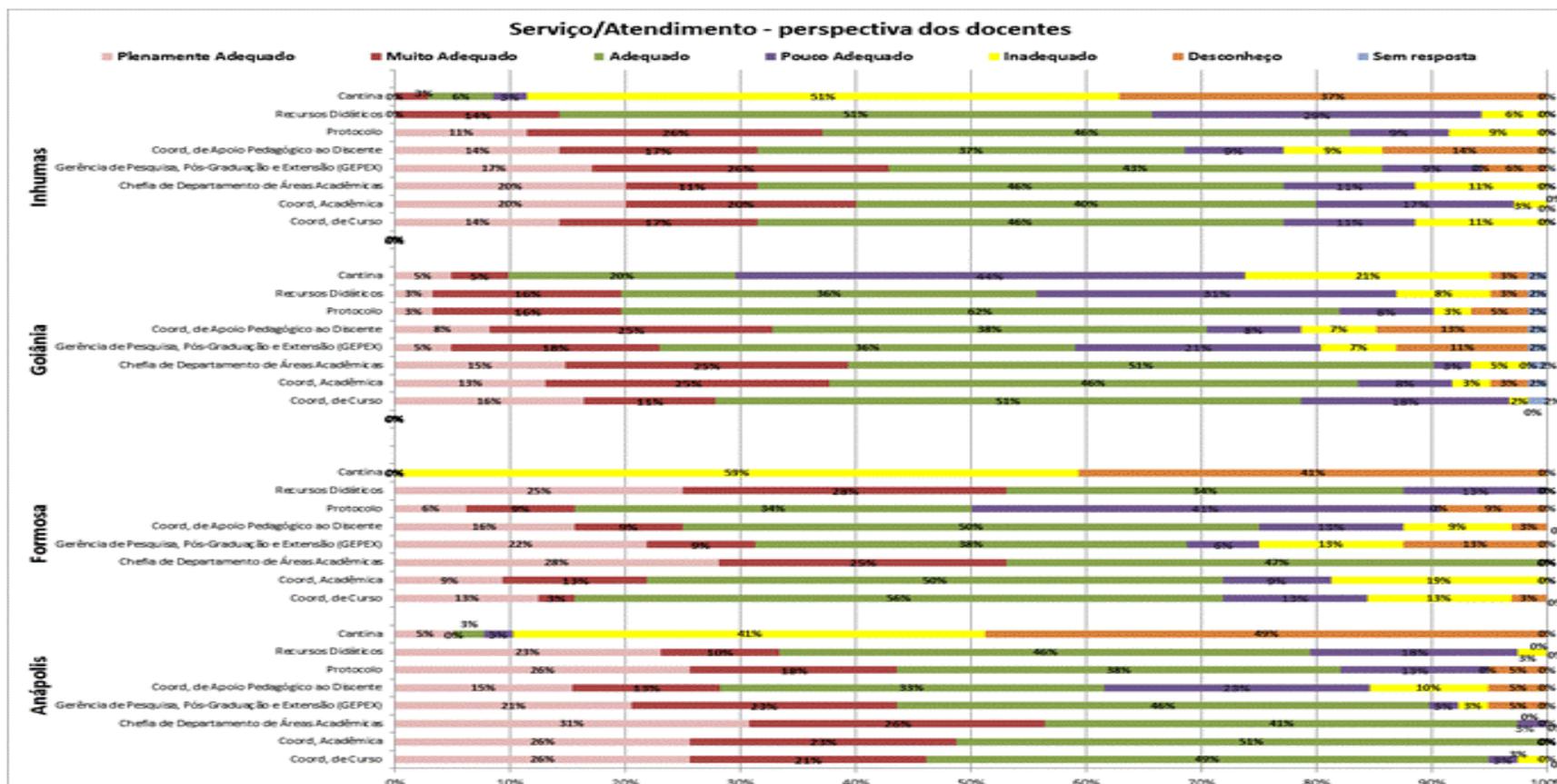


Gráfico 49

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 49 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Cantina”, os “Recursos Didáticos”, o “Protocolo”, a “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente”, a “Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)”, a “Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas”, a “Coordenação Acadêmica” e a “Coordenação de Curso” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas do IFG são, em sua maioria, eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança percentuais maiores que 90% nos quesitos da pesquisa. Porém, os Câmpus Anápolis, Formosa e Inhumas apresentam no quesito “Cantina” o conceito *inadequado* com percentual de 41%, 59% e 51%, respectivamente. E, no Câmpus Goiânia, esse quesito demonstra um alto percentual com o conceito *pouco adequado*.

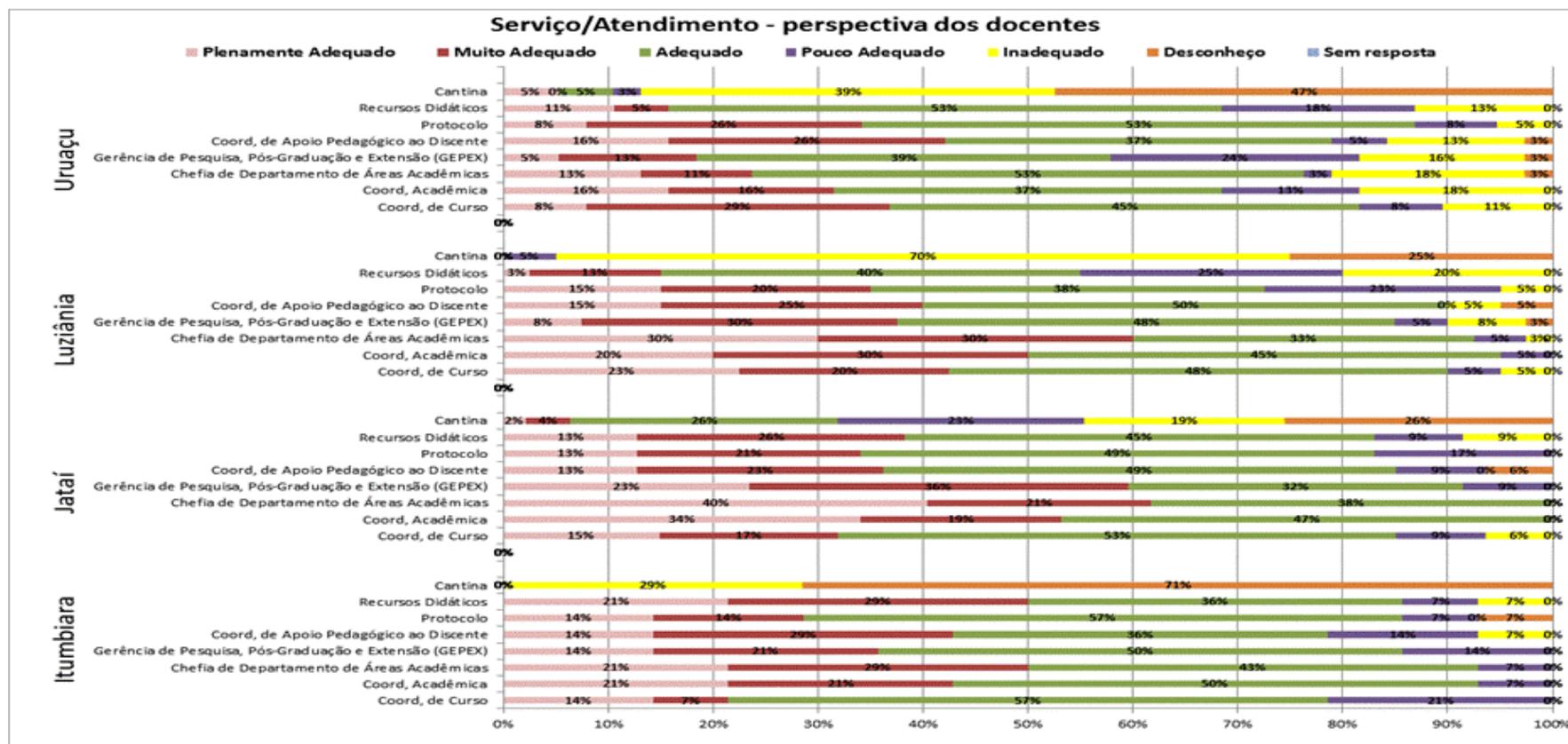


Gráfico 50

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 50 revela que, na perspectiva dos docentes, a “Cantina”, os “Recursos Didáticos”, o “Protocolo”, a “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente”, a “Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)”, a “Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas”, a “Coordenação Acadêmica” e a “Coordenação de Curso” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu do IFG são eficientes, em sua maioria, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança altos percentuais na pesquisa. A exceção foi o quesito “Cantina”, no Câmpus Luziânia, para o qual o conceito *inadequado* atingiu um percentual de 70% e 25% para o conceito *desconheço*. Nos Câmpus Itumbiara e Uruaçu, os participantes da pesquisa disseram *desconhecer* o quesito “Cantina”, o qual obteve percentuais de 71% e 47%, respectivamente.

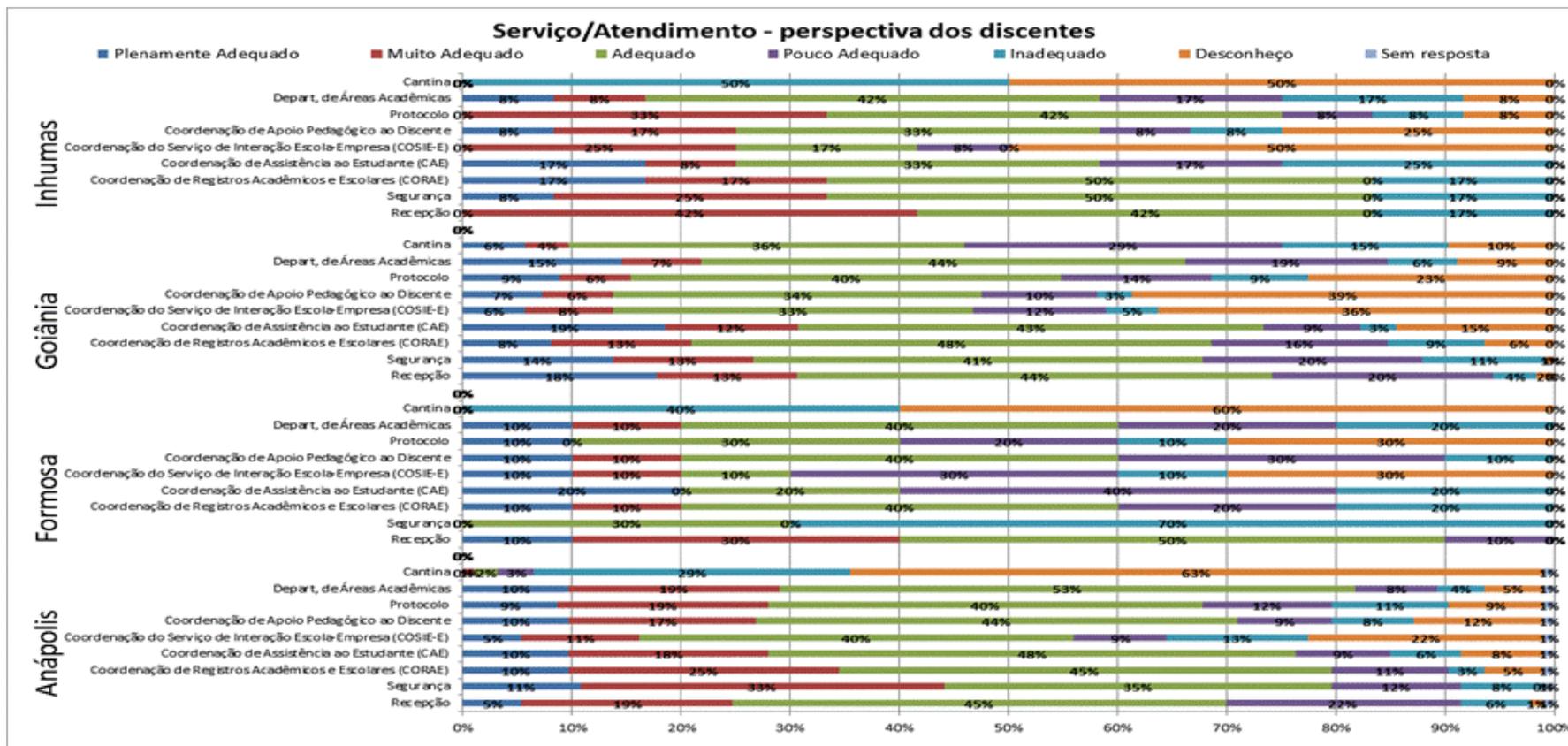


Gráfico 51

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 51 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Cantina”, o “Departamento de Áreas Acadêmicas”, o “Protocolo”, a “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente”, a “Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E)”, a “Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)”, a “Coordenação de Registros Acadêmicos (CORAE)”, a “Segurança” e a “Recepção” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas do IFG são eficientes, em sua maioria, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança altos percentuais nos quesitos da pesquisa. Porém, os participantes dos Câmpus Anápolis, Formosa e Inhumas indicaram o conceito *desconheço* para o quesito “Cantina”, o qual obteve percentuais de 63%, 60% e 50%, respectivamente.

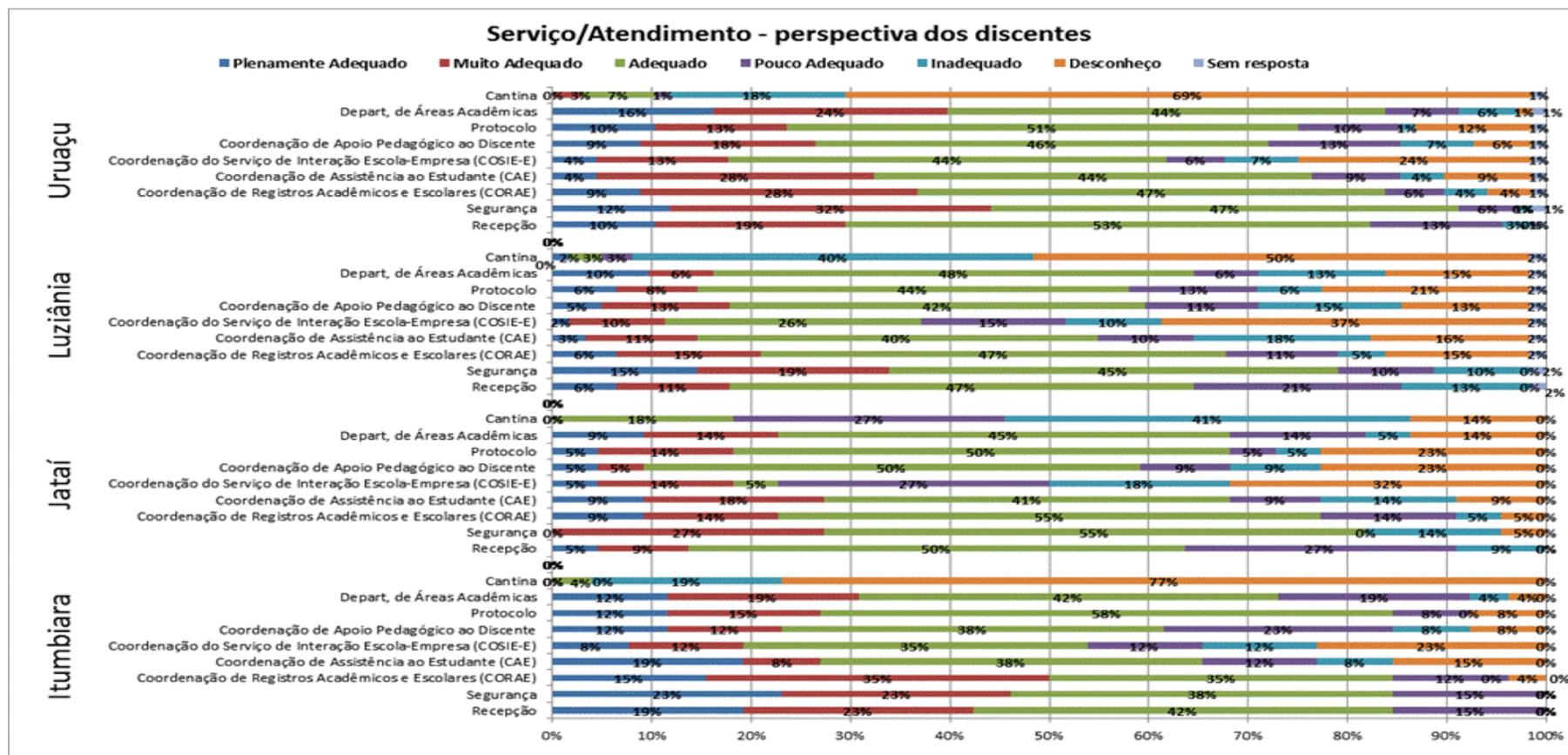


Gráfico 52

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 52 revela que, na perspectiva dos discentes, a “Cantina”, o “Departamento de Áreas Acadêmicas”, o “Protocolo”, a “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente”, a “Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E)”, a “Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)”, a “Coordenação de Registros Acadêmicos (CORAE)”, a “Segurança” e a “Recepção” do Serviço/Atendimento nos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu do IFG são eficientes, em sua maioria, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcança altos percentuais nos quesitos da pesquisa. Porém, os participantes dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu indicaram o conceito *desconheço* para o quesito “Cantina”, o qual obteve percentuais de 77% e 69%, respectivamente. E, o quesito “Cantina” no Câmpus Luziânia apresenta alto percentual referente aos conceitos *desconheço* e *inadequado*.

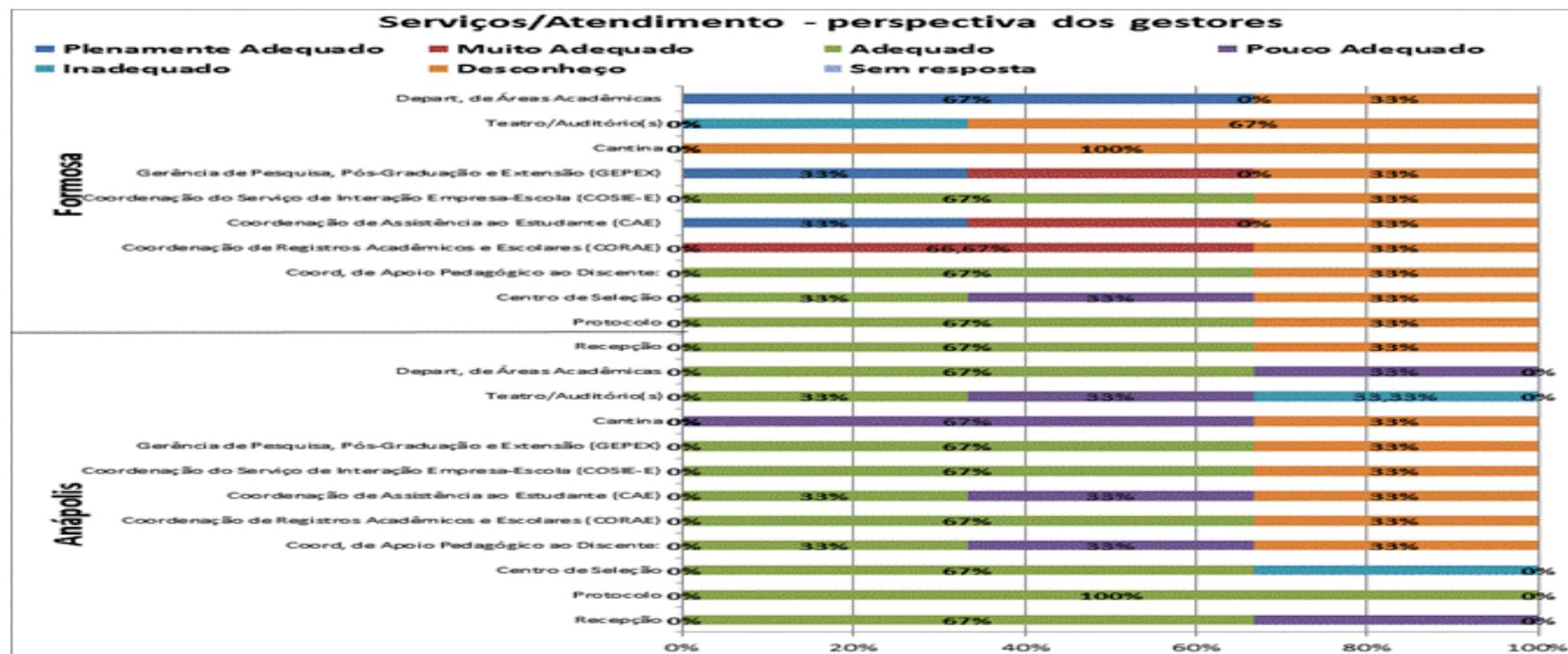


Gráfico 53

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 53 revela que, na perspectiva dos Gestores, o “Departamento de Áreas Acadêmicas”, a “Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)”, a “Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)”, a Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)”, o “Centro de Seleção”, o “Protocolo” e a “Recepção” referentes aos Serviços/Atendimento no Câmpus Anápolis são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcançam percentuais maiores que 60% na pesquisa. Porém, os quesitos “Teatro/Auditório(s)”, “Cantina”, “Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)” e “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente” obtiveram percentuais elevados referentes ao conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* no Câmpus Anápolis. No Câmpus Formosa, o “Departamento de Áreas Acadêmicas”, a “Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)”, a “Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)”, a “Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)”, a “Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)”, a “Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente”, o “Protocolo” e a “Recepção” referentes aos Serviços/Atendimento são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcançam percentuais maiores que 60% na pesquisa. Mas os quesitos “Teatro/Auditório(s)”, “Cantina” e “Centro de Seleção” obtiveram altos percentuais nos conceitos pouco adequado, inadequado e desconheço.

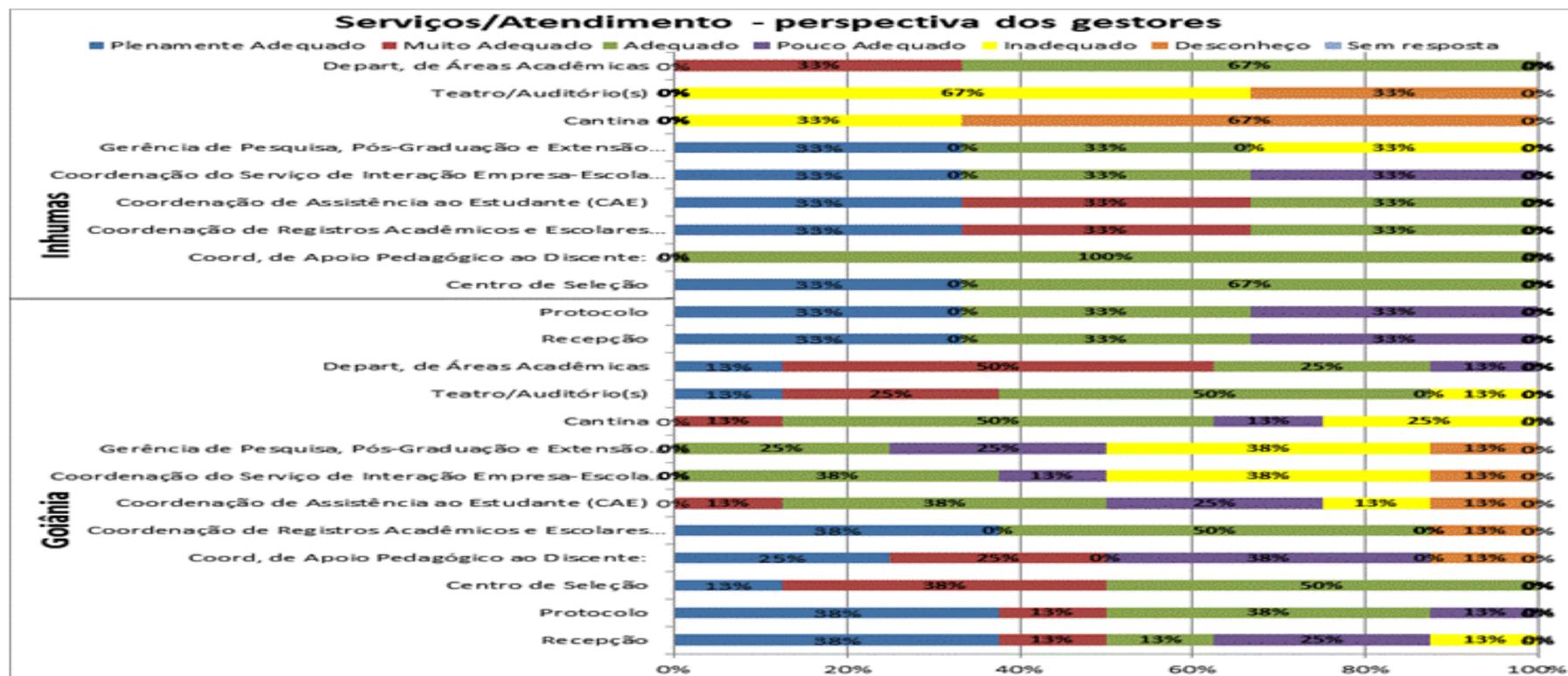


Gráfico 54

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 54 revela que, na perspectiva dos Gestores, o Departamento de Áreas Acadêmicas, o Teatro/Auditório(s), a Cantina, a Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE), o Centro de Seleção, o Protocolo e a Recepção relacionados aos Serviços/Atendimento do Câmpus Goiânia são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcançam percentuais acima de 60% na pesquisa. Porém, os quesitos "Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)", "Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)", "Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)" e "Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente" obtiveram altos percentuais com os conceitos pouco adequado, inadequado e desconheço no Câmpus Goiânia. No Câmpus Inhumas, todos os quesitos foram considerados eficientes pelos participantes da pesquisa, exceto os quesitos "Teatro/Auditório(s)" e "Cantina", que obtiveram elevados percentuais com os conceitos *inadequado* e *desconheço*.

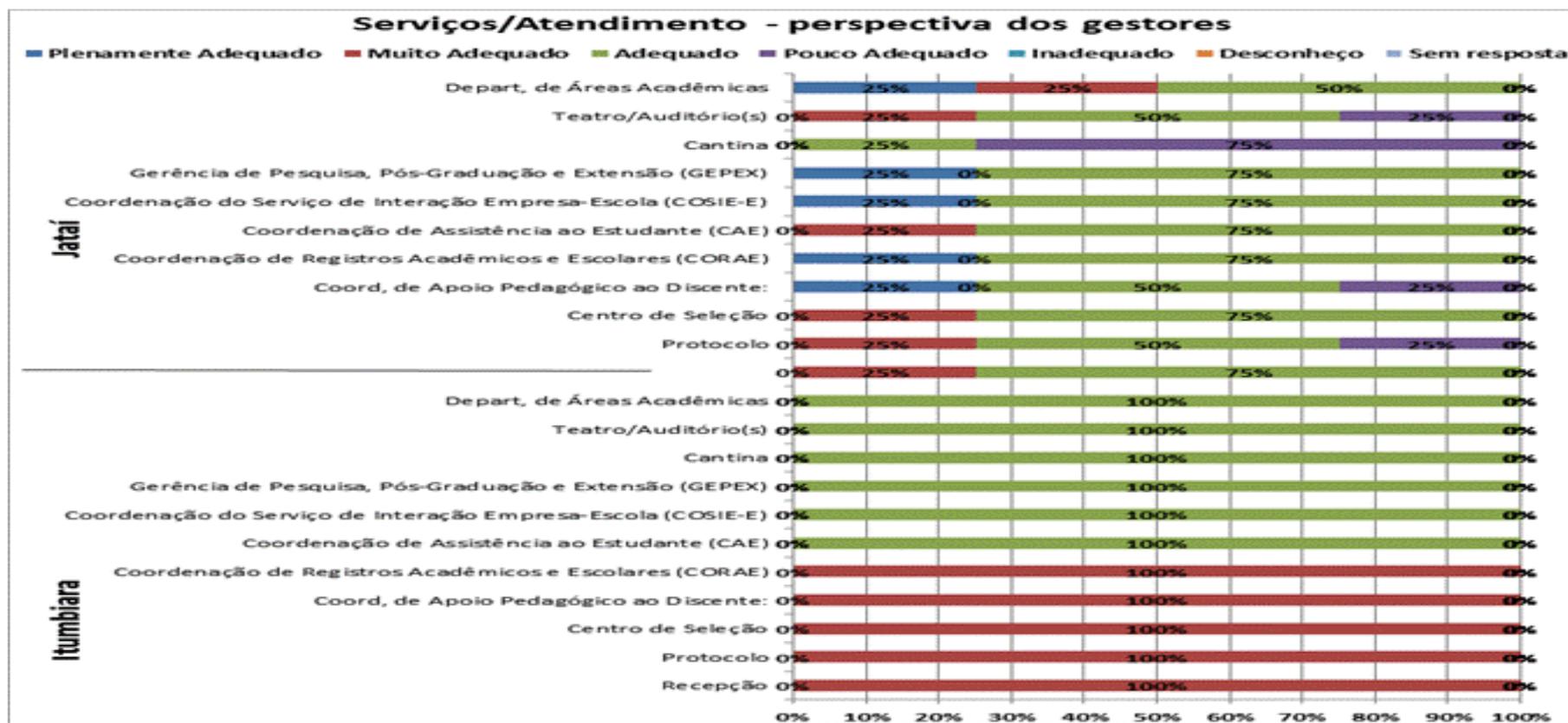


Gráfico 55

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 55 revela que, na perspectiva dos Gestores, o Departamento de Áreas Acadêmicas, o Teatro/Auditório(s), a Cantina, a Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX), a Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E), a Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE), a Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE), a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, o Centro de Seleção, o Protocolo e a Recepção referentes aos Serviços/Atendimento dos Câmpus Itumbiara e Jataí são muito eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* alcançam percentuais acima de 70% na pesquisa. A exceção é o quesito “Teatro/Auditório(s), no Câmpus Jataí, que obteve um percentual de 75% no conceito *pouco adequado*.”



Gráfico 56

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 56 revela que, na perspectiva dos Gestores, os itens "Depart. de Áreas Acadêmicas", "Teatro/Auditório(s)", "Centro de Seleção", "Protocolo" e "Recepção", localizados na Reitoria, são eficientes, tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado* e *muito adequado* alcança percentuais acima de 60% na pesquisa. Os itens "Cantina", "Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)", "Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)", "Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)", "Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)" e "Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente" obtiveram elevados percentuais nos conceitos *desconheço* e *pouco adequado*. No Câmpus Uruaçu, todos os quesitos obtiveram elevados percentuais com os conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*, exceto o quesito "Cantina", que teve 100% dos votos nos quesitos *inadequado* e *desconheço*. No Câmpus Luziânia, os itens "Depart. de Áreas Acadêmicas", "Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)", "Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)", "Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)", "Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente", "Protocolo" e "Recepção" obtiveram elevados percentuais nos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*. Porém, os itens "Teatro/Auditório(s)", "Cantina", "Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)" e "Centro de Seleção" obtiveram elevados percentuais com os conceitos *inadequado*, *desconheço* e *pouco adequado*.

3.7 DIMENSÃO SETE - INFRAESTRUTURA FÍSICA

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a sétima dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, a “infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação”. Aqui, deve ser avaliada a coerência da infraestrutura física, especialmente da biblioteca, dos laboratórios de informática e de curso, no âmbito do IFG.

Um destaque do Relatório de Gestão do Exercício de 2011 do IFG se refere a um acréscimo de 18.390 exemplares no acervo bibliográfico. Este resultado ampliou e atualizou o acervo bibliográfico das bibliotecas do IFG e possibilitou a continuidade da implantação das bibliotecas nos novos Câmpus.

O detalhamento das solicitações de títulos para compor o acervo bibliográfico é um dos grandes problemas enfrentados no processo de aquisição do acervo bibliográfico dos Câmpus do IFG. Tais problemas são gerados por situações que fogem ao controle da Administração, tais como a grande diversidade de títulos listados, títulos que se esgotam em curto espaço de tempo ou que saem de circulação etc. Entretanto, mesmo diante dessas barreiras foi possível efetivar a aquisição mencionada.

Outro destaque constante do Relatório de Gestão do Exercício de 2012 diz respeito à ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta de cursos, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da infraestrutura física e de recursos humanos, assegurando, assim, condições de inclusão e equidade.

3.7.1 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 7

Em relação à infraestrutura física da Instituição, a pesquisa *online* buscou saber:

- a perspectiva que têm os Servidores Técnico-Administrativos, a Comunidade Externa, os Docentes e os Gestores no que se refere às **Instalações Físicas** (iluminação, limpeza, mobiliário, nível de ruído/barulho, ventilação, acessibilidade).

- a visão que têm os Discentes do Ensino Superior e da Pós-Graduação sobre **Instalações Físicas** (iluminação, limpeza, mobiliário, nível de ruído/barulho, ventilação, acessibilidade); acerca da **Biblioteca** (espaço físico); a respeito do **Laboratório de Informática** (quantidade de computadores, manutenção dos computadores, internet, horário de funcionamento, atendimento aos usuários) e em relação aos **Laboratórios de Cursos** (condições técnicas/equipamentos, disponibilidade de funcionamento, atendimento aos usuários, atualização dos equipamentos).

Os gráficos a seguir ilustram os resultados da pesquisa referentes à Dimensão 7.

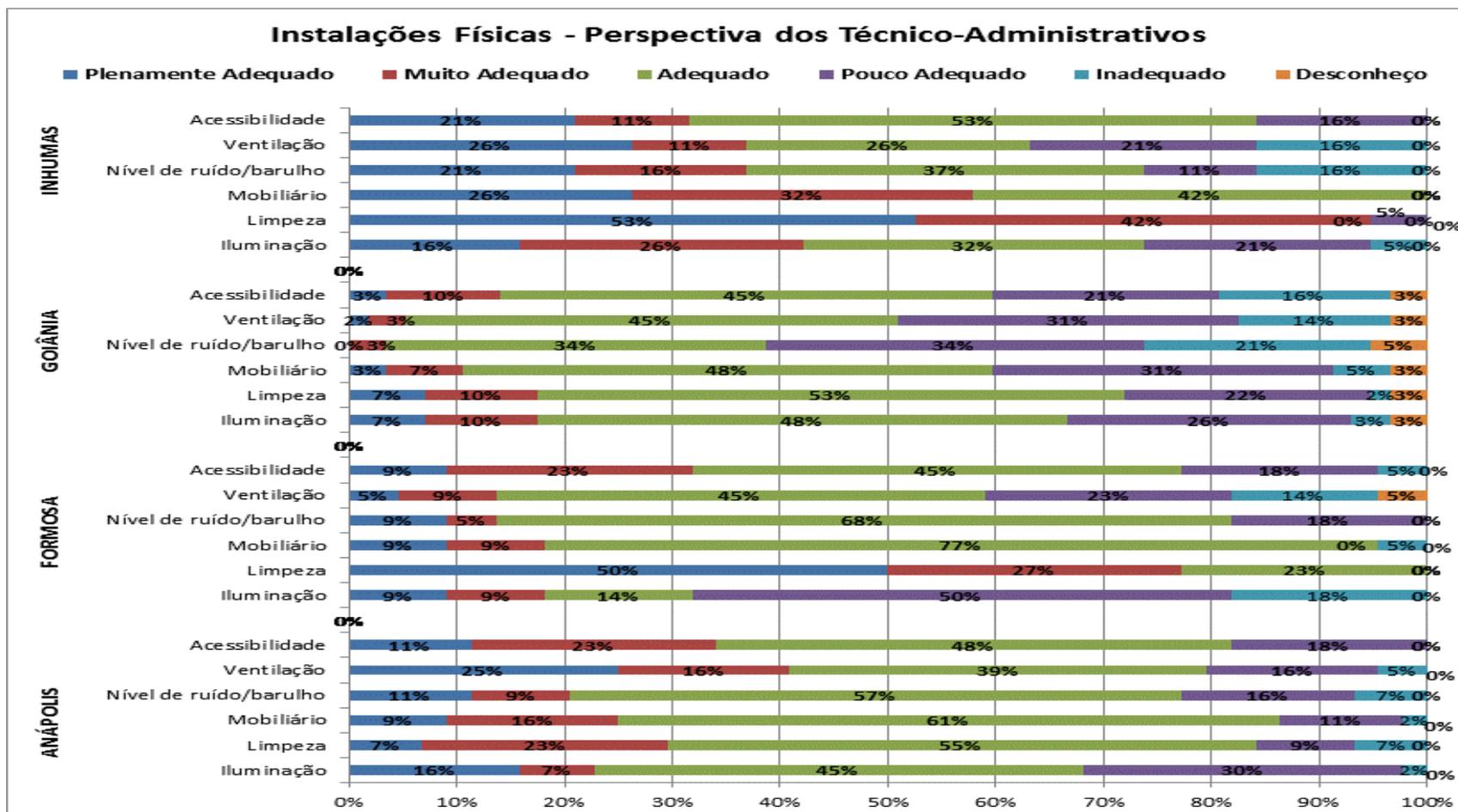


Gráfico 57

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 57 revela que, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos do IFG, as Instalações Físicas dos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas atendem às necessidades da comunidade acadêmica nos quesitos que foram avaliados, salvo algumas exceções. Consta-se, por exemplo, que para 50% dos respondentes do Câmpus Formosa, a “Iluminação” das Instalações Físicas daquele Câmpus é *pouco adequada*. No mesmo Câmpus, esse item teve um percentual de 18% no conceito *inadequado*. No Câmpus Goiânia, o item “Nível de barulho/ruído” alcançou um percentual de 55% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

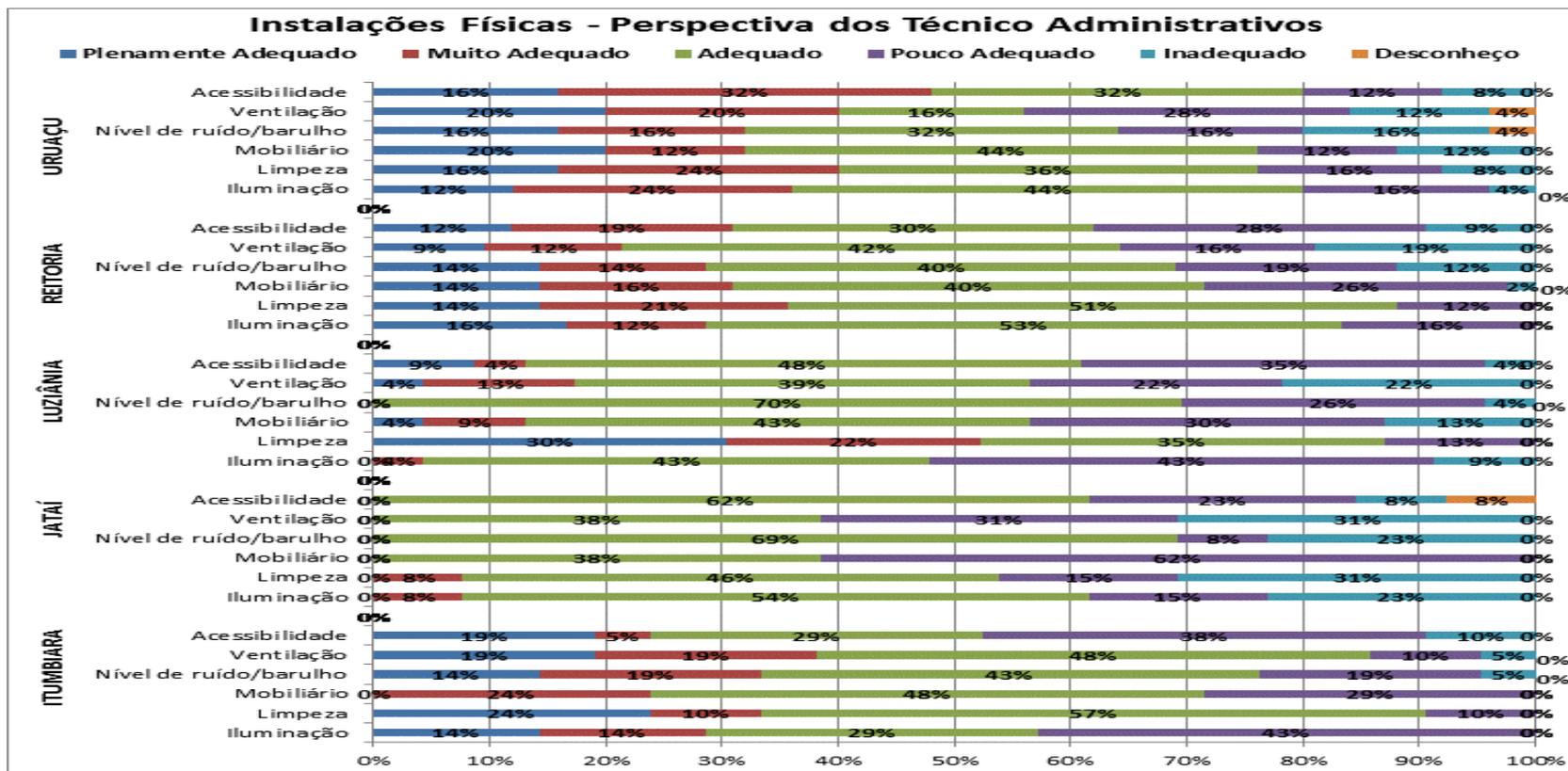


Gráfico 58

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 58 revela que, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos do IFG, as Instalações Físicas dos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu e da Reitoria atendem às necessidades da comunidade acadêmica nos quesitos que foram avaliados, salvo algumas exceções. Consta-se, por exemplo, que no Câmpus Luziânia, o item “Iluminação” obteve um percentual de 52% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. No Câmpus Jataí, o item “Ventilação” obteve um percentual de 62% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*; nesse mesmo Câmpus, o item “Mobiliário” obteve um percentual de 62% no conceito *pouco adequado*. E no Câmpus Itumbiara, o item “Acessibilidade” obteve um percentual de 48% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*, e o item “Iluminação” obteve um percentual de 43% no conceito *pouco adequado*.

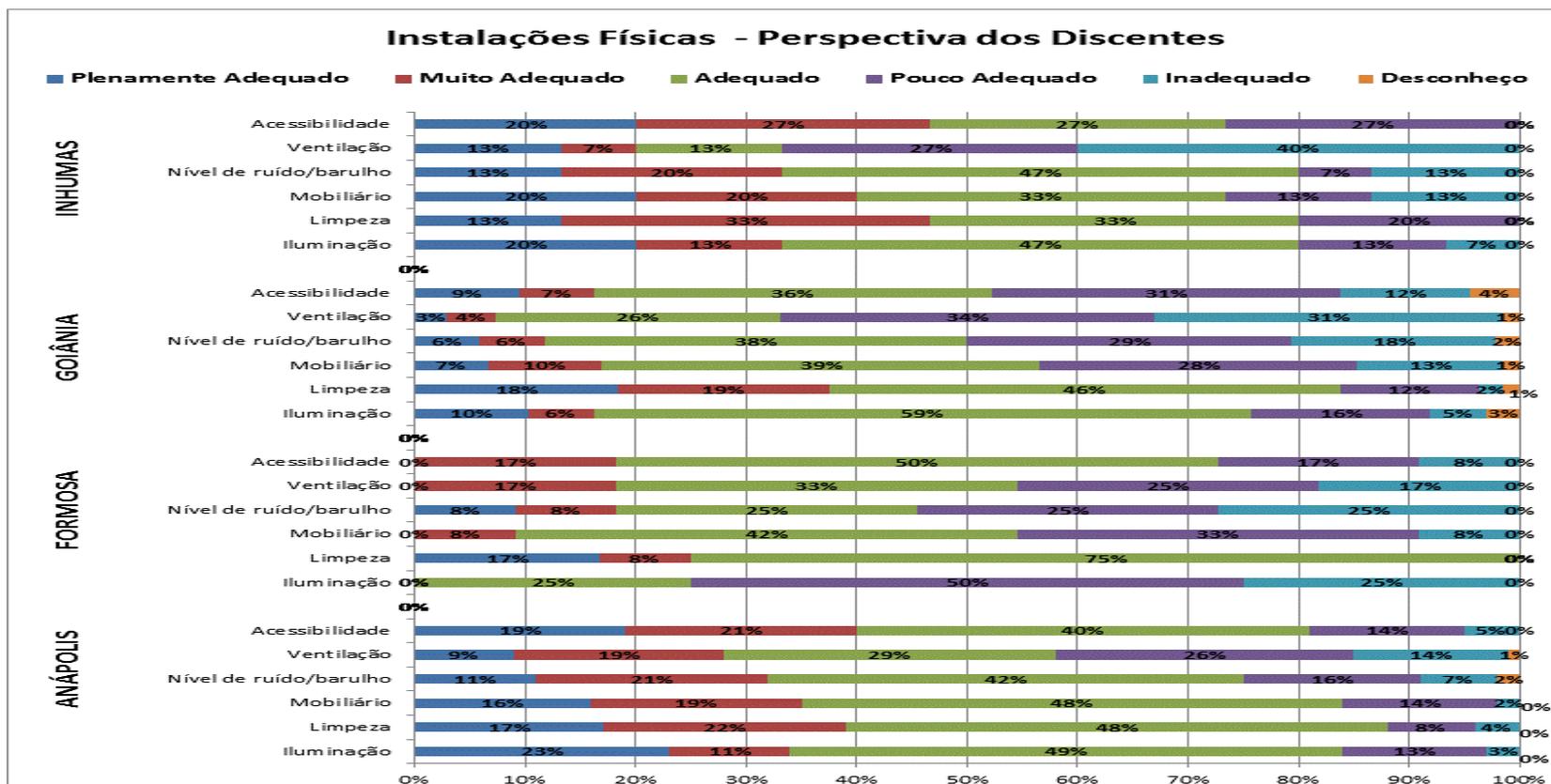


Gráfico 59

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 59 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, as Instalações Físicas dos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas atendem às necessidades da comunidade acadêmica nos quesitos que foram avaliados, salvo algumas exceções. Consta-se, por exemplo, que os itens “Ventilação” (Formosa, Anápolis, Inhumas e Goiânia) tiveram um alto percentual de conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. Do mesmo modo, os itens “Acessibilidade” e “Nível de barulho/ruído” no Câmpus Goiânia). E no Câmpus Formosa, o item “Iluminação” obteve um percentual de 75% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*; nesse último Câmpus, é alto o percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado* para os itens “Nível de barulho/ruído” e “Mobiliário”.

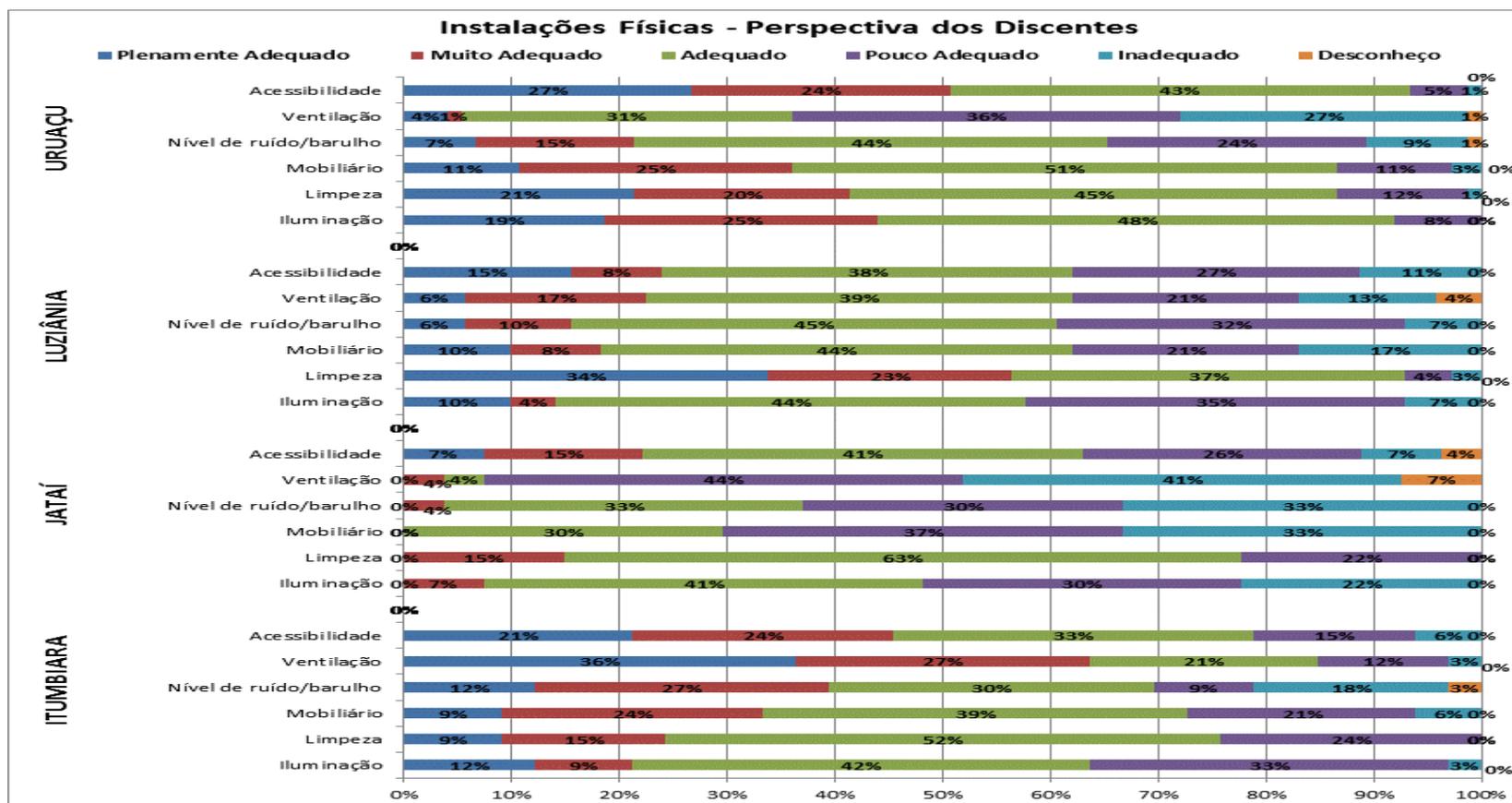


Gráfico 60

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 60 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, as Instalações Físicas dos Câmpus Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu atendem às necessidades da comunidade acadêmica nos quesitos que foram avaliados, salvo algumas exceções. Em Jataí, há um alto percentual de conceitos *pouco adequado* e *inadequado* para os itens “Iluminação”, “Mobiliário”, Nível de barulho/ruído” e “Ventilação”, sendo que nesse último o percentual chega a 85%. E em Uruaçu, o item “Ventilação” obteve um percentual de 63% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

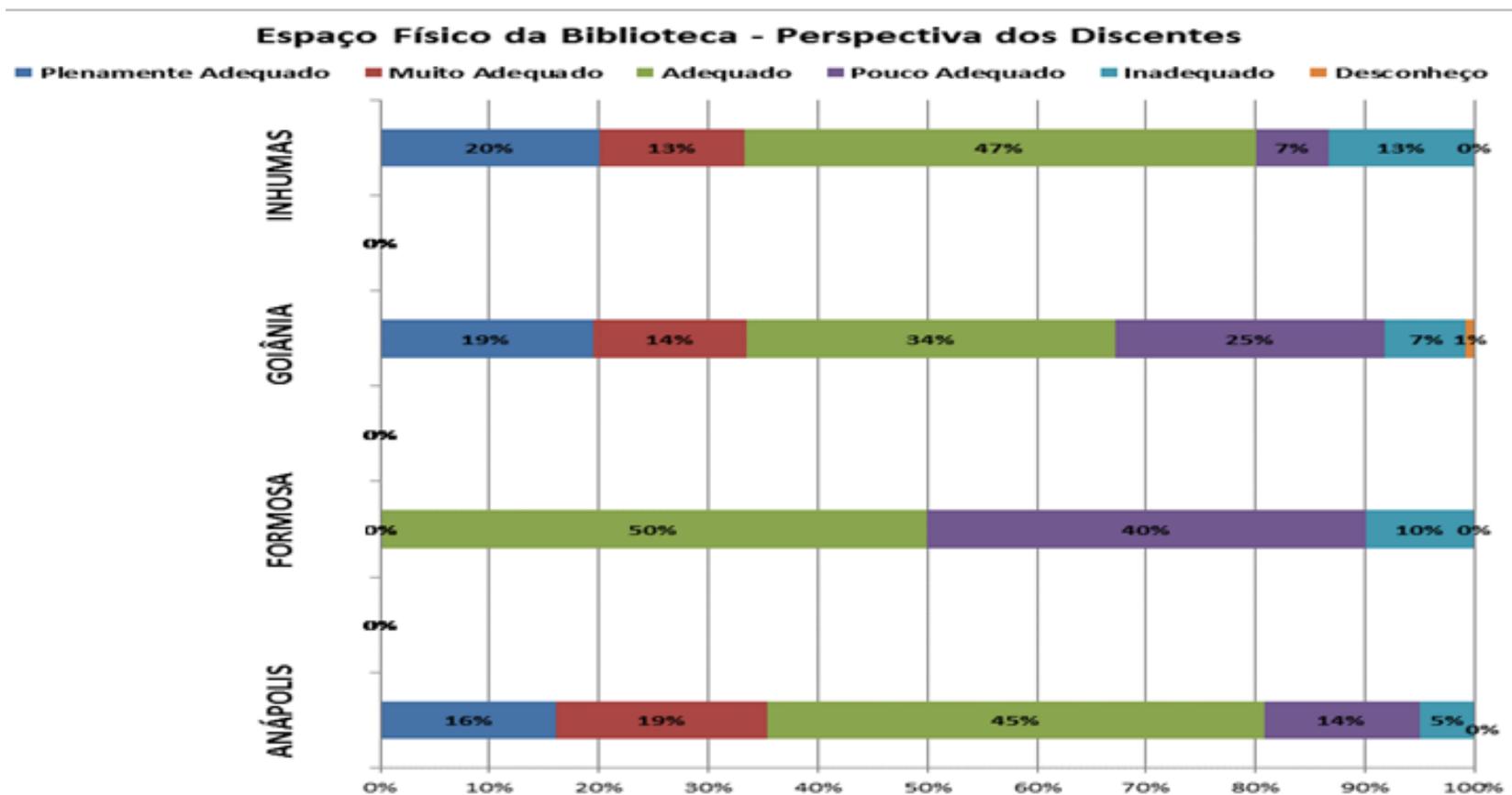


Gráfico 61

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 61 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Espaço Físico da Biblioteca” do IFG que frequentam atende às necessidades da comunidade, exceto no Câmpus Formosa, onde há um empate de 50% entre o conceito *adequado* e os conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

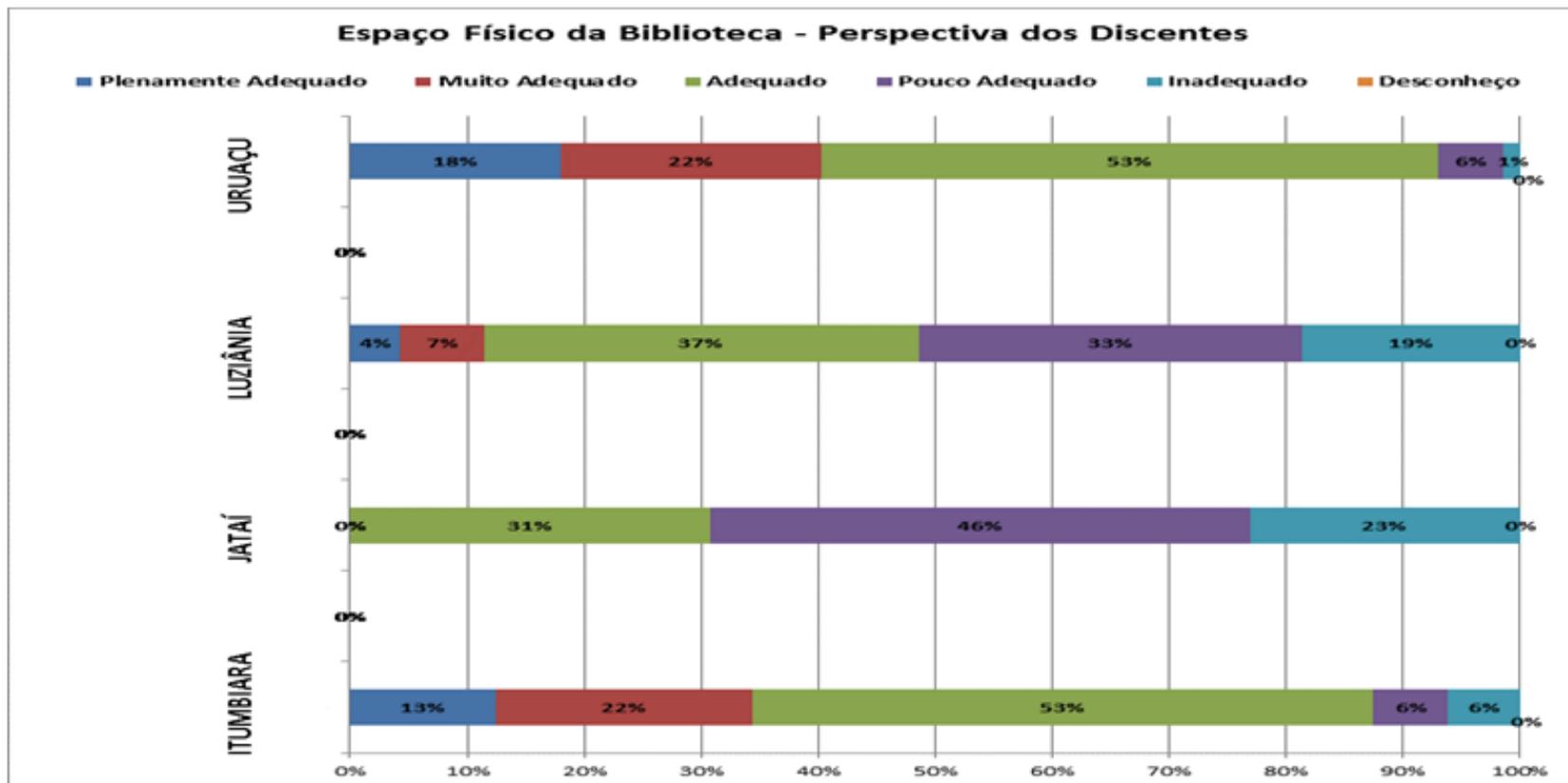


Gráfico 62

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 62 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Espaço Físico da Biblioteca” do IFG que frequentam atende às necessidades da comunidade, exceto nos Câmpus Jataí e Luziânia, onde a soma dos percentuais referentes aos conceitos *pouco adequado* e *inadequado* ultrapassam 51%, chegando a 69% em Jataí.

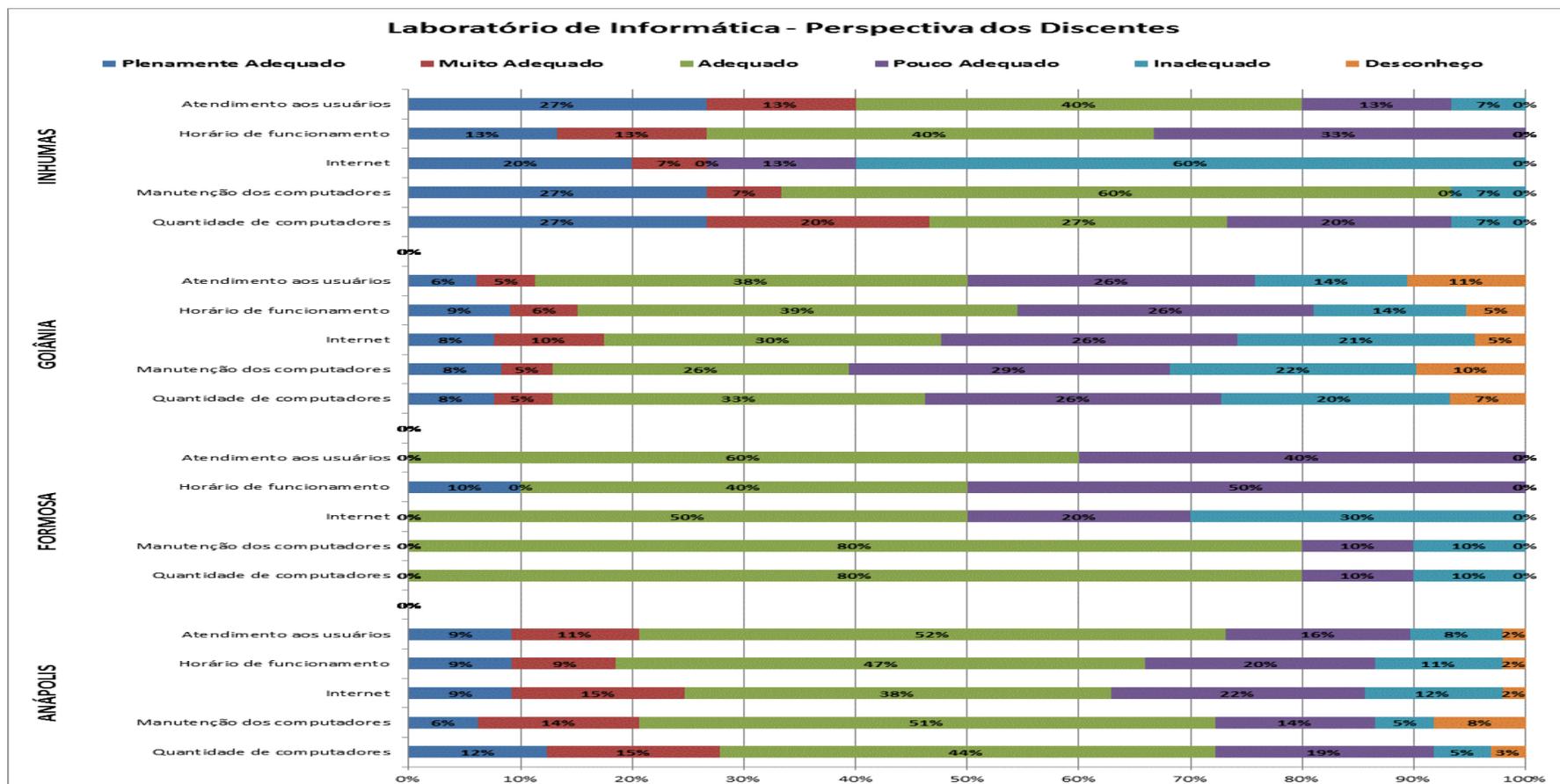


Gráfico 63

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 63 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Laboratório de Informática” atende às necessidades da comunidade estudantil nos Câmpus Anápolis e Inhumas, exceto a “Internet” desse último, que obteve um percentual de 60% no conceito *inadequado*. Nos Câmpus Goiânia e Formosa, é alta a soma dos percentuais relativos aos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* dos itens “Atendimento aos usuários”, “Horário de funcionamento” e “Internet”. Finalmente, no Câmpus Goiânia, é alta a soma dos percentuais relativos aos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* dos itens “Manutenção de Computadores” e “Quantidade de computadores”.

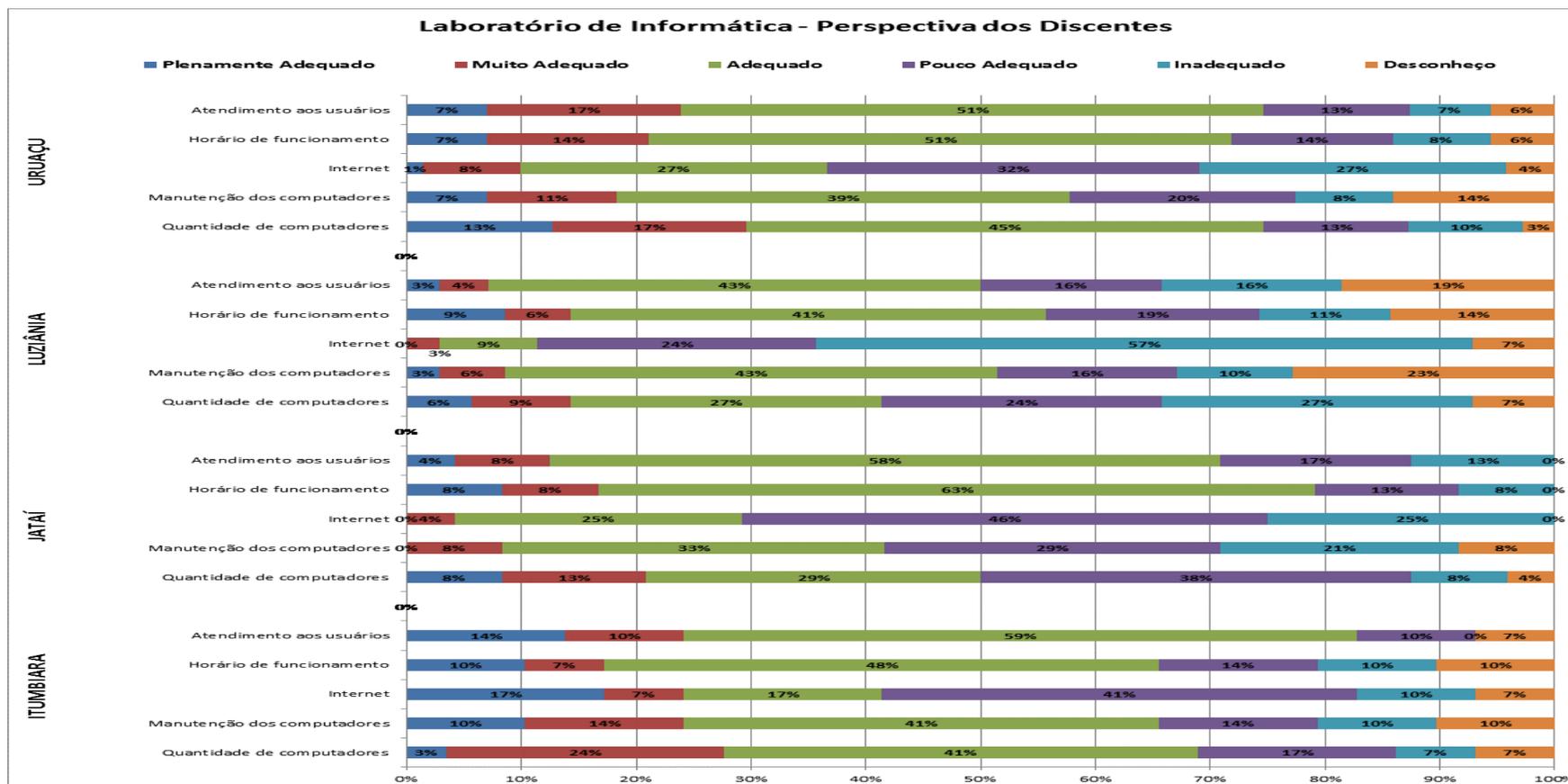


Gráfico 64

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 64 revela que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Laboratório de Informática” atende às necessidades da comunidade estudantil em Uruaçu, exceto o item “Internet”, que obteve um alto percentual com os conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. Em Luziânia, os itens “Atendimento aos usuários” e “Horário de funcionamento” obtiveram 50% e 44%, respectivamente, na soma dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*. Em Jataí, os itens “Internet”, “Manutenção de computadores” e “Quantidade de computadores” não atendem às necessidades dos estudantes, segundo a pesquisa. E em Itumbiara, o item “Internet” obteve um percentual de 51% na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

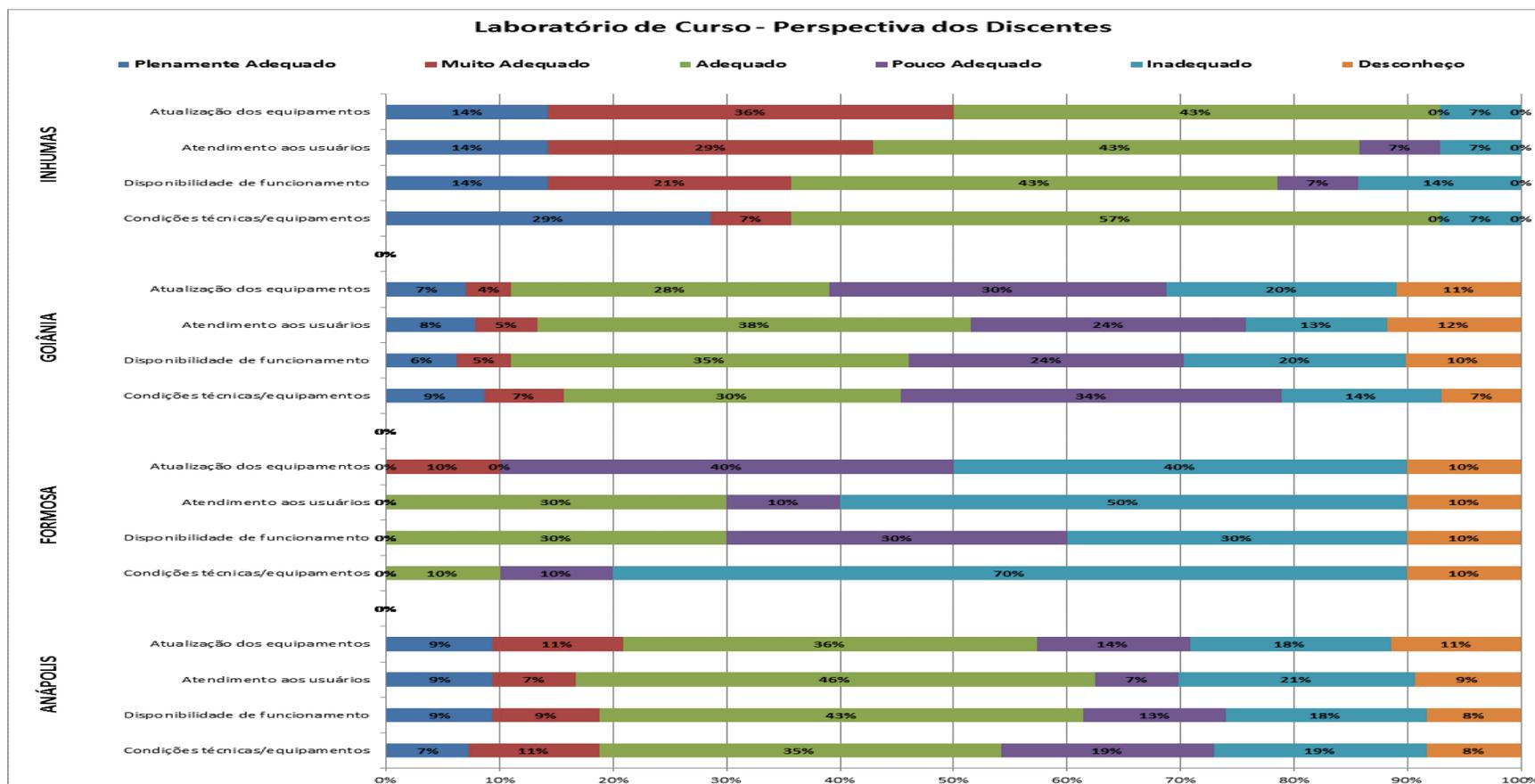


Gráfico 65

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 65 indica que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Laboratório de Curso” atende plenamente às necessidades da comunidade estudantil em Inhumas e em Anápolis. Mesmo assim, nesse último há altos percentuais com os conceitos pouco adequado, inadequado e desconheço para todos os itens avaliados. Em Goiânia, apenas o item “Atendimento aos usuários” obteve um percentual de 51% na soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*. Os demais itens obtiveram alto percentual na soma dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*. E em Formosa, nenhum dos quesitos avaliados obteve percentual maior que 30% na soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*.

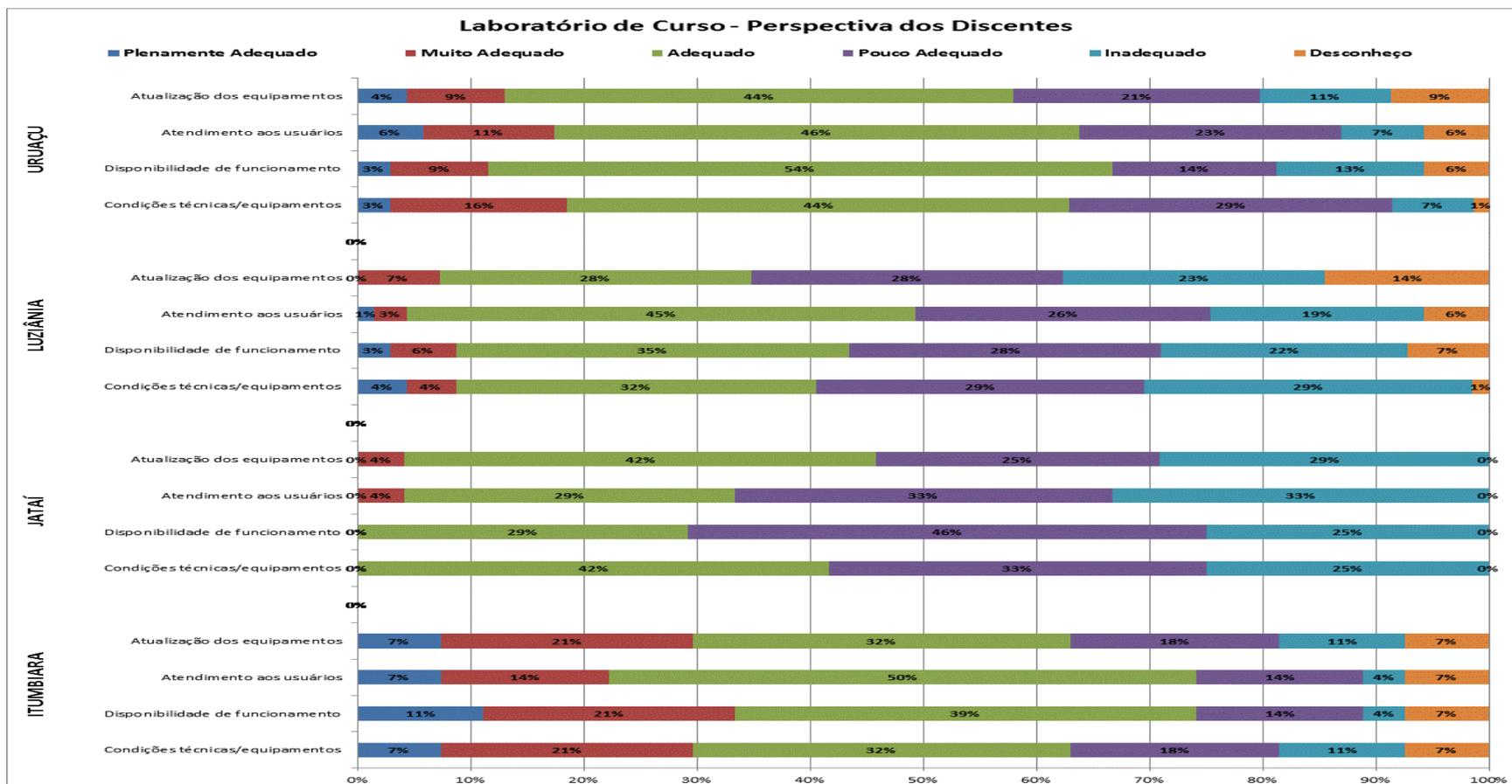


Gráfico 66

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 66 aponta que, na perspectiva dos discentes do ensino superior, o “Laboratório de Curso” atende às necessidades da comunidade estudantil em Uruaçu e Itumbiara. Em Luziânia, nenhum dos quesitos avaliados alcançou 50% na soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*. Em Jataí, nenhum dos quesitos avaliados alcançou 50% na soma dos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*. Nos Câmpus Luziânia e Jataí, a soma dos percentuais relativos aos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* é muito alta.

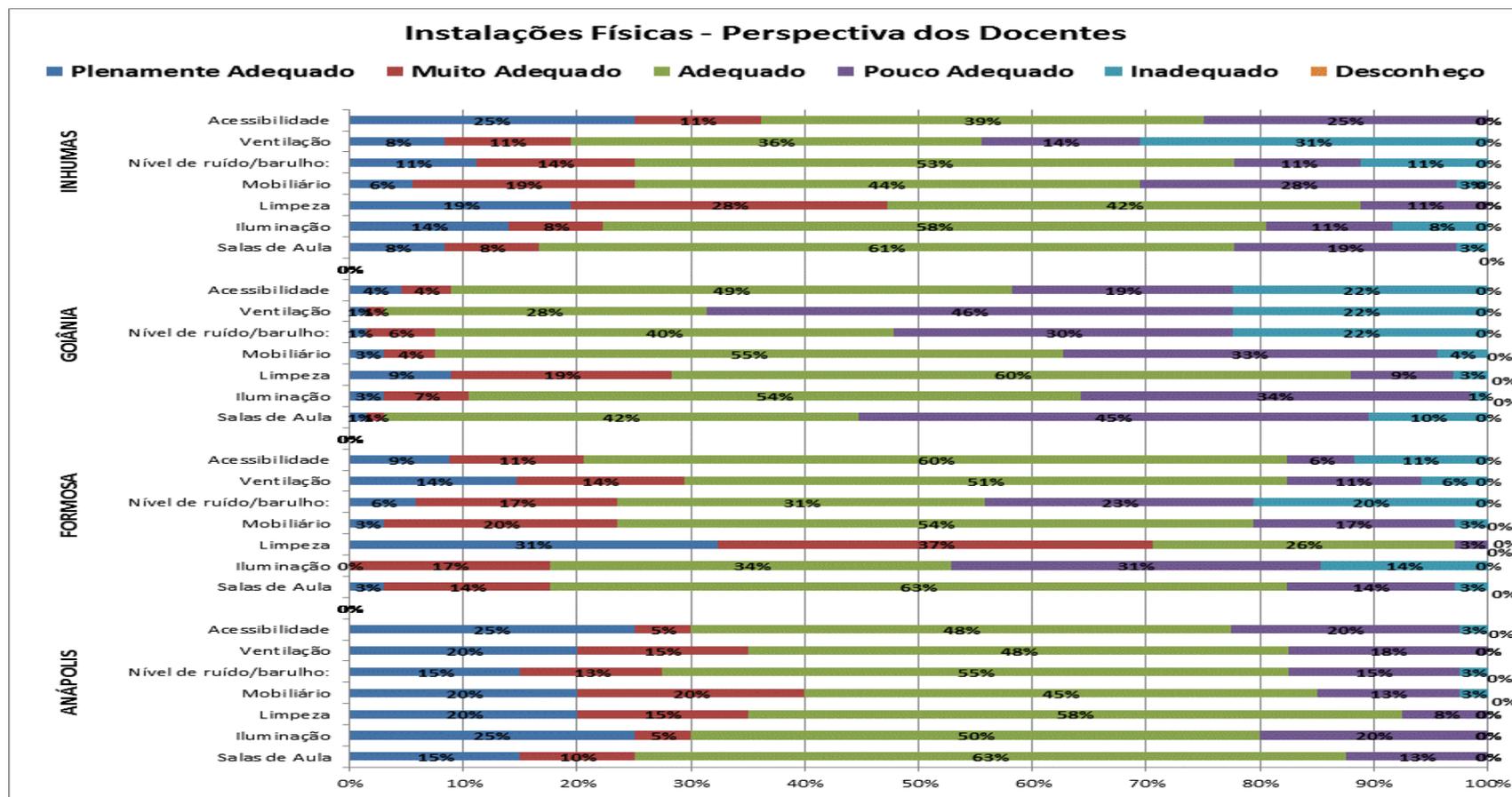


Gráfico 67

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 67 demonstra que, na perspectiva dos docentes do IFG, as “Instalações Físicas” dos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas atendem às necessidades da comunidade acadêmica, com destaque para os Câmpus Anápolis e Inhumas. Nesse último, embora todos os quesitos tenham alcançado de 55% a 89% na soma dos percentuais relativos aos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado*, o item “Ventilação” obteve 45% na soma referente aos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. No Câmpus Goiânia, os itens “Ventilação”, “Nível de barulho/ruído” e “Salas de Aula” obtiveram alto percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. No Câmpus Formosa, os itens “Nível de barulho/ruído” e “Iluminação” obtiveram grande percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

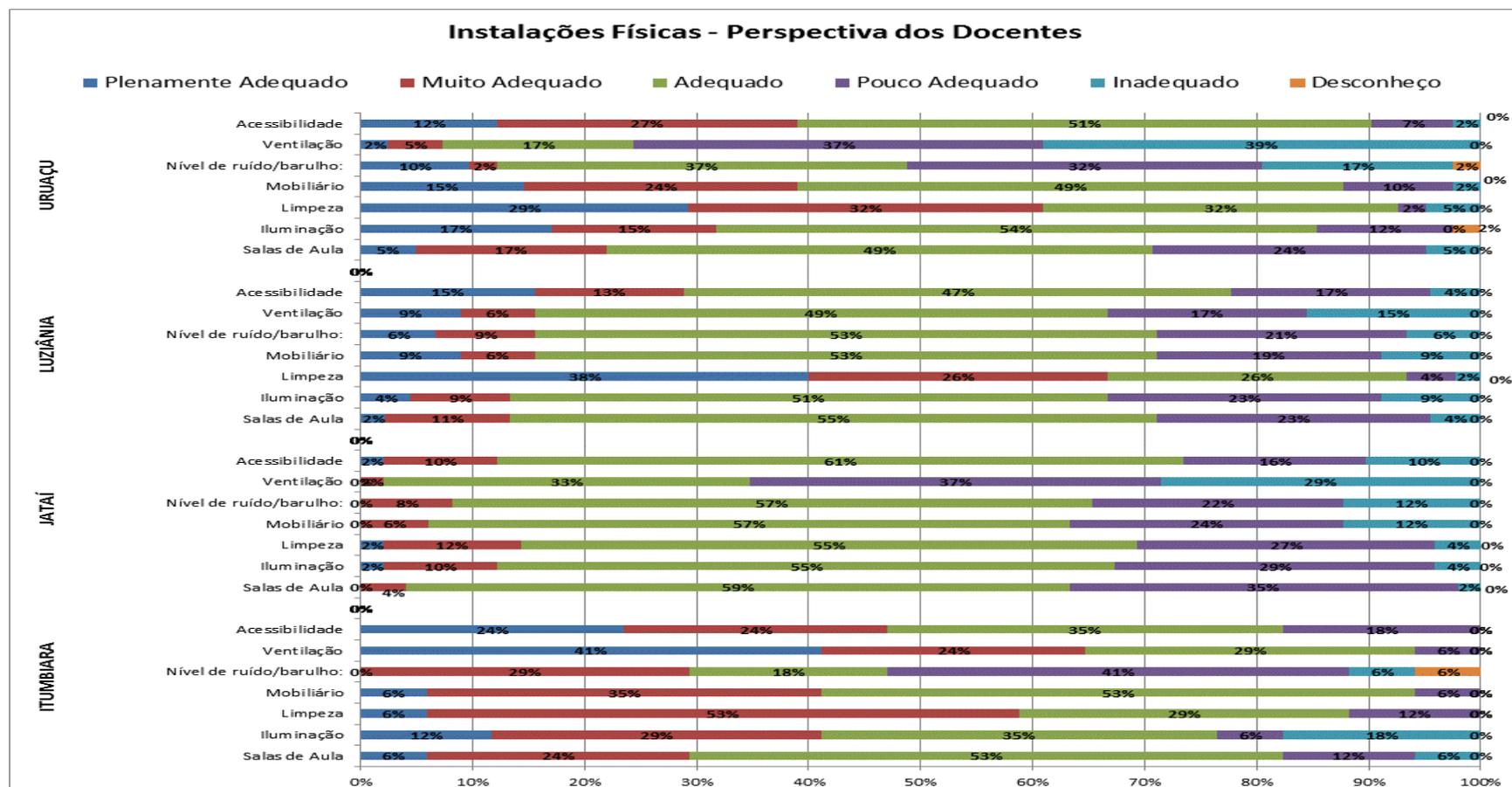


Gráfico 68

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 68 demonstra que, na perspectiva dos docentes do IFG, as “Instalações Físicas” dos Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu atendem às necessidades da comunidade acadêmica, com destaque para o Câmpus Luziânia. Em Uruaçu, os itens “Ventilação” e “Nível de barulho/ruído” obtiveram grande percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. Em Jataí, o item “Ventilação” obteve alto percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*. E em Itumbiara, o item “Nível de barulho/ruído” alcançou grande percentual na soma dos conceitos *pouco adequado* e *inadequado*.

3.8 DIMENSÃO OITO – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a oitava dimensão tratará, no processo de autoavaliação institucional, do “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional”. A oitava dimensão “considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012/2016 (documento em construção) trata do planejamento e da avaliação nos itens 2.3.4 e 7 a 7.3. O primeiro item (processo de avaliação) estabelece que a avaliação do Instituto Federal de Goiás seja “realizada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e conforme disposto no Decreto nº 5.773, de [9 de] maio de 2006”. Tal decreto estabelece que o processo avaliativo, de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), deve realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (art. 7º, III). O PDI determina que “a avaliação do processo ensino-aprendizagem da Instituição será definida na Organização Didática dos diferentes níveis de ensino, aprovada pelo Conselho Diretor”.

O PDI faz referência aos anos de 2010/2011 e estabelece que, nesse último, “serão estruturados os procedimentos internos de avaliação do desempenho institucional no ensino, assegurando a avaliação qualitativa e quantitativa e o envolvimento de todos os segmentos, discentes, docentes e técnico-administrativos da área de ensino. No ensino superior, a avaliação do desempenho dos estudantes está sendo realizada também, mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004”.

A instauração de um processo de discussões, com a participação efetiva da comunidade, para a construção coletiva do Planejamento Institucional, ocorre na perspectiva de se criar momentos, ambientes e movimentos que possibilitem as reflexões sobre a identidade da Instituição e estabeleçam o marco das referências de elaboração das políticas institucionais que assegurem o seu fortalecimento, o caráter público e o evidente propósito de práticas voltadas para a cidadania, inserção social e desenvolvimento científico e tecnológico. É importante reconhecer que o resultado deste trabalho sempre depende do nível de envolvimento de seus realizadores, isto é, toda a comunidade acadêmica; assim, ele exigirá

clareza nas proposições, determinação, objetividade e o reconhecimento de que se trata de um processo educativo que demanda tempo, de modo que o imediatismo não impeça o aprofundamento nas discussões.

O planejamento deve ser reconhecido como um importante instrumento de organização institucional, para que contribua de forma eficaz e eficiente na definição dos objetivos, na identificação das ações a serem implantadas e melhoradas a curto, médio e longo prazos e na escolha das estratégias para a concretização dos projetos, programas e demais ações para a implementação efetiva das políticas institucionais.

A construção coletiva do planejamento cria compromisso, motiva, permite o conhecimento das possibilidades e limitações, estabelece desafios e valoriza as pessoas e suas experiências acumuladas. A fim de despertar em cada docente, técnico-administrativo e aluno a disposição de debater e ser propositivo, visando à transformação do IFG numa instituição melhor, foi discutido nas instâncias e segmentos do IFG o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Nos anos de 2011/2012, o Instituto Federal de Goiás vivenciou o processo de expansão da rede para o atendimento das demandas geradas por esse movimento. Nesse período, havia oito Câmpus em funcionamento (Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Luziânia e Anápolis). A implantação de um Câmpus, sua consolidação e pleno funcionamento dependem de um trabalho intenso e articulado em equipe, pautado por um planejamento criterioso e que deve refletir a concepção da responsabilidade social e política da Instituição. O IFG conseguiu atingir essa meta em meio ao processo de construção de sua nova identidade e, mais do que isso, em meio ao processo de institucionalização dessa nova identidade, pois a transformação do CEFET-GO em Instituto Federal exigiu da Instituição uma outra postura.

Em 2011, teve início a construção de três novos Câmpus: Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, sendo que esses dois últimos já foram inaugurados e iniciaram suas atividades em abril de 2012. Atualmente, encontra-se em fase de implantação os Câmpus Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás. Esses Câmpus, somados aos demais citados anteriormente, ampliam e reforçam o papel social do Instituto Federal de Goiás no âmbito do Estado.

3.8.1 Avaliação dos Servidores

O Instituto Federal de Goiás está em fase de implantação de seus Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. No ano de 2012, teve continuidade a implantação do indicador de desempenho funcional, por meio da avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativos.

A avaliação de desempenho funcional tem como objetivo mensurar a atuação dos servidores docentes e técnico-administrativos, identificando a base de conhecimentos para o cargo e/ou função, o comprometimento com a qualidade do serviço prestado e o compromisso com a ética no serviço público, além das relações internas de trabalho.

A meta da avaliação de desempenho funcional é identificar possíveis falhas na atuação desses servidores para dimensionar as medidas necessárias e de superação. Ela é feita anualmente, inclusive para os servidores em estágio probatório. O padrão utilizado é o da conjugação da autoavaliação com as avaliações da chefia imediata e dos colegas do ambiente organizacional.

Em 2012, foram avaliados 1.080 servidores e todos tiveram avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco. 302 servidores efetivos ingressaram na Instituição no ano de 2012 e não tiveram suas avaliações concluídas, em função do período de trabalho (menos de um ano).

Apesar de ainda não ter consolidado indicadores específicos para avaliar temas como absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, disciplina e demandas trabalhistas, a Administração faz o acompanhamento sistemático da vida funcional dos servidores e avalia, obtendo informações sobre os temas.

3.8.2 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 8

Em relação ao planejamento e avaliação, a pesquisa *online* buscou saber:

- a perspectiva que têm os Servidores Técnico-Administrativos acerca da **Autoavaliação** (assiduidade e pontualidade, relação servidor técnico-administrativo/professor, relação servidor técnico-administrativo/aluno, relação com a comunidade externa e a relação servidor técnico-administrativo/trabalhador terceirizado).
- o ponto de vista da Comunidade Externa (alunos do PRONATEC, FIC, Mulheres Mil e Ensino a Distância) sobre a **Autoavaliação** (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação aluno/professor,

relação aluno/servidor técnico-administrativo e relação aluno/gestor da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX).

- a visão que têm os Discentes do Ensino Superior em relação à **Autoavaliação** (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação aluno/servidor técnico-administrativo, relação aluno/trabalhador terceirizado)

- a concepção que têm os Discentes da Pós-Graduação dos Câmpus Goiânia e Jataí a respeito da **Autoavaliação** (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação aluno/servidor técnico-administrativo e a relação aluno/trabalhador terceirizado).

- a visão que têm os Docentes em relação à **Atuação Discente nas Disciplinas** (comprometimento com as atividades acadêmicas, participação em eventos científicos e respeito) e sobre a **Autoavaliação** (assiduidade e pontualidade, relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s), utilização de metodologias de ensino, relação professor/servidor técnico-administrativo, relação professor/aluno, relação com demais docentes e a relação com trabalhadores terceirizados).

- a expectativa que têm os Gestores sobre a **Autoavaliação** (assiduidade e pontualidade, relação com o servidor técnico-administrativo, relação com o aluno, relação com o docente e relação com os trabalhadores terceirizados).

Os gráficos a seguir ilustram os resultados da pesquisa referentes à Dimensão 8.

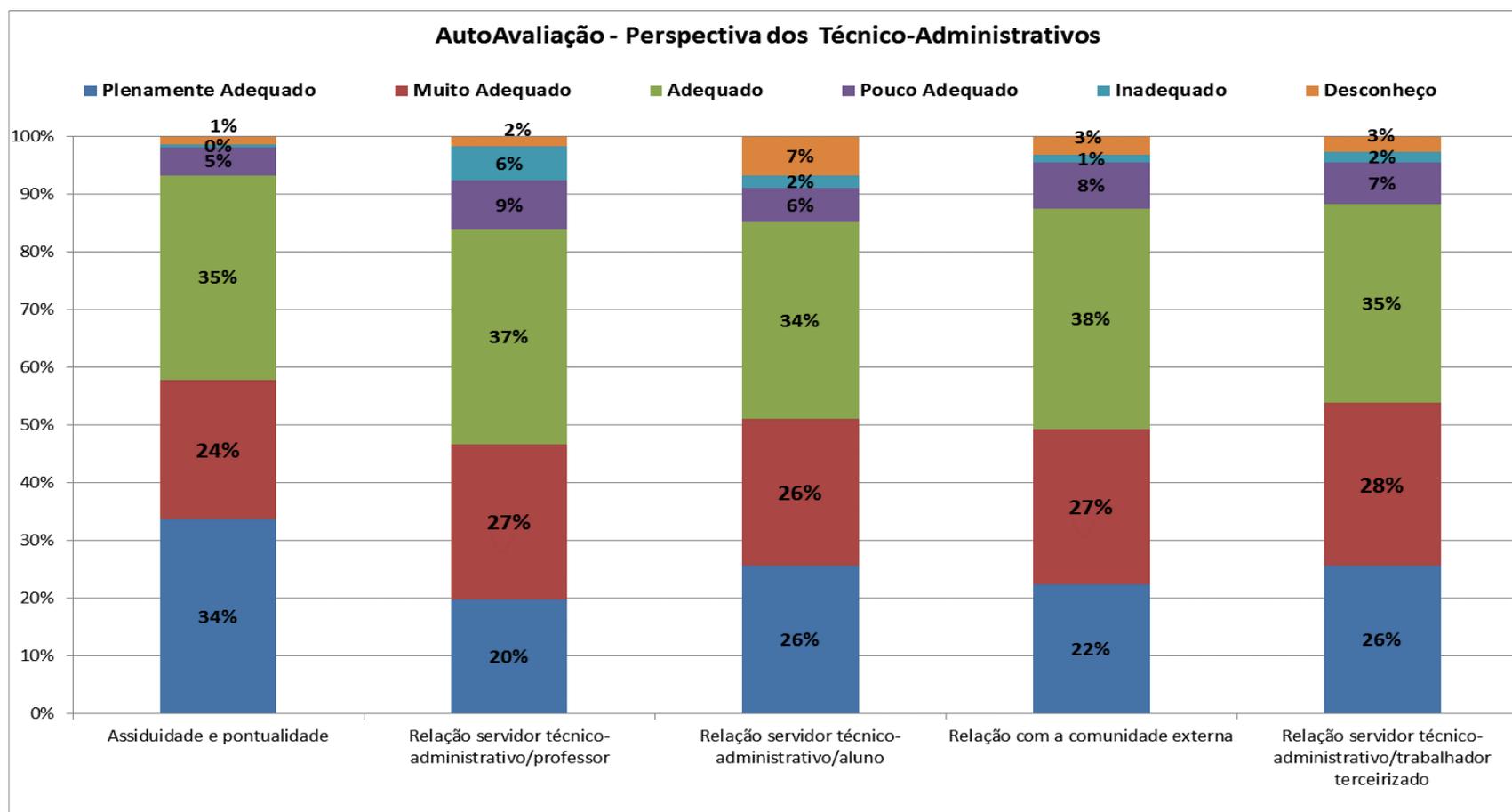


Gráfico 69

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 69 mostra que, no que se refere à autoavaliação dos servidores técnico-administrativos, o conceito *adequado* foi o que obteve o maior percentual de escolha, podendo-se inferir que, para todos os quesitos do gráfico, os servidores se proclamaram aprovados se considerados os percentuais atribuídos também ao conceito *muito adequado* (a soma dos percentuais dos dois conceitos ultrapassa os 51%). Há, ainda, um percentual bastante considerável entre os servidores participantes da pesquisa que atribuíram a si o conceito *plenamente adequado* para todos os quesitos desse gráfico.

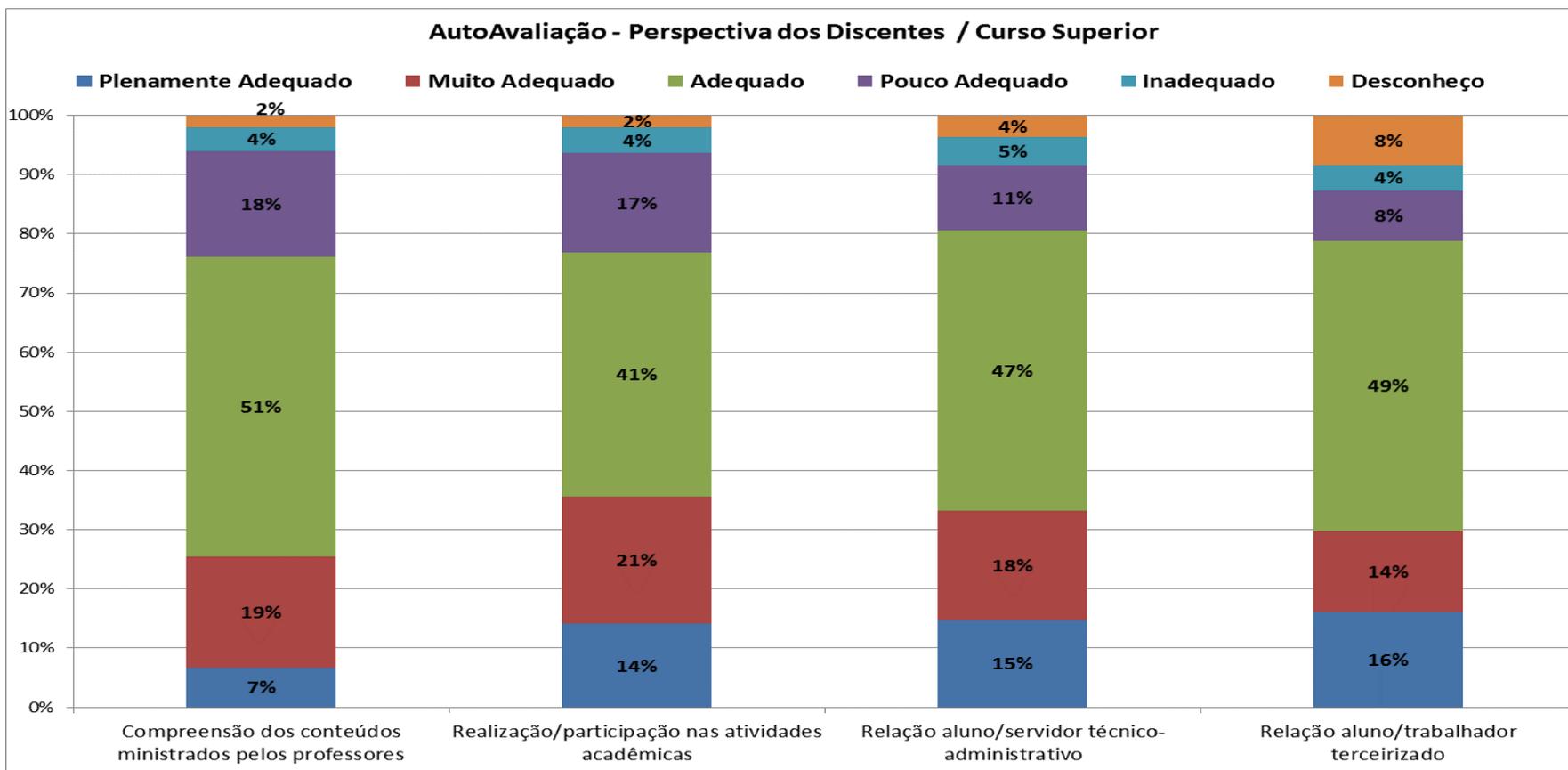


Gráfico 70

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 70 revela que, em relação à autoavaliação dos discentes dos cursos superiores, 51% dos participantes consideram que sua “compreensão dos conteúdos ministrados” é adequada e 19% julgaram esse quesito como muito adequado; 62% avaliam a “realização/participação nas atividades acadêmicas” como adequada ou muito adequada; 65% revelam como adequada ou muito adequada a “relação aluno/servidor técnico-administrativo”; e 63% analisam como adequada ou muito adequada a “relação aluno/trabalhador terceirizado”. Tendo em vista que a soma dos conceitos *adequado* e *muito adequado* ultrapassou 51%, percebe-se que os discentes se julgaram aprovados em todos os quesitos desse gráfico.

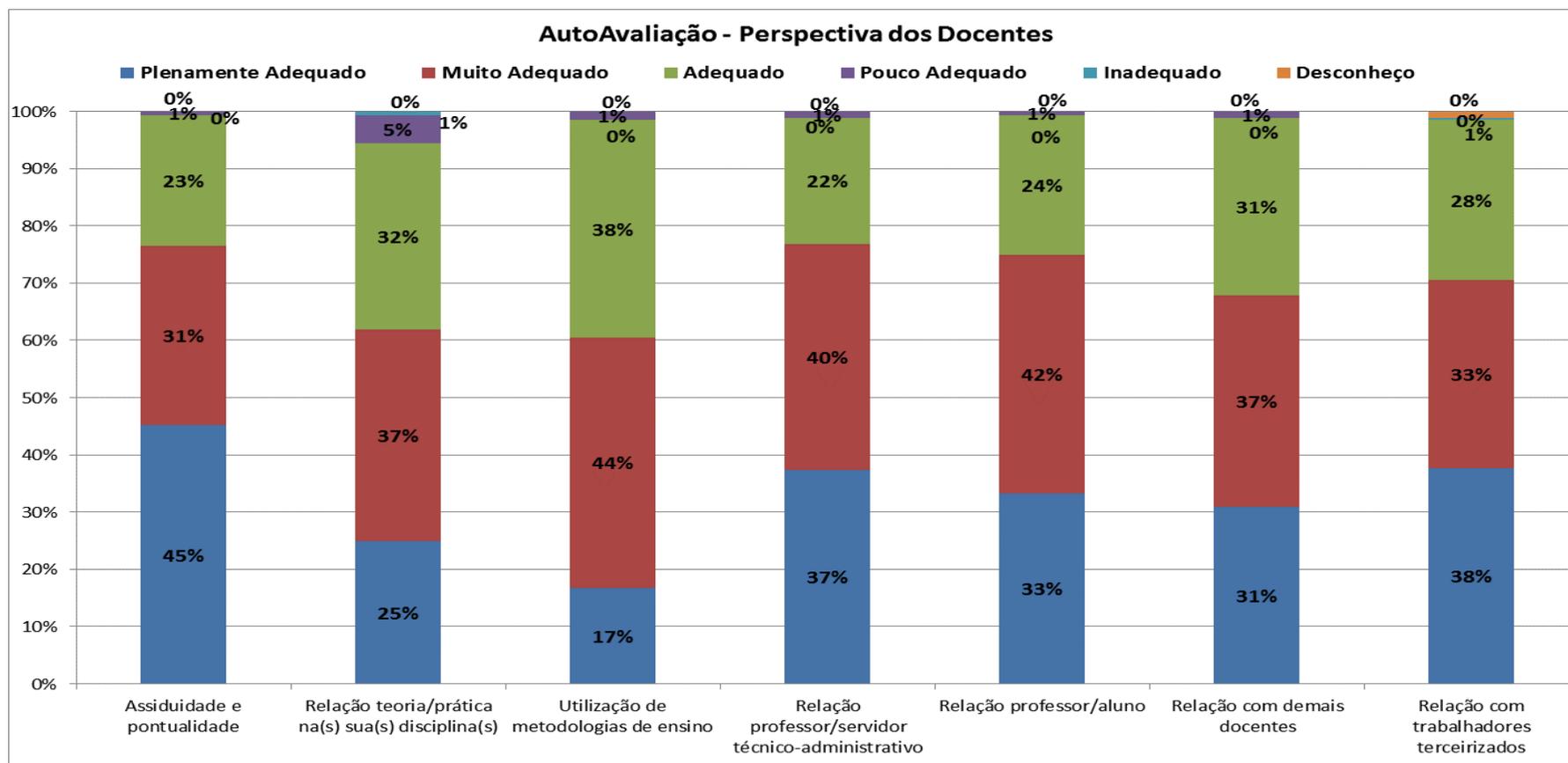


Gráfico 71

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 71 demonstra que, acerca da autoavaliação dos docentes, o conceito *muito adequado* se sobressaiu em relação aos demais, exceto em relação aos quesitos “assiduidade e pontualidade” e “relação com trabalhadores terceirizados”, para os quais se sobrepôs o conceito *plenamente adequado*. Houve, ainda, um elevado percentual de docentes respondentes da pesquisa que se consideraram *adequados* em relação aos quesitos desse gráfico.

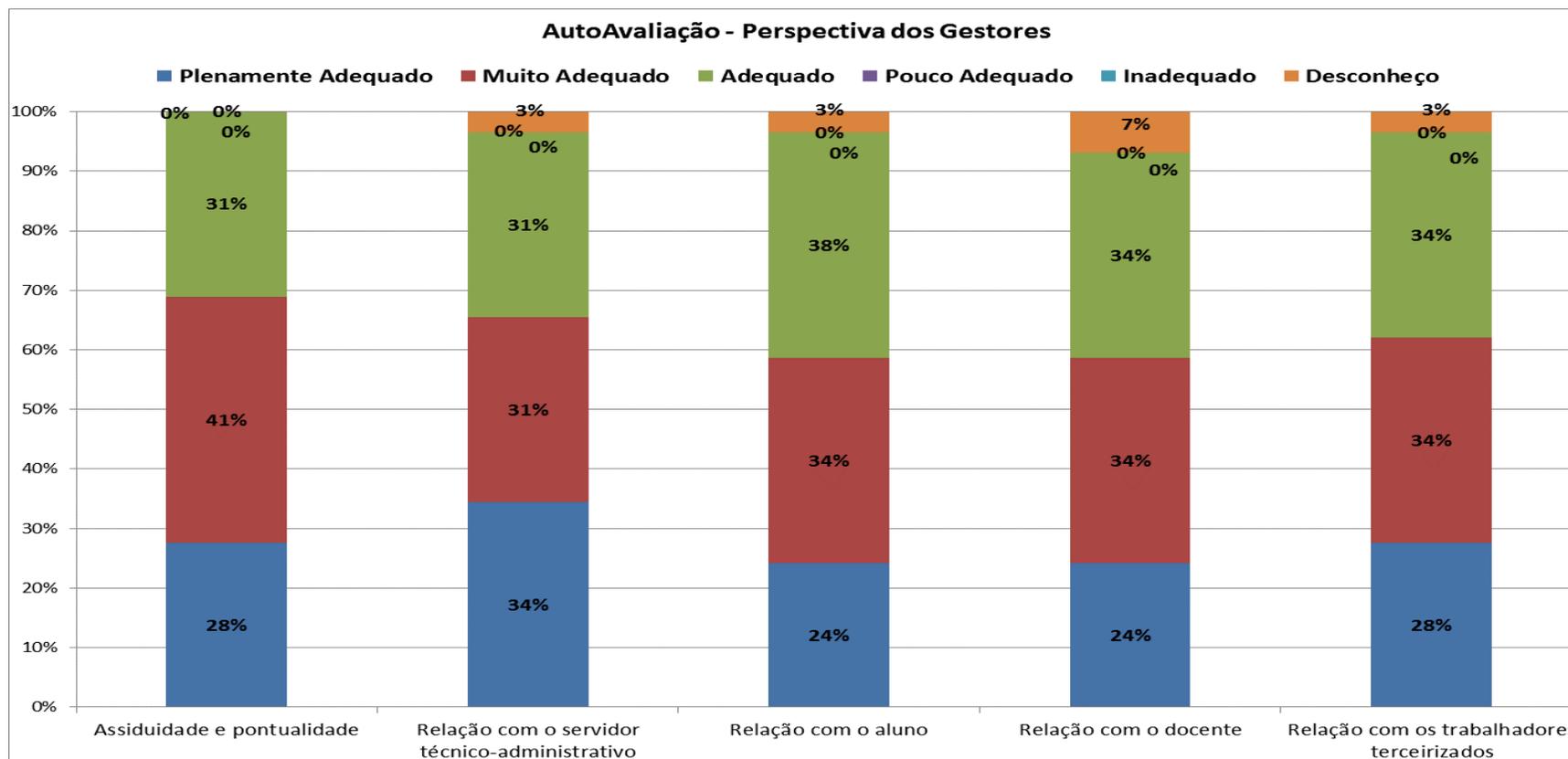


Gráfico 72

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 72 evidencia que, a respeito da autoavaliação dos gestores, o conceito *muito adequado* se sobressaiu em relação aos demais. Em seguida, vem o conceito *adequado*. Há também um elevado percentual de gestores participantes da pesquisa que se considerou *plenamente adequado* em relação aos quesitos desse gráfico. Infere-se que, de acordo com os gestores, o trabalho realizado por eles atende às expectativas da Instituição.

3.9 DIMENSÃO NOVE – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a nona dimensão tratará, no processo de autoavaliação institucional, “das políticas de atendimento aos estudantes”. Nesse sentido, a autoavaliação deverá examinar a coerência entre as políticas de atendimento aos discentes e as expectativas/necessidades dos estudantes.

A assistência ao educando da Educação Profissional tem como finalidade suprir a necessidade básica do estudante, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola, com iniciativas típicas de assistência social, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na Instituição.

Os principais resultados alcançados com a concessão do auxílio financeiro para os estudantes, detalhados na planilha a seguir, consolidaram no IFG a política de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

O IFG também proporcionou a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria, juntamente com os ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso à Internet e específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais, dentre outras.

Tabela 2 - Concessão de Bolsas de Iniciação Científica, de Estudos e Monitoria e Visitas Técnicas em 2011

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Câmpus Goiânia	IC	16		18	04	04	08	04	13	13	11	12	12
	EM	10		63	83	81	177	79	85	85	85	94	75
	VT			51	150	292	278		29	246	258	253	234
SUBTOTAL		26		132	237	377	463	83	127	344	354	359	321
Câmpus Jataí	IC	04		05	02	02	02	02	04	22	06	06	06
	EM			25	21	25	25	23	26	28	29	30	29
	VT		01	02	94	23	25		63	14	39	108	55
SUBTOTAL		04	01	32	117	50	52	25	93	64	74	144	90
Câmpus Inhumas	IC	04		04	03	04	03	03	10	44	14	10	09
	EM				04	04		07	18	23	23	21	21
	VT		01	38	17	40	24	01	48	24			
SUBTOTAL		04	01	42	24	48	27	11	76	91	37	31	30
Câmpus Itumbiara	IC								03	06	03	03	03
	EM					07		07	05	07	08	08	07
	VT		01	64			08				01	145	
SUBTOTAL			01	64		07	08	07	08	13	12	156	10

Câmpus Uruaçu	IC									04			
	EM								11	12	11	11	25
	VT		01				01	01			63	01	54
SUBTOTAL			01				01	01	11	16	74	12	79
TOTAL	IC	24		27	09	10	13	09	30	89	34	31	30
	EM	10		88	108	117	202	116	145	155	156	164	157
	VT		04	155	261	355	336	02	140	284	361	507	343
TOTAL GERAL		34	04	270	378	482	551	127	315	528	551	702	530

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Legenda: IC = Bolsas de Iniciação Científica; EM = Bolsas de Estudos e Monitoria; VT = Visitas Técnicas.

Pretende-se ampliar estes programas a partir do aumento da quantidade de bolsas oferecidas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Tecnológica e Inovação (PIBITI/CNPq), pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC/IFG) e pelo Programa de Voluntário de Iniciação Científica do IFG (PVIC/IFG).

Além desses programas, destinados a alunos do Ensino Superior, pretende-se criar um novo programa de Iniciação Científica, com orçamento da Instituição, destinado aos alunos do Ensino Médio (Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior - PBIC-Jr.), e solicitar cotas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio do CNPq (PIBIC-EM/CNPq). Este novo programa possibilitará a verticalização da atuação dos estudantes dos diversos níveis de ensino no desenvolvimento de pesquisa na Instituição.

Todas essas bolsas são concedidas por meio de seleção de projetos das diversas áreas de atuação do IFG, garantindo a participação do corpo discente nos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados por servidores (docentes e técnico-administrativos) por meio do pagamento de bolsas de estudos com recursos do CNPq e do orçamento da Instituição. No período 2009/2010, o programa contou com um total de 50 bolsas, sendo 23 do CNPq e 27 do próprio Instituto, além da possibilidade da participação do discente na condição de pesquisador voluntário (PVIC). Na Tabela 4 é apresentado um demonstrativo da projeção da expansão desse programa, que contará tanto com esforços para ampliação das bolsas do CNPq quanto de bolsas próprias do IFG.

Deve-se destacar que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação solicitou ao CNPq um acréscimo de vinte bolsas PIBIC/CNPq e de cinco bolsas PIBITI/CNPq, para o período 2010/2011, mas não foi atendida.

Por outro lado, das dez bolsas solicitadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), cinco bolsas foram concedidas. Além delas, outras cem bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM) foram atendidas; essas bolsas são exclusivas para alunos dos cursos técnicos.

Tabela 3 - Programação de Ampliação dos Programas de Pesquisa

Programas de Pesquisa	Projeção de oferta de bolsas (Nº / ano)				
	2010	2011	2012	2013	2014
PIBIC-PIBITI/ CNPq ¹	23	23	23	23	23
PIBIC-Af/CNPq ¹	05	05	05	05	05
PBIC/IFG ²	36	35	40	45	50
Solicitação ao CNPq ³	-	20	25	30	35
Total Esperado	64	83	93	103	113
PBIC-Jr/IFG ²	-	15	15	20	20
PIBIC-EM/CNPq ¹	100	100	100	100	100
Total Esperado	100	115	115	120	120
Total Esperado (Bolsas alunos)	164	198	208	223	233

Fonte: PDI 2012-2016.

¹Total de bolsas atualmente garantidas pelo CNPq.

²Total de bolsas ofertadas pelo IFG.

³Total de bolsas solicitadas ao CNPq para ampliação do programa.

3.9.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro e Estímulos à Permanência no IFG

Os programas de apoio pedagógico e financeiro tradicionalmente implementados pela Instituição, através das bolsas de monitorias, de estudo/trabalho e de estágio, foram ampliados nos últimos anos com a aprovação do programa institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica, PIBIC e PIBIT, a participação nos programas da CAPES e CNPQ e com as bolsas de iniciação a docência, PIBID nos cursos de licenciatura. A oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, destinados ao público de Jovens e Adultos (PROEJA) resultou, também, na aprovação de regulamento de concessão de auxílio financeiro ao aluno.

Todas essas ações visam estimular a permanência do aluno, a ampliação das práticas pedagógicas e de formação profissional e cidadã do discente. Ao mesmo tempo, se constituem em importantes mecanismos de inserção do aluno na vida acadêmica institucional. Para o período de vigência do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, 2012 a 2016, estão previstas as seguintes ações:

- Criar a coordenação de apoio pedagógico ao aluno no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, complementando a estrutura organizacional do ensino nos Câmpus.
- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio das bolsas de assistência social, de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando-se o

acompanhamento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades de trabalho desenvolvidas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias envolvidas.

- Readequar o regulamento de assistência estudantil ao aluno dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

- Publicar eletronicamente e manter atualizados os documentos da legislação acadêmica da Instituição aprovados no Conselho Superior.

- Estruturar programa institucional de iniciação à docência tendo como referência o programa PIBID da CAPES.

- Incluir no calendário acadêmico da Instituição período para realização de atividades pedagógicas discentes e docentes relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, por meio das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- Estruturar política e programa de apoio pedagógico ao discente no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas com a participação dos docentes e técnico-administrativos, ampliando o atendimento ao aluno, a partir dos trabalhos desenvolvidos nos projetos de dedicação exclusiva e nas experiências acumuladas em cada Câmpus.

- Desenvolver trabalhos, campanhas de prevenção do uso de drogas, DSTs e educação sexual, trânsito, segurança e saúde do trabalhador, direitos e deveres civis, preservação do meio ambiente e combate a violência nas suas diferentes formas, por meio de projetos e parcerias institucionais, com base em ações já desenvolvidas e articulando calendário de ações regulares.

- Disponibilizar Manual Acadêmico atualizado aos discentes com orientações sobre procedimentos acadêmicos e itens mais relevantes da legislação acadêmica, do organograma e do regimento institucional.

- Adequar os espaços escolares às necessidades dos estudantes portadores de necessidades especiais em cada Câmpus.

- Integrar as ações de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) do MEC, criando os núcleos em todos os Câmpus e formas de preparar e qualificar todos os docentes e servidores técnico-administrativos que irão trabalhar com esse público.

- Criar o programa e implantar a biblioteca virtual do IFG, com a disponibilização de artigos, monografias e teses.

- Construir a casa do estudante em cada Câmpus para alunos ingressantes do ensino técnico e superior maior de dezoito anos, oriundos de municípios distantes a mais de 100 quilômetros da Instituição e que comprovarem necessidade social, conforme critérios estabelecidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos.

- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio de programas de assistência estudantil (bolsas de estudo, auxílios financeiros etc.), de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando o desenvolvimento de projetos de acompanhamento e desenvolvimento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades propostas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos mediante avaliação continuada destes programas e projetos.

- Incluir no calendário acadêmico da Instituição período para a realização de atividades pedagógicas docentes de capacitação para o PROEJA.

3.9.2 Assistência Ao Estudante

O IFG oferece assistência ao estudante com o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. Portanto, aprovar, garantir e ampliar a implementação de Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás devem receber a atenção de todos os segmentos que compõem a comunidade interna da Instituição e serem consagrados no Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, deverá ser oferecido apoio material aos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social por meio de bolsas de demanda social e de ações de apoio social, psicológico, médico e odontológico.

3.9.2.1 Apoio médico e odontológico

A partir de triagem das necessidades de saúde apresentadas pelos estudantes, são realizados:

- Atendimentos de urgências médicas e odontológicas de prioridade moderada a baixa.
- Consultas ambulatoriais programadas e previamente agendadas no Setor de Saúde do Câmpus.
- Encaminhamento das emergências ou urgências de prioridade absoluta (onde há risco de morte) aos serviços médicos e odontológicos existentes no município.

3.9.2.2 Apoio psicossocial

Com o objetivo de melhorar a qualidade das relações acadêmicas nas mais diversas situações de conflitos ou insatisfações, oferece-se aos alunos do IFG um apoio e acompanhamento psicossocial, pautado nos preceitos da Psicologia Escolar e da Assistência Social. Dessa forma, busca-se identificar os diversos fatores que interferem na situação acadêmica do aluno e traçar ações “promocionistas”, preventivas e intervencionistas a fim de evitar ou reverter quadros de conflitos ou de insatisfações, sejam elas por parte dos alunos, servidores ou comunidade externa.

3.9.2.3 Apoio financeiro

As bolsas de apoio financeiro no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) são oferecidas a estudantes após a avaliação do seu perfil socioeconômico, priorizando-se aqueles que apresentem maior condição de carência. Esses estudantes apresentam uma contrapartida de vinte horas semanais, desenvolvendo atividades prioritariamente relacionadas à sua área de formação, prestando auxílio nos laboratórios, bibliotecas ou setores acadêmicos, de forma a também proporcionar-lhes uma complementação da aprendizagem e integração com atividades acadêmicas da Instituição.

Outra forma de bolsa existente refere-se às monitorias, ou seja, estudantes que apresentem bom desempenho acadêmico em disciplinas da área de Ciências, como Matemática, Física, Química e Biologia, prestam apoio a estudantes com maior dificuldade de aprendizagem. Dessa forma, os monitores são desafiados a auxiliar os colegas com maior dificuldade, bem como, a também ampliar os seus próprios conhecimentos.

3.9.3 Auxílios Estudantis

O IFG mantém um programa de auxílios financeiros, que visam incentivar o estudo e a permanência do estudante no Curso. Atualmente, são mantidas três modalidades de auxílio estudantil, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada.

O **Auxílio Alimentação** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitam de auxílio financeiro para alimentar-se durante sua permanência no IFG. O **Auxílio Transporte** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitem de auxílio financeiro para viabilizar o deslocamento da sua residência para o IFG. E o **Auxílio Permanência** tem periodicidade mensal e é destinado aos alunos que possuem comprovada necessidade financeira específica ou emergencial, que não estão contempladas com os auxílios Alimentação e Transporte.

A quantidade de alunos beneficiados por Câmpus do IFG é definida anualmente pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Administração e são disponibilizados por meio da publicação de editais que podem ser consultados no link <http://www.ifg.edu.br/extensao/index.php/extensao-acoessociais/extensao-assistenciaoestudante>.

3.9.4 Políticas Afirmativas

Para o ingresso nos cursos ofertados pelo IFG, o estudante pode optar por participar dos processos seletivos (ensino médio) e vestibulares (ensino superior) pelo Sistema Universal (livre concorrência) ou pela Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012). O IFG estabelece cota de 50% para estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino, na qual está prevista também a opção de autodeclaração de raça/etnia (preto, pardo ou indígena). Os outros 50% das vagas são destinados à livre concorrência entre os inscritos.

3.9.5 Resultados da Autoavaliação 2012 Referentes à Dimensão 9

A respeito das políticas de atendimento aos estudantes, a pesquisa *online* buscou saber:

- a concepção que têm os Discente da Pós-Graduação e do Ensino Superior a respeito das **Bibliotecas** dos Câmpus (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo, periódicos e revistas especializadas).
- a percepção que têm os Docentes sobre os projetos de **Extensão** (viabilização dos projetos).

Os gráficos a seguir ilustram os resultados da pesquisa referentes à Dimensão 9.

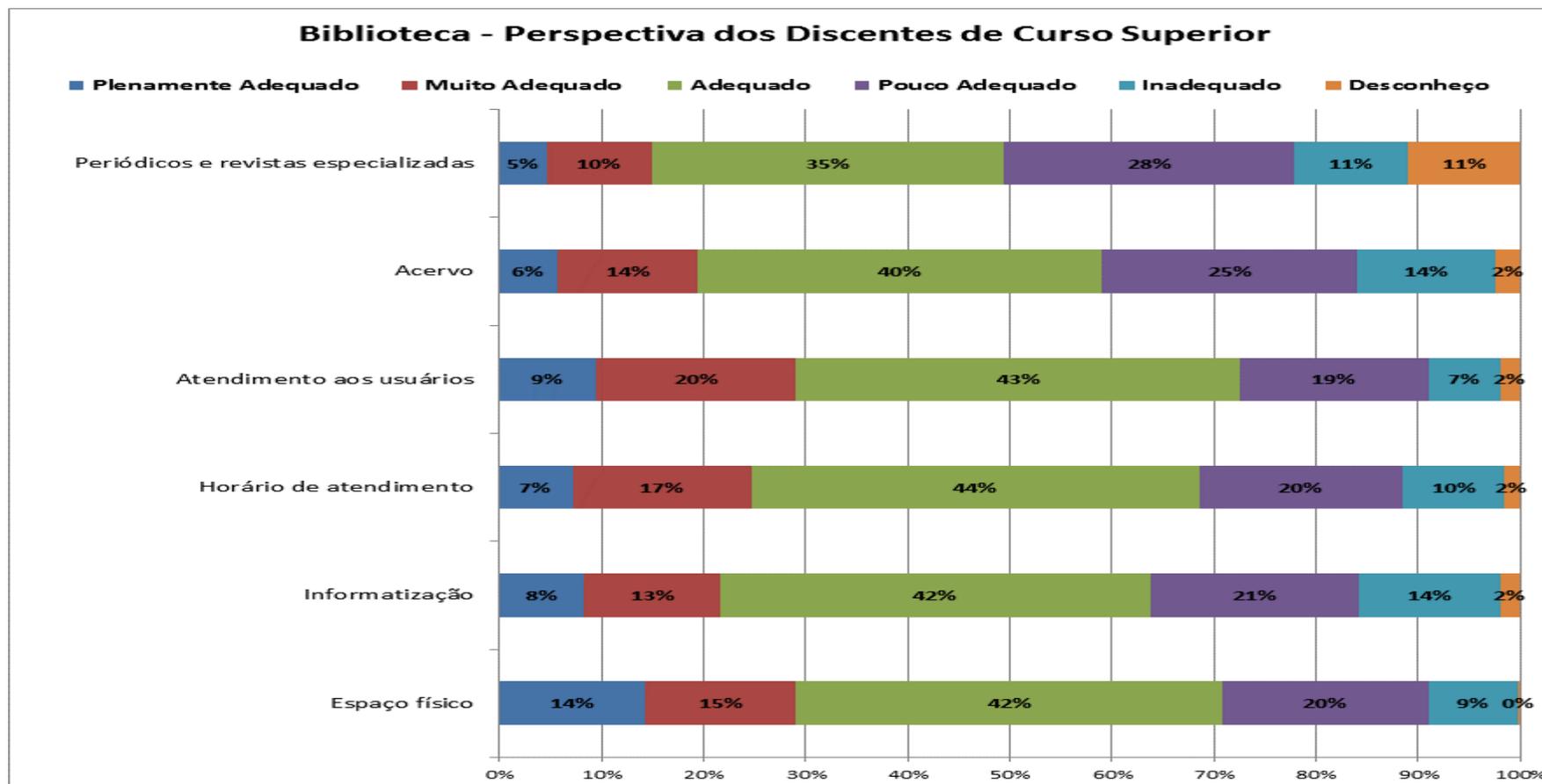


Gráfico 73

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 73 revela que, na opinião dos discentes dos cursos superiores, a biblioteca que utilizam nas dependências do IFG atende às necessidades dos estudantes. A soma dos percentuais atribuídos aos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* supera bastante o somatório dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*, exceto em relação ao quesito “periódicos e revistas especializadas”, em que há um empate de 50%. Isso pode ser uma contradição, já que para o quesito “Acervo” a aprovação foi de 60% considerando-se os conceitos *plenamente adequado*, *muito adequado* e *adequado*.

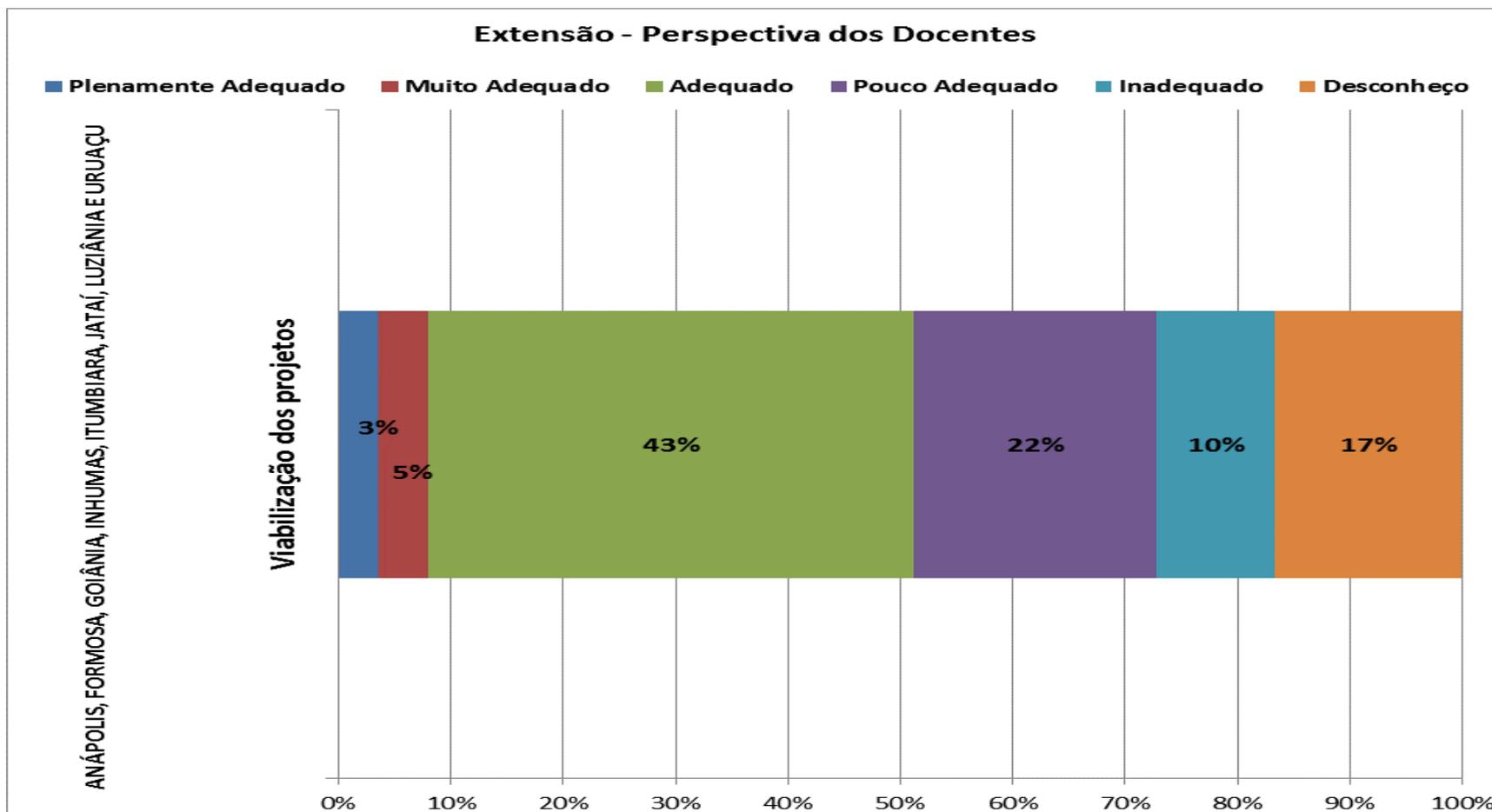


Gráfico 74

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012.

O Gráfico 74 revela que, na perspectiva dos docentes do IFG, a “viabilização dos projetos” de extensão atende satisfatoriamente às necessidades da comunidade, considerando que o somatório dos percentuais atribuídos aos conceitos *adequado*, *muito adequado* e *plenamente adequado* excede à soma dos conceitos *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço*, alcançando o total de 51%.

3.10 DIMENSÃO DEZ – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Segundo o Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, a décima dimensão examinará, no processo de autoavaliação institucional, a “sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior”. A décima dimensão “avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas”.

O orçamento do Instituto Federal de Goiás é provido pela União, fato que limita e restringe as intervenções e ações da Instituição. A sustentabilidade financeira é tratada pelo PDI 2012/2016 em seu item 1.4 (Autonomia da IES em relação à mantenedora) e no item 10 (Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira). Segundo esse documento, “a autonomia financeira encontra-se estritamente estabelecida por meio de leis, doutrinas, jurisprudências e outros instrumentos legais. [...] a autonomia financeira assume uma dimensão particular na medida em que incorpora a característica da participação da comunidade interna da Instituição, posto que, conforme prevê o Art. 9º da Lei 11.892/2008⁶, na qual é definida a estrutura dos Institutos Federais como de conformação *multicampi*, [...] a proposta orçamentária anual será identificada para cada Câmpus e para a Reitoria, mediante critérios estabelecidos pelo Colégio de Dirigentes dos Institutos Federais”.

Nesse sentido, o planejamento do orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás deverá se configurar em um sistema de consulta e participação da comunidade interna da Instituição, por meio de representantes de cada Câmpus, com base em minuta de peça orçamentária elaborada pela Reitoria/Pró-Reitoria de Administração, na qual deverá se fazer presente as prioridades orçamentárias viabilizadoras dos objetivos e metas institucionais presentes no PDI da Instituição.

De acordo com o PDI vigente, este é o quadro demonstrativo da capacidade e sustentabilidade financeira do IFG, com projeção de receita e de despesas até o ano de 2014 (págs. 130-131 do PDI):

⁶ Art. 9º: cada Instituto Federal é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada Câmpus e a Reitoria, **exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.** (Grifo da CPA)

Quadro 10 – Projeção da Receita. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira

Descrição da Natureza	2010	2011	2012	2013	2014
1 PESSOAL					
1.1 Pessoal inativo (aposentadorias e pensões) - servidores civis	15.698.384	16.483.303	17.307.468	18.172.842	19.081.484
1.2 Pessoal ativo (docentes e técnico-administrativos) - servidores civis	40.501.344	42.526.411	44.652.732	46.885.368	49.229.637
1.3 Benefícios aos servidores	1.944.436	2.041.658	2.143.741	2.250.928	2.363.474
1.4 Encargos sociais	8.207.160	8.617.518	9.048.394	9.500.814	9.975.854
Subtotal	66.351.324	69.668.890	73.152.335	76.809.951	80.650.449
2 MANUTENÇÃO					
1.1 Despesas de locomoção (capacitação e funcionamento)	510.523	663.680	730.048	803.053	883.358
1.2 Materiais de consumo	664.337	863.638	950.002	1.045.002	1.149.502
1.3 Serviços de terceiros e locação de mão de obra	11.026.640	15.894.384	19.511.500	23.693.094	28.515.893
1.4 Auxílio financeiro a estudantes	738.132	959.572	1.055.529	1.161.082	1.277.190
1.5 Auxílio financeiro a pesquisado- res/capacitação dos servidores	477.600	620.880	682.968	751.265	826.391
1.6 Outras despesas (expansão da Rede Federal de Educação Profissional)	5.439.000	7.070.700	7.777.770	8.555.547	9.411.102
Subtotal	17.656.423	22.953.350	25.248.685	27.773.554	30.550.909
3 INVESTIMENTOS					
1.1 Acervo bibliográfico	240.000	288.000	345.600	380.160	418.176
1.2 Ações de informática	405.000	445.500	490.050	539.055	592.961
1.3 Equipamentos e material permanente - modernização da área administrativa e pedagógica	2.250.000	2.475.000	2.722.500	2.994.750	3.294.225
1.4 Obras civis, instalações e reformas	3.693.378	4.062.716	4.468.987	4.915.886	5.407.475
1.5 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional	2.913.750	3.205.125	3.525.638	3.878.201	4.266.021
Subtotal	9.502.128	10.476.341	11.552.775	12.708.052	13.978.858
Total das Despesas	94.709.684	104.658.333	111.981.472	119.522.002	127.633.705

Fonte: PDI 2012-2016

Quadro 11 – Projeção das Despesas

Descrição da Natureza		2010	2011	2012	2013	2014
1	PESSOAL					
1.1	Pessoal inativo (aposentadorias e pensões) - servidores civis	15.698.384	16.483.303	17.307.468	18.172.842	19.081.484
1.2	Pessoal ativo (docentes e técnico-administrativos) - servidores civis	40.501.344	42.526.411	44.652.732	46.885.368	49.229.637
1.3	Benefícios aos servidores	1.944.436	2.041.658	2.143.741	2.250.928	2.363.474
1.4	Encargos sociais	8.207.160	8.617.518	9.048.394	9.500.814	9.975.854
	Subtotal	66.351.324	69.668.890	73.152.335	76.809.951	80.650.449
2	MANUTENÇÃO					
1.1	Despesas de locomoção (capacitação e funcionamento)	510.523	663.680	730.048	803.053	883.358
1.2	Materiais de consumo	664.337	863.638	950.002	1.045.002	1.149.502
1.3	Serviços de terceiros e locação de mão de obra	11.026.640	15.894.384	19.511.500	23.693.094	28.515.893
1.4	Auxílio financeiro a estudantes	738.132	959.572	1.055.529	1.161.082	1.277.190
1.5	Auxílio financeiro a pesquisado- res/capacitação dos servidores	477.600	620.880	682.968	751.265	826.391
1.6	Outras despesas (Expansão da Rede Federal de Educação Profissional)	5.439.000	7.070.700	7.777.770	8.555.547	9.411.102
	Subtotal	17.656.423	22.953.350	25.248.685	27.773.554	30.550.909
3	INVESTIMENTOS					
1.1	Acervo bibliográfico	240.000	288.000	345.600	380.160	418.176
1.2	Ações de informática	405.000	445.500	490.050	539.055	592.961
1.3	Equipamentos e material permanente - modernização da área administrativa e pedagógica	2.250.000	2.475.000	2.722.500	2.994.750	3.294.225
1.4	Obras civis, instalações e reformas	3.693.378	4.062.716	4.468.987	4.915.886	5.407.475
1.5	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional	2.913.750	3.205.125	3.525.638	3.878.201	4.266.021
	Subtotal	9.502.128	10.476.341	11.552.775	12.708.052	13.978.858
	Total das Despesas	94.709.684	104.658.333	111.981.472	119.522.002	127.633.705

Fonte: PDI 2012-2016

O momento de grandes transformações vivenciado pelo IFG atualmente demanda pensar suas ações cotidianas na perspectiva de melhoria dos projetos e seus resultados, mas também, e com grande foco, todo o processo de expansão das suas atribuições e *locus* de atuação no que se refere à programação de despesas de capital; é apresentada, a seguir, uma tabela organizada em três colunas duplas contemplando os três grupos de despesa da categoria econômica **Despesas de Capital**, quais sejam: Investimentos, Inversões financeiras e Amortização da dívida. Para cada grupo de despesa são informados os valores relativos aos Exercícios de 2012 e 2011.

Tabela 4 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		Investimentos		Inversões financeiras		Amortização da dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	26.173,082,00	28.153.458,00				
	PLOA**	26.173,082,00	28.153.458,00				
	LOA***	26.173,082,00	28.353.458,00				
Créditos	Suplementares	279.756,00	965.066,00				
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos cancelados****	-500.000,00					
Outras operações							
Total		28.952.838,00	29.318.524,00				

Fontes: Relatório de Gestão do Exercício de 2012/SIMEC/SIAFI Gerencial.

*UO = Unidade Orçamentária

** PLOA = Projeto de Lei Orçamentária Anual

*** LOA = Lei Orçamentária Anual

**** Os créditos cancelados referem-se a Emenda Parlamentar alocada na LOA do Instituto Federal de Goiás por equívoco, pois a mesma trata de concessão de créditos orçamentários para o Câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano.

O resumo da Programação de Despesas apresentado a seguir é um quadro dos dois demonstrativos anteriores contemplando ainda a Reserva de Contingência. Para esta, não há programação no Exercício de 2012.

Tabela 5 - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência. Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas correntes		Despesas de capital		9 – Reserva de contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	140.865.963,00	102.660.634,00	26.173.082,00	28.153.458,00		
	PLOA	140.865.963,00	102.660.634,00	26.173.082,00	28.153.458,00		
	LOA	140.865.963,00	102.660.634,00	26.173.082,00	28.353.458,00		
Créditos	Suplementares	37.682.943,00	33.469.821,00	279.756,00	965.066,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos cancelados				-500.000,00			
Outras operações							
Total		178.548.906,00	136.130.455,00	28.952.838,00	29.318.524,00		

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012/SIMEC/SIAFI Gerencial.

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2012, tendo em vista a compatibilidade entre as dotações e as necessidades da Instituição, a análise dos quadros da Programação Orçamentária das despesas demonstra um aumento na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Instituto Federal de Goiás de 2011 para 2012, principalmente nas Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram um crescimento de 37,9% e 35,2%, respectivamente, em relação ao Exercício de 2011. O aumento das despesas é consequência do crescimento e da expansão da Instituição com a implantação de novos Câmpus nas Cidades de Aparecida de Goiânia e Goiás, e a consolidação da implantação dos Câmpus Anápolis, Formosa, Luziânia, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da recomposição do quadro de pessoal dos Câmpus Goiânia e Câmpus Jataí.

Destaca-se ainda que as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes tiveram, respectivamente, uma suplementação orçamentária de 33,1% e 8,4%. Desse modo, os limites orçamentários para essas despesas foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no Exercício de 2012.

No que se refere às Despesas de Capital, observa-se um crescimento de 2% na LOA de 2012 em relação à LOA do Exercício de 2011. No entanto, como houve créditos cancelados

no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referentes a Emenda Parlamentar alocada na LOA do Instituto Federal de Goiás por equívoco, pois que se tratava de concessão de créditos orçamentários para o Câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, e ocorreram créditos suplementares no valor de R\$279.756,00 (duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais), ao final os créditos orçamentários de investimentos tiveram uma redução de 1,2% em relação ao Exercício de 2011.

Essa redução é explicada pelo fato de que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), diferentemente do que ocorreu em 2011, optou em 2012 em trabalhar com a descentralização de créditos orçamentários para atender as demandas de investimento, em especial no que se refere à reestruturação da rede. Desse modo, os limites orçamentários para Despesas de Investimento não foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no Exercício de 2012.

No que se refere ao comportamento da proposta orçamentária, desde sua elaboração até a publicação da LOA, houve um acréscimo de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) nos créditos orçamentários de despesas de capital oriundos de emendas parlamentares apresentadas ao orçamento por parlamentares goianos em favor do IFG.

No geral, observa-se um crescimento de 25,4% no orçamento do IFG no Exercício de 2012 em relação ao Exercício de 2011, com destaque para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram um crescimento de 37,9% e 35,2% respectivamente. No que se refere às Despesas de Investimento, nota-se uma redução de 1,2% em relação ao Exercício de 2011.

Tabela 6: Percentual de gastos com outros custeios.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais
Tipo de indicador	De efetividade
Definições:	Gastos com outros custeios = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa
Fórmula de cálculo e método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\frac{\text{total de gastos com outros custeios}}{\text{gastos totais}} \times 100$

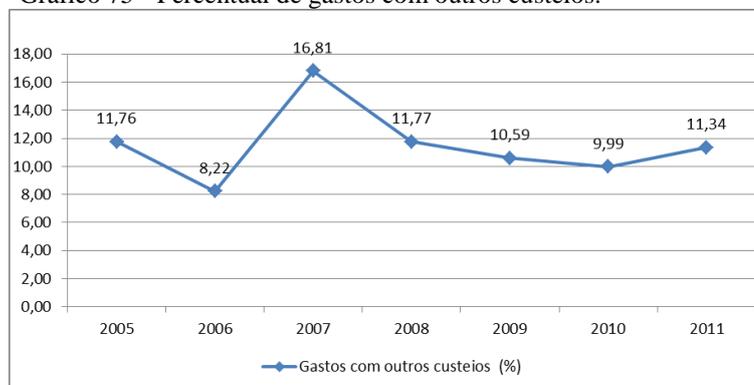
Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2007	10.743.607,27	63.916.785,83	16,81
2008	10.361.979,40	88.064.876,21	11,77
2009	10.628.365,13	100.366.840,27	10,59
2010	13.231.311,21	132.452.414,27	9,99
2011	19.699.807,26	173.663.438,23	11,34

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012/SIMEC/SIAFI Gerencial.

Por meio desse indicador, é possível avaliar o nível de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Os gastos com outros custeios referem-se, principalmente, à manutenção da Instituição através da **Ação Funcionamento da Educação Profissional**. A maior parte desse recurso é gasta com as contratações e aquisições para a manutenção dos Câmpus do IFG.

Na série histórica apresentada, observa-se que, em 2011, o percentual do indicador teve um sensível acréscimo, mas manteve-se na média, equiparando-se, principalmente, aos últimos exercícios, conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 75 - Percentual de gastos com outros custeios.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Outro ponto importante a ser mencionado na análise desse indicador se refere à média histórica. Apesar do crescimento da Instituição, da maior abrangência e, conseqüentemente, demandas da sociedade a serem atendidas no Estado de Goiás, maior número de servidores e infraestrutura física com os novos Câmpus do IFG, o Exercício de 2011 manteve a média dos últimos anos com esse tipo de gasto, o que retrata um trabalho contínuo e rotineiro da Administração em gerir os recursos públicos com zelo e austeridade.

Tabela 7 - Gastos com recursos diretamente arrecadados

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita própria
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outras fontes} = \frac{\text{total de gastos com outras fontes}}{\text{gastos totais com recursos do tesouro nacional}} \times 100$

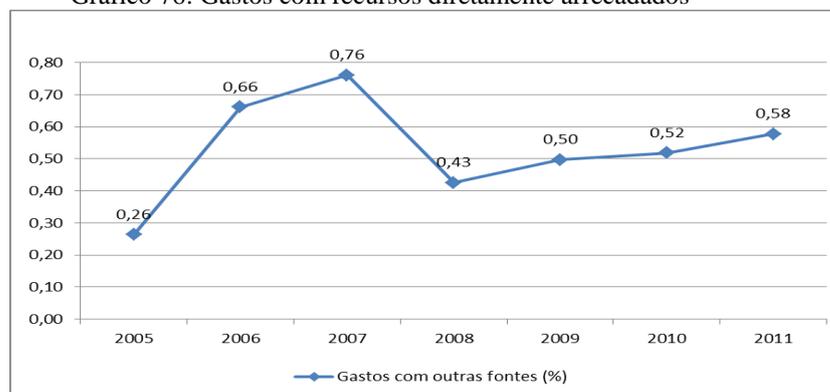
Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro (R\$)	Gastos com outras fontes (%)
2007	482.512,22	63.434.273,61	0,76
2008	372.911,00	87.691.965,21	0,43
2009	496.551,09	99.870.289,18	0,50
2010	683.195,43	131.769.218,84	0,52
2011	996.386,19	172.667.052,04	0,58

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012/SIMEC/SIAFI Gerencial.

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados no IFG demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Tal esforço e obrigatoriedade de arrecadação são revertidos para cobrir despesas com indenizações, gratificações e restituições aos servidores, realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias e manutenção da Instituição.

No gráfico a seguir, pode ser visualizada a evolução dessa relação de arrecadação e os gastos com os recursos do Tesouro Nacional nos últimos anos.

Gráfico 76: Gastos com recursos diretamente arrecadados



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012.

Outro destaque a ser feito sobre esse indicador faz referência à manifestação de uma maior procura pelos serviços ofertados na Instituição demonstrada na realização dos processos seletivos do IFG, nas taxas arrecadadas com a realização de concursos públicos e outras taxas obrigatórias. Tudo isso, deve-se, principalmente, ao esforço da Administração em melhor divulgar a Instituição, suas potencialidades, resultados dos seus projetos e benefícios à sociedade.

Tabela 8 - Gastos com créditos recebidos por movimentação

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (créditos recebidos por movimentação interna ou externa) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.
Tipo de indicador	De eficácia
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de créditos recebidos por movimentação e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outras fontes} = \frac{\text{total de gastos com créditos recebidos por movimentação}}{\text{gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas}} \times 100$

Exercício	Total de gastos com Créditos por Movimentação (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Créditos recebidos por Movimentação (%)
2007	11.784.266,04	63.916.785,83	18,44
2008	24.735.278,48	88.064.876,21	28,09
2009	14.310.638,95	100.366.840,27	14,26
2010	10.188.935,25	132.452.414,27	7,69
2011	11.753.734,16	173.663.438,23	6,77

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2012/SIMEC/SIAFI Gerencial.

Os gastos com créditos recebidos por movimentação no Instituto Federal de Goiás demonstram qual o percentual de gastos com descentralização de crédito através de termos de cooperação em relação aos gastos totais na Instituição.

Nos anos de 2007 a 2009, o acréscimo no indicador em crédito recebido por movimentação, conforme demonstrado na tabela anterior e que pode ser visualizado no gráfico a seguir, deveu-se, principalmente, a uma gestão centralizada dos recursos do Governo Federal, destinados à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

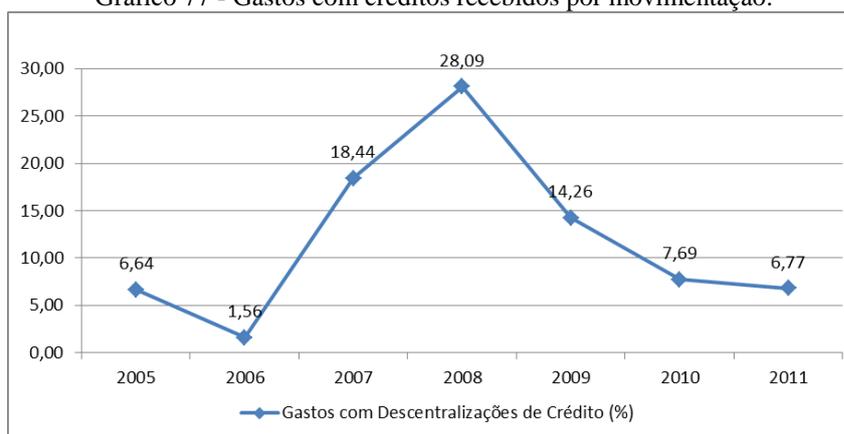
No Exercício de 2010, foram disponibilizados recursos com as seguintes finalidades: dar continuidade à implantação do Câmpus Inhumas; melhorar a infraestrutura do Câmpus

Goiânia; prosseguir na construção da nova sede do Câmpus Jataí; prosseguir na segunda etapa da construção dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu; iniciar a primeira etapa da construção de mais 03 (três) Câmpus do IFG nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia. Foram disponibilizados também recursos para a aquisição de equipamentos e material permanente para os Câmpus citados.

Em 2011, foram disponibilizados recursos para a continuidade da implantação dos novos Câmpus com investimentos na infraestrutura, aquisição de equipamentos e mobiliários e aquisição de acervo bibliográfico, além dos projetos específicos, tais como Projeto RENAPI, Projeto Segundo Tempo, Projeto CERTIFIC, Projeto FORMA, Projeto e-TEC, dentre outros.

Enfim, o resultado obtido no gráfico a seguir foi analisado como satisfatório, pois representa a modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a adequação dos espaços e a modernização das áreas administrativas.

Gráfico 77 - Gastos com créditos recebidos por movimentação.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011

A partir de 2009, o Órgão Central adotou nova política para a gestão dos recursos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, estabelecendo que eles passassem a ser alocados na Lei Orçamentária Anual, o que acabou impactando esse indicador dos anos seguintes. Apesar disso, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC continuou investindo nas instituições, caso o orçamento alocado na LOA não fosse suficiente, através dos créditos recebidos por movimentação (descentralizações de crédito), consolidando as políticas do Governo Federal para a Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás.

Tabela 9 - Especificação do Indicador – Gastos com investimentos/gastos totais

Descrição	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.
Tipo de indicador	De eficiência
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)} = \frac{\text{total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras}}{\text{gastos totais}} \times 100$

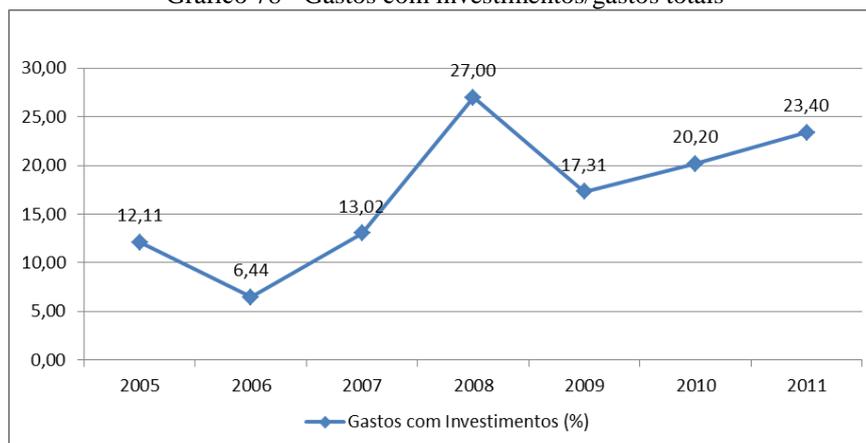
Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2007	8.322.188,14	63.916.785,83	13,02
2008	23.775.539,77	88.064.876,21	27,00
2009	17.371.178,54	100.366.840,27	17,31
2010	26.749.613,01	132.452.414,27	20,20
2011	40.643.380,81	173.663.438,23	23,40

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Observa-se, nos Exercícios de 2010 e 2011, uma nítida alteração desse indicador em relação aos investimentos e isso se deve, principalmente, à necessidade de concluir as obras que estão em andamento e a continuidade da expansão da Educação Profissional e Tecnológica em Goiás. É importante ressaltar, ainda, que no cálculo dos percentuais por Câmpus, foram excluídos os investimentos feitos no Câmpus Plano Piloto do Instituto Federal de Brasília.

No gráfico a seguir, percebe-se claramente a política adotada pelo Governo Federal através da disposição do Ministério da Educação/SETEC em atender às demandas do IFG, conforme citado anteriormente. Essa política vem ao encontro dos objetivos e metas estabelecidos pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no Estado de Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Gráfico 78 - Gastos com investimentos/gastos totais



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Nos exercícios de 2009 e 2010, conforme citado no indicador anterior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica alterou a política para descentralização de crédito, o que também impactou este indicador. A mesma não descentralizou o valor global das obras licitadas em 2010, considerou para a continuidade destas o orçamento alocado na LOA e, caso o mesmo não fosse suficiente, descentralizaria o restante à medida que a obra fosse sendo executada.

Além desse indicador, calcularam-se também os investimentos em relação aos gastos com outras despesas correntes, isto é, gastos com outros custeios da Instituição. A tabela e o gráfico a seguir revelam que os gastos com investimentos comparados aos gastos com outros custeios apresentaram acréscimos visíveis nos últimos 3 (três) anos. Tudo isso espelha as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição para a Educação Profissional e Tecnológica.

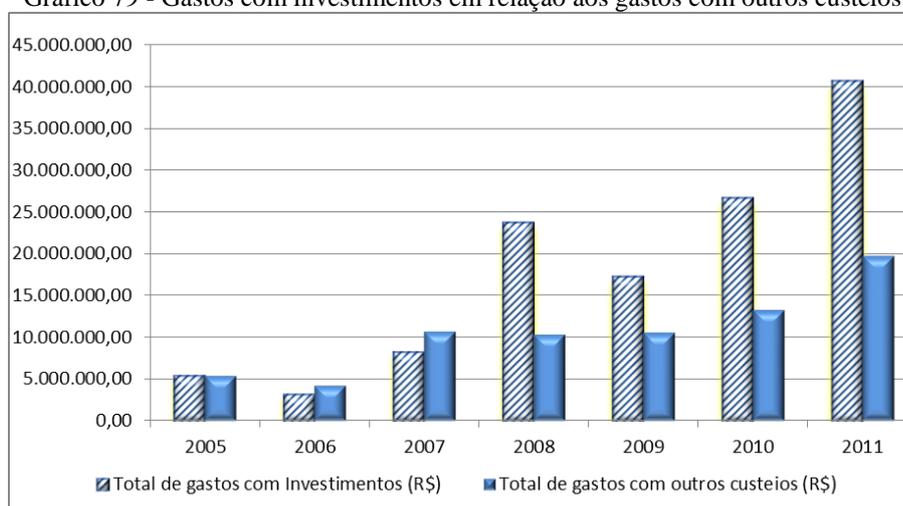
Além desse Indicador, calculou-se também os investimentos em relação aos gastos com outras despesas correntes, isto é, gastos com outros custeios da Instituição. Observando-se os gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios na tabela e no gráfico a seguir, percebe-se que os três (3) últimos anos apresentaram acréscimos visíveis. Tudo isso espelha as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição para a educação profissional e tecnológica.

Tabela 10 - Gastos com investimentos/gastos com outros custeios

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos com Investimentos / OCC (%)
2007	8.322.188,14	10.743.607,27	77,46
2008	23.775.539,77	10.361.979,40	229,45
2009	17.371.178,54	10.628.365,13	163,44
2010	26.749.613,01	13.231.311,21	202,17
2011	40.643.380,81	19.699.807,26	206,31

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Gráfico 79 - Gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

O “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”, meta prioritária do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, estabeleceu prioridades para a Educação incluindo especificamente a Educação Profissional e Tecnológica com a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva de que estes incrementem a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação tem possibilitado à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável

nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do Estado onde está inserida.

Tabela 11 - Gastos correntes por aluno/ano

Descrição	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos correntes por aluno} = \frac{\text{total de gastos}}{\text{número de matrículas}}$

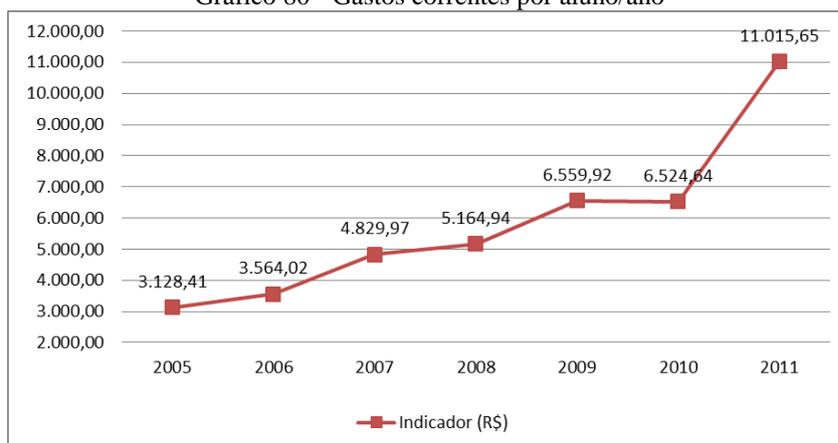
Exercício	Total de gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2007	43.416.569,02	8.989	4.829,97
2008	50.414.946,03	9.761	5.164,94
2009	66.156.808,17	10.085	6.559,92
2010	86.679.828,84	13.285	6.524,64
2011	112.216.376,38	10.187	11.015,65

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Nesse indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas de modo a adequar à norma; e para o total de gastos correntes, incluíram-se os créditos por movimentação interna e externa. Outra informação relevante no cálculo desse indicador é que, do total dos gastos correntes, foram excluídos os investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia, aumenta os gastos correntes por aluno/ano de 2005 até 2009. Em 2010, esse valor sofreu um sensível decréscimo e em 2011 houve um acréscimo no gasto corrente por aluno, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. Esse fato se deve, principalmente, à construção dos Câmpus de Aparecida de Goiânia e de Águas Lindas, os quais geraram, além dos investimentos, despesas de custeio imediatas, sendo que suas matrículas somente serão computadas no exercício seguinte. Os fatores que influenciaram o quantitativo de matrículas podem ser observados na apresentação dos indicadores acadêmicos.

Gráfico 80 - Gastos correntes por aluno/ano



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.

Um destaque importante a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que, se dividido por doze (12) meses, representou aproximadamente R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e R\$ 918,00 (novecentos e dezoito reais) de gasto com o aluno/mês em 2010 e 2011, respectivamente. Assim, o Instituto Federal de Goiás pode assegurar que, com um pequeno desembolso de recursos por aluno/mês, tem cumprido seu papel em aperfeiçoar a aplicação dos recursos públicos da Instituição, sendo os mesmos aplicados dentro de padrões de austeridade e zelo com o erário.

Esse cenário atual se deve principalmente às medidas implementadas para obter o êxito desse indicador. Essas medidas dizem respeito ao esforço e à eficiência da Instituição em aumentar o número de alunos matriculados, otimização dos recursos aplicados, melhoria da fiscalização dos contratos firmados, implementação de uma melhor formalização dos processos de aquisição, implantação de aquisições conjuntas/compartilhadas entre os Câmpus, a Reitoria e o Ministério da Educação e melhor divulgação dos serviços oferecidos pela Instituição.

Enfim, o IFG demonstrou, por meio de diversas ações, que a Instituição possui condições suficientes para ofertar à sociedade uma educação pública, gratuita e de qualidade dentro dos recursos que hoje são aportados pelo Ministério da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2012 representou um período de continuidade da expansão e consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na perspectiva do todo que preconiza a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008.

Nesse contexto, aumenta, a cada dia, a responsabilidade e a importância social, educacional e cultural do Instituto Federal de Goiás, que procura materializar uma proposta de ensino que enfatiza o caráter público, a gratuidade e a qualidade do ensino, o que se traduz em inclusão social para milhares de estudantes de norte a sul do Estado de Goiás.

A esta Comissão Própria de Avaliação, coube a missão de conduzir a autoavaliação institucional referente aos anos de 2011-2012. Para avaliar as dez dimensões do SINAES, a CPA utilizou, nos questionários de autoavaliação *online*, os conceitos *adequado*, *muito adequado*, *plenamente adequado*, *pouco adequado*, *inadequado* e *desconheço* a fim de verificar a atuação do IFG no Exercício de 2012. Para tanto, esta Comissão contou com o apoio incondicional de seus representantes titulares e a colaboração de suplentes para elaborar, conduzir e apresentar o resultado da pesquisa relatado no presente relatório. Além disso, a CPA teve o apoio técnico em informática do servidor Rômulo Fernandes Souto (laboratorista), membro da Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus Inhumas, na criação do *site* e dos questionários *online* de autoavaliação, gentilmente liberado pela Direção-Geral e Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas do Câmpus mencionado.

A CPA trabalhou com dedicação e afinco, procurando envolver o maior número possível de participantes. Nesse sentido, a CPA agradece o pronto atendimento da comunidade acadêmica do IFG ao responder o primeiro questionário *online* de autoavaliação disponibilizado nesta Instituição, o qual obteve um percentual geral de participação de 16,59% entre os oito Câmpus e Reitoria, o que representa um total de 1.373 respondentes da pesquisa. Sendo esta a primeira experiência nesse formato, a CPA entende que esse número é bastante expressivo.

É importante ressaltar que, durante o processo de autoavaliação, foi possível criar um relacionamento próximo com a comunidade acadêmica, o que possibilitou o entendimento da autoavaliação na própria Instituição pelos seus principais segmentos. Infelizmente, ainda há desconhecimento por parte de servidores e alunos no que se refere à avaliação, e o trabalho da Comissão foi pautado pela busca em dirimir essa dificuldade, através da sensibilização da

comunidade acadêmica, com o apoio de seus representantes nas diversas Subcomissões Próprias de Avaliação – SPAs em cada um dos oito Câmpus avaliados.

A informatização dos questionários foi bem-sucedida com a utilização do *LimeSurvey*, *software* livre para aplicação de questionários *online*. No entanto, a exportação dos dados foi realizada manualmente devido à limitação da ferramenta nessa função. Isso tornou essa atividade lenta e trabalhosa perante a informatização.

Na análise e na interpretação dos dados, foram consideradas as particularidades e as diversidades de uma instituição multicâmpus, ou seja, analisou-se o singular sem perder de vista a perspectiva global e plural do IFG.

Ao serem publicados, os resultados desta avaliação devem constituir objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direção dos Câmpus e a comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de produzir sentidos para a autoavaliação institucional, consolidando, assim, a cultura de participação democrática de todos os segmentos internos e da comunidade externa, além de contribuir com o planejamento institucional do IFG, seu aprimoramento e o melhor desempenho nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

A CPA sugere a leitura e apreciação deste documento por todos os gestores do Instituto Federal de Goiás. Embora os resultados apontem para uma Instituição a trilhar os melhores caminhos rumo a uma educação cada vez mais pública, gratuita e de qualidade, há a indicação, por meio da pesquisa realizada, de muitas melhorias a serem feitas em todos os Câmpus e na Reitoria. A leitura, o conhecimento, a apreciação e o debate são as ações que os gestores da Instituição devem realizar, com o objetivo de sanar as falhas sinalizadas neste Relatório de Autoavaliação.

Ao agir assim, os gestores estarão incentivando a participação permanente e ascendente de todos os segmentos da comunidade acadêmica nesse processo fundamental de autoavaliação, já que a comunidade perceberá uma sinergia entre suas aspirações e as ações institucionais.

A Comissão Própria de Avaliação não pôde realizar a comparação dos resultados obtidos, tendo em vista que não foram aplicados antes no IFG outros questionários de autoavaliação com as mesmas finalidades. Os resultados finais desta autoavaliação serão divulgados no *site* da CPA. Estes e outros dados referentes às autoavaliações do IFG podem ser consultados no *site* <www.ifg.edu.br/cpa>. Será enviada à Reitoria uma cópia impressa do relatório desta autoavaliação institucional, o qual poderá servir como subsídio para nortear as futuras tomadas de decisão da Instituição em relação às dez dimensões do SINAES.

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Ao finalizar este Relatório de Autoavaliação, esta CPA Provisória apresenta algumas recomendações que, na sua concepção, são de fundamental importância para a consolidação de todo o processo de Autoavaliação Institucional, quais sejam:

- Promoção urgente de eleição para a escolha dos membros que integrarão a CPA permanente, ou designação, por meio de Portaria, dessa importante Comissão, já que seu trabalho é, segundo avaliadores do MEC, “o coração das avaliações para autorização e reconhecimento de cursos”.

- Início imediato da autoavaliação institucional referente ao ano de 2013, tendo em vista que não é necessário aguardar o final do exercício corrente, **pois várias dimensões podem e devem ser avaliadas em qualquer época do ano.**

- Criação, pela Comissão Própria de Avaliação do IFG, do seu estatuto.

- Atuação permanente das Subcomissões Próprias de Avaliação em cada um dos Câmpus existentes, descentralizando a ação contida no projeto de avaliação desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), permitindo que os relatórios parciais sejam elaborados e finalizados em cada Câmpus e, ao final, encaminhados à CPA central. As SPAs foram constituídas nos oito Câmpus do IFG através de Portaria nº 561, de 25 março de 2013, e sua atuação, nesta gestão, foi apenas de apoio e divulgação da avaliação institucional.

- Continuação do trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes), em todos os seus espaços de atuação (acadêmico, administrativo e operacional) sobre a importância do processo de autoavaliação para uma instituição de ensino.

- Convocação dos Diretores-Gerais dos Câmpus para participação ativa durante todas as fases de autoavaliação da Instituição.

- Criação de mecanismos de participação direta e durante o ano todo da comunidade acadêmica e externa na autoavaliação institucional como, por exemplo, a aplicação de questionários para aferição da percepção por dimensões avaliadas.

- Observação, nas futuras autoavaliações, dos pesos de cada dimensão do SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) previstos na Portaria/MEC nº 1.264, de 17 de outubro de 2008.

- Redução da quantidade de segmentos para aplicação de questionários de autoavaliação. Para esta autoavaliação, foram elaborados sete questionários destinados aos segmentos internos e comunidade externa: docente, discente ensino superior, discente pós-graduação, discente EAD, técnico-administrativo, gestores e comunidade externa. Isso tornou complexa a compilação dos dados. A CPA sugere que sejam elaborados questionários para os segmentos discente, docente, servidores em funções administrativas, egressos e comunidade externa, reunindo neste último PROEJA, Projeto Forma, FIC, PRONATEC, Mulheres Mil, Projeto Conhecendo o IFG etc.

- Elaboração de questionários individualizados para cada dimensão do SINAES. Isso torna a compilação de dados menos complexa.

- Discussão de método seguro de acesso *online* aos questionários de autoavaliação elaborados pela CPA, com a utilização de *login* e senha para os possíveis participantes da pesquisa. Sugerimos que, em qualquer caso, seja utilizado o CPF como um dos componentes de acesso.

- Manutenção da segurança necessária para a coleta de dados através de *backup* periódico.

- Obtenção de espaço físico definitivo e exclusivo para a instalação da CPA e realização de reuniões e execução dos trabalhos específicos, com ambiente devidamente equipado com mobília, computadores, impressora/scanner, Internet e linha telefônica para ligações locais, DDD e para celulares.

- Redução da carga horária docente para dedicar à CPA e solicitação de revisão e ampliação do valor de 04 (quatro) pontos no Quadro **Pontuação para Ponderações das Atividades de Regência dos Servidores Docentes do IFG**, Anexo I da Resolução N° 09, de 1° de novembro de 2011.

- Designação de servidores técnico-administrativos e/ou estagiários e docentes da área de Matemática/Estatística para participarem das reuniões da CPA Central como secretários eventuais e colaboradores.

- Ampliação do número de integrantes da CPA Central, com a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, segundo a Lei, vedada uma composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

- Revisão da composição da CPA Central com a participação de servidores ou funcionários de outras entidades da sociedade civil organizada, como universidades,

faculdades, sindicatos, associações etc., desonerando, assim, o Conselho Estadual de Educação de Goiás.

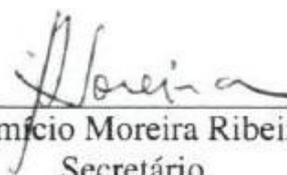
- Concessão de gratificação legal e compatível com o cargo ao (à) Presidente(a) da Comissão Própria de Avaliação, conforme já ocorre em outros Institutos Federais, tendo em vista o trabalho demasiadamente extenso e rigoroso que coordena e se responsabiliza, em última análise, o(a) presidente(a).

TERMO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E ENTREGA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2011-2012

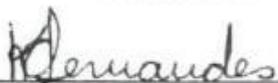
Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze (30/08/2013), após a conclusão do Relatório, tendo-se encerrado os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, remetemos este Relatório, composto de um volume, com 165 (cento e sessenta e cinco) folhas, incluindo esta, à Procuradoria Educacional Institucional do IFG, para as providências legais.



Dagmar Borges da Silva
Presidente



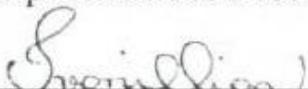
Domício Moreira Ribeiro
Secretário



Kátia Cilene Costa Fernandes
Rep. Titular dos Docentes



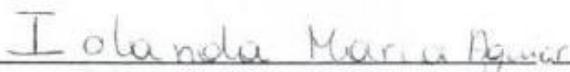
Rejanê Maria Gonçalves
Rep. Suplente dos Docentes



Ivanilian Ferreira Paislandim
Rep. Titular dos Téc.-Administrativos



Solange Moreira Leão
Rep. Titular dos Discentes



Iolanda Maria Aguiar
Rep. Titular dos Discentes



Maria Elizete de A. Fayad
Rep. Titular da Soc. Civil Organizada